

Proposta da

Administração e Manual para Participação de Acionistas

Assembleia Geral Ordinária

11 de abril de 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Marfrig Global Foods S.A., em conformidade com suas políticas de governança corporativa e respeitando a transparência para com seus investidores, convida os Senhores Acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 11 de abril de 2023, às 10h, na sede social da Companhia localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, nos termos do Edital de Convocação publicado no jornal Valor Econômico.

A participação efetiva dos acionistas nesta Assembleia é de extrema importância, sendo a oportunidade de discutir e votar as matérias trazidas à deliberação, diante das informações divulgadas para uma tomada de decisão consciente.

Nos termos da Resolução CVM nº 81 e com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a Companhia disponibiliza o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações detalhadas que constam desta Proposta e Manual da Assembleia.

Os assuntos a serem deliberados nesta Assembleia constam das próximas páginas deste documento que contempla propostas da Administração e orientações gerais para participação nas Assembleias, bem como no Edital de Convocação. Os documentos pertinentes a tais deliberações encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, em nosso site de Relações com Investidores (ri.marfrig.com.br), no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Esperamos que esta Proposta e Manual possam contribuir para uma efetiva participação dos senhores acionistas.

Cordialmente,

Marcos Antonio Molina dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

SUMÁRIO

Data, Horário, Local e Esclarecimentos Preliminares.....	04
Proposta da Administração.....	05
Manual para Participação na Assembleia Geral.....	18
Disponibilização de Documentos	23
Anexo I - Modelo de Procuração sem Orientação de Voto	24
Anexo II - Modelo de Procuração com Orientação de Voto	25
Anexo III - Destinação do Lucro Líquido, conforme Resolução CVM nº 81/22.....	27
Anexo IV - Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 02 do Formulário de Referência, conforme exigência da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/22.....	34
Anexo V – Informações sobre Candidatos para compor os Conselhos de Administração e Fiscal, nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme exigência da Resolução CVM 81/22.....	87
Anexo VI – Remuneração global da Administração, nos termos do item 08 do Formulário de Referência previsto pela Resolução CVM nº 80.....	109

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- **Data, Horário e Local:**

A Assembleia Geral Ordinária foi convocada para realizar-se:

Dia: 11 de abril de 2023.

Horário: 10 horas.

Local: Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000.

- **Edital de Convocação:**

O Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária será publicado conforme segue: por 3 vezes, nas edições impressa e eletrônica de 10, 11 e 14 de março de 2023 do **Jornal Valor Econômico**.

- **Esclarecimentos Preliminares:**

Informamos que, para a instalação da Assembleia Geral Ordinária será necessária a presença de pelo menos 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia, de acordo com o Artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações – nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”). Caso esse quórum legal não seja atingido, a Companhia anunciará nova data para a realização da Assembleia Geral em segunda convocação, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A participação na Assembleia poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído. Para facilitar a participação, a Companhia disponibiliza, ao final deste documento, dois modelos de instrumento de mandato. Ainda com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a Companhia disponibiliza o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações detalhadas que constam desta Proposta da Administração.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2023.

Nos termos da Lei das S.A., uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social anterior, a Companhia deve realizar uma Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberar sobre as demonstrações financeiras, a destinação do lucro líquido, a fixação do valor da remuneração dos administradores e, para este exercício, a eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Desta forma, a Marfrig Global Foods S.A. vem, por meio deste, submeter à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 11 de abril de 2023, às 10h, a Proposta da Administração (“Proposta”) a seguir descrita:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da Companhia preparados pela Diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 1º de março de 2023, acompanhados do parecer dos auditores independentes, bem como dos pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, encontram-se disponibilizados na sede da Companhia, em seu site de Relações com Investidores (www.marfrig.com.br/ri), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). O Conselho Fiscal emitiu parecer no sentido de que as citadas demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas estão adequadamente apresentadas e em condições de serem apreciadas pelos acionistas da Companhia quando da Assembleia Geral Ordinária.

As Demonstrações Financeiras são elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas e orientações, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários. Essas Demonstrações compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. As Demonstrações Financeiras são complementadas por notas explicativas que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas Demonstrações.

Acompanha as Demonstrações Financeiras o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como, por exemplo, as principais contas da Demonstração do Resultado do exercício social encerrado e também informações de caráter não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos colaboradores da Companhia, às suas sociedades controladas, à sua responsabilidade social, à sua governança corporativa e ao mercado de capitais de uma forma bastante abrangente.

A Grant Thornton Auditores Independentes examinou as citadas demonstrações financeiras e emitiu parecer concluindo que as mesmas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e das suas controladas.

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede da Companhia, em seu site de Relações com Investidores (www.marfrig.com.br/ri), nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia: **a)** Relatório da Administração; **b)** Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **c)** Parecer dos Auditores Independentes; **d)** Parecer do Conselho Fiscal; **e)** Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário; **f)** Relatório Anual Resumido das Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário; **g)** Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, conforme exigência do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22; e **h)** Formulário DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 2 do Formulário de Referência, conforme a Resolução CVM nº 81, também constam do **Anexo IV** à presente Proposta.

2. Definir que o Conselho de Administração para o mandato 2023/2024 seja composto por 7 (sete) membros.

O Conselho de Administração da Companhia deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição, conforme estabelece o artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. A Administração propõe que o Conselho de Administração a cumprir o mandato relativo ao biênio 2023-2024 seja composto por 7 membros, nos termos da última eleição do Conselho de Administração realizada em 2021.

3. Eleição dos membros para compor o Conselho de Administração.

O atual Conselho de Administração da Marfrig Global Foods S.A. foi eleito pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de abril de 2021, com mandato até esta Assembleia Geral Ordinária de 2023. A Administração propõe aos acionistas da Companhia a eleição, em chapa, dos seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração por um mandato de 2 (dois) anos, a ser encerrado na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2024.

Conforme artigo 17, II do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração manifesta-se no sentido de que os candidatos abaixo apresentados como independentes para compor a chapa do Conselho de Administração se enquadram nos critérios de independência estabelecidos pelo citado Regulamento.

Candidatos a Membro Independente ao Conselho de Administração:

Antonio dos Santos Maciel Neto

Sr. Antonio dos Santos Maciel Neto, 65 anos, é membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde maio de 2007 e, atualmente é empresário dos setores da pecuária, venture capital e educação executiva. É membro dos Conselhos de Administração da National Beef, Plant Plus e Dotz e Coordenador do Comitê de RH e Gestão da Superbid. Foi Presidente do Grupo CAO A de 2013 a 2017, da Suzano Papel e Celulose de 2006 a 2012, da Ford do Brasil e da América do Sul e também Vice Presidente Corporativo da Ford (1999 a maio de 2006). Atuou ainda na presidência do Grupo Itamarati (1997 a 1999) e da CECRISA – Revestimentos Cerâmicos (1993 a 1997). Entre 1990 e 1993, ocupou diversos cargos no Governo Federal, em Brasília, tendo exercido no Ministério da Economia as funções de Diretor Adjunto do Departamento de Indústria e Comércio e de Secretário Nacional de Economia Adjunto. Quando da criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, exerceu por oito meses a função de Secretário Executivo. Nesses três anos, Maciel foi o coordenador técnico do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP. Iniciou sua carreira profissional na Petrobrás em 1980, onde trabalhou durante 10 anos. Foi Conselheiro de diversas empresas, entre elas Archer Daniels Midland Company (ADM) e Suzano Papel e Celulose. O Sr. Maciel Neto graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1979 e fez diversos cursos nas Universidades de Harvard, Chicago e Fundação Getúlio Vargas.

Herculano Aníbal Alves

O Sr. Herculano Aníbal Alves, 70 anos, é Mestre em finanças e investimentos e Pós graduado em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas e Economista pela PUC. Sua formação inclui ainda educação executiva em Governança, Risco e Compliance pela Risk University – KPMG e Curso de Comitê de Auditoria pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Qualificado como Gestor de carteiras pela CVM e Certificação profissional pela ANBIMA (CGA). Trabalhou no mercado financeiro, como Diretor de Investimentos, gestor de Renda Variável e analista de Investimento e analista de Crédito na: BRAM - Bradesco Asset Management, ABN AMRO, Unibanco e Banco Bozzano Simonsen e na área administrativa e financeira na Empresa de Ônibus Vila Carrão. Nos três primeiros, era membro dos Comitês de Crédito e de Investimentos e do Comitê mensal da BRAM com o Banco Bradesco. Conselheiro de Administração da Tim Brasil (2015-atual) e da Marfrig Brasil Foods (2015-2016) e (2018-atual). Conselheiro Fiscal da Cielo (2015-atual), da Grendene (2015-atual), do Grupo Fleury, da Ecorodovias (2018-2019), da Gerdau (2017-2018), da Metalúrgica Gerdau (2020-atual), do Fundo de Private Equity de Tecnologia da GP (2001-2005) e do Fundo de Valor e Liquidez da Bradesco Templeton (1998-2001). Conselheiro Fiscal Suplente no Fundo de Private Equity da 2Bcapital (2013-2019) e da Gerdau (2020-atual). Sócio da Araxá Investimentos (2015-2016) e da Barigui Gestão de Recursos (2016-atual). Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Tim Brasil, Presidente do Comitê de Riscos e Especialista financeiro, Coordenador do Comitê Financeiro e Membro do Comitê de Recursos Humanos da Marfrig.

Roberto Silva Waack

O Sr. Roberto Silva Waack, 62 anos, foi Diretor Presidente da Fundação Renova, entidade criada para gerir as atividades de reparação do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana). Fundador, acionista, ex-CEO e subsequentemente presidente do Conselho de Administração da Amata S.A. (www.amatabrasil.com.br), empresa florestal com atuação em manejo e plantio de espécies nativas e exóticas. Longa experiência como dirigente de empresas nacionais e multinacionais nas áreas farmacêutica e florestal. Como empreendedor, engajamento direto em private placement e estabelecimento de estruturas de gestão e governança. Participação em conselhos de organizações como Wisewood/Braskem (plásticos reciclados), Instituto Arapyau (filantropia, presidente do Conselho), Synergia Consultoria SocioAmbiental, CHS Agroindustrial (trading de grãos), GRI – Global Reporting Initiative, FSC – Forest Stewardship Council, IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Instituto Ethos, Funbio – Fundo Brasileiro de Biodiversidade, ISE-Bovespa e WWF. Membro de Comites de Sustentabilidade da Tupy e SuperBid. Engajamento direto em movimentos ambientais e sociais desde a década de 80, sempre interagindo na interface entre o setor privado e ONGs. Co-fundador da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e também da Concertação pela Amazonia. Biólogo (IB-USP) e Mestre em Administração de Empresas (FEA-USP). É associado da Chatham House (Londres).

Candidatos a membro do Conselho de Administração:

Alain Emilie Henry Martinet

O Sr. Alain Emile Henri Martinet, 80 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia desde dezembro de 2009. O Sr. Alain Martinet, francês, atua há mais de 40 anos no setor de carnes, tendo sido gerente da área internacional do departamento de carnes da Louis Dreyfus Corporation USA (1978 a 1984). Foi gerente geral (1985 a 1991) e diretor comercial (1991 a 1992) do Frigorífico Rio – Platense. Atuou como diretor da SWIFT Argentina por cinco anos, desde 2001. Ingressou na Companhia em outubro de 2006, tendo já atuado como diretor responsável pelas operações na Argentina, das empresas “Tradings” e dos Estados Unidos da América do Grupo Marfrig.

Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos

A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, 49 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia desde março de 2007. Ela acumula longa experiência na Marfrig, tendo sido responsável pela área financeira de 2000 a 2006 e pela equipe de auditoria interna de 2000 a 2006. Além disto, a Sra. Marçal dos Santos participa ativamente do Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz de Responsabilidade Social, como Diretora Presidente. A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos é, ainda, sócia e diretora vice-presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Companhia.

Marcos Antonio Molina dos Santos

O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, 53 anos, é o presidente do Conselho de Administração da Companhia desde março de 2007. O executivo acumula experiência de mais de 20 anos no setor de alimentos, tendo iniciado sua atividade profissional aos 16 anos de idade, quando abriu seu primeiro negócio: uma empresa distribuidora de alimentos. Desde a constituição da Marfrig, Marcos Molina atua de maneira ativa com clientes-chave da Companhia, estreitando relacionamentos comerciais de escopos nacional e internacional, os quais possibilitam o desenvolvimento e a evolução de processos industriais e de qualidade, visando a superar as expectativas frente ao cenário global. O Sr. Molina é, ainda, sócio e diretor presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Companhia.

Rodrigo Marçal Filho

O Sr. Rodrigo Marçal Filho, 48 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia desde março de 2007 e Diretor Estatutário da Companhia, eleito em 07/01/2014, com posse em 23/01/2014. Teve vida profissional vinculada ao ramo de agronegócios tendo atuado como administrador de fazendas até seu ingresso na Companhia. Ingressou na

Companhia em maio de 2000, foi diretor de infraestrutura até se tornar o diretor responsável pela compra de gado e membro do Conselho de Administração.

A Administração da Companhia declara, ainda, conforme artigo 3º do Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 80”), que obteve dos candidatos a informação de que os mesmos estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento exigida pelo artigo 147 da Lei das S.A. e pela referida Resolução.

O Regulamento do Novo Mercado, segmento no qual as ações emitidas pela Companhia são negociadas, exige que o Conselho de Administração seja composto por, no mínimo, 2 membros ou 20% de Conselheiros Independentes. São candidatos a Conselheiro Independente os Srs. Antonio dos Santos Maciel Neto, Herculano Aníbal Alves e Roberto Waack, o que representa uma proporção de aproximadamente 43% de conselheiros independentes.

Nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5%. Na eleição de Conselheiros pelo processo de voto múltiplo, são atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho a serem eleitos, sendo permitida aos Acionistas a cumulação de votos em um só candidato ou a distribuição entre vários.

Nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 81, as informações sobre os candidatos a membro do Conselho de Administração integrantes da chapa proposta pela Administração, exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência previsto pela Resolução CVM 80, constam como **Anexo V** à presente Proposta da Administração.

4. Eleição dos membros para compor o Conselho Fiscal.

O atual Conselho Fiscal da Marfrig Global Foods S.A. foi eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de abril de 2022, com mandato de um ano, encerrando-se nesta Assembleia Geral Ordinária de 2023. Conforme Artigo 27º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal funciona em caráter permanente.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, o Conselho Fiscal é um órgão fiscalizador independente da Diretoria e do Conselho de Administração, que busca, por intermédio dos princípios da transparência, equidade e prestação de contas, contribuir para o melhor desempenho da organização. Pode servir como instrumento legal de implementação de uma política ativa de boas práticas de governança corporativa direcionada especialmente para a transparência e controle dos atos internos da companhia.

A Administração propõe aos acionistas da Companhia a eleição/recondução dos seguintes candidatos para compor o Conselho Fiscal da Companhia:

Candidatos Efetivos:

Ricardo Florence dos Santos

O Sr. Ricardo Florence dos Santos, 68 anos, atua como membro independente do Conselho de Administração da Movida Aluguel de Carros S.A. desde 2016, como membro do Comitê Estatutário de Auditoria da CPFL Energia desde 2021 e dos Conselhos Consultivos das empresas GRANOL, ATMO e BENCORP. Acumula na MOVIDA os comitês de Auditoria e Financeiro. Atuou como Vice-Presidente de Finanças (CFO) da Marfrig Global Foods S.A entre 2013 e 2016, como Diretor Estatutário de Relações com Investidores entre 2007 e 2014 e como membro dos Conselhos Fiscais da CPFL Energia e sua controlada CEEE-T entre 2017 e 2022. Engenheiro químico formado pela Escola Politécnica da USP e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, tem MBA em Estratégia e Finanças pelo IBMEC-SP. Atuou anteriormente no Grupo Pão de Açúcar por 16 anos (1984-2000) em diversos cargos como Diretor de Planejamento Estratégico, Financeiro e Diretor Estatutário de Relações com Investidores. Foi também responsável pelas áreas de RI da UOL Inc. (Grupo Folha de São Paulo – 2000/2001) e Brasil Telecom (2005-2007). Atuou em diversos processos de abertura de capital, fusões, aquisições e vendas de ativos nas empresas em que trabalhou. Participou dos Conselhos de Administração do Grupo Pão de Açúcar (1995-1999), UOL – Grupo Folha (2001) e IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (1998-2001 e 2014-2019), onde também foi presidente-executivo de 2010 a 2013 e do Conselho Consultivo da Dentalcorp S.A. (2002 a 2006).

José Luiz de Souza Gurgel

O Sr. José Luiz Gurgel, 56 anos, possui 34 (trinta e quatro) anos de experiência como auditor independente ou consultor em contabilidade. Desde junho de 2019 é sócio da Andrade Gurgel Consultoria e Treinamento atuando como consultor empresarial com especialização em auditoria, finanças e contabilidade. Desde julho de 2021 é membro titular do Conselho Fiscal do Grupo SOMA (empresa de capital aberto). Desde abril de 2022 é conselheiro fiscal da MARFRIG GLOBAL FOODS. Desde março de 2022 é coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário da Indústrias Nucleares do Brasil - INB. É Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC. Entre abril de 2011 e maio de 2019 foi sócio de auditoria da KPMG no Rio de Janeiro. No período de julho de 2001 a março de 2011 foi o sócio de auditoria da BDO; integrando o Comitê Executivo desta organização durante 2008 a 2010. Como sócio de auditoria na KPMG e na BDO, liderou trabalhos de auditoria de demonstrações financeiras de empresas de capital aberto no BRASIL e nos EUA. Mestre em Ciências Contábeis (2018)

pela Fucape Pesquisas, Ensino e Participações Ltda – FUCAPE RJ com dissertação elaborada na área de auditoria. Graduado em Economia pela UERJ e em Ciências Contábeis pela Faculdade da Cidade com pós-graduação em gestão empresarial pela Cândido Mendes. Foi diretor do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no período de 2008 a 2017.

Axel Erhard Brod

O Sr. Axel Erhard Brod, 65 anos, é membro do Conselho Fiscal da Companhia desde 2013. Graduado em Administração de Empresas pela Universitat des Saarlandes em Saarbrücken na Alemanha e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com mestrado em Finanças pela PUC-RJ. Atualmente é Sócio-Diretor da ABZ Assessoria e Consultoria Empresarial e membro do Conselho Fiscal das seguintes Companhias: Mahle Metal Leve S.A. (desde 2011) e Faber-Castell S.A. (desde 2011). Participou do Conselho Fiscal das seguintes Companhias: Metalúrgica Gerdau (2011 a 2013), Santos Brasil S.A. (2012 e 2016) e Queiroz Galvão Exploração e produção S.A. (2014 a 2017). No período de 1999 a 2020 atuou no Grupo Mahle exercendo diversas funções em equipes da gestão do Grupo Mahle global, como membro e Presidente de diversos Conselhos de Administração em “joint venture” e empresas do Grupo; e na Mahle Metal Leve S.A. exerceu as funções de Diretor Administrativo – Financeiro e de Relações com Investidores no período de 1999 a 2020, sendo que no período de 2004 a 2010 exerceu também a função de Diretor Vice Presidente da Companhia. No período de 1990 a 1998 exerceu as funções no Grupo Thyssen na divisão de comércio e serviços chegando a atuar como Diretor Administrativo – Financeiro, na divisão de comércio, do Grupo da América do Sul da empresa. No período de 1984 a 1989 atuou na empresa KPMG Auditores Independentes na função de Gerente de Auditoria da German Desk, filial no Rio de Janeiro.

Candidatos Suplentes:

José Osvaldo Bozzo

O Sr. José Osvaldo Bozzo, 57 anos, é graduado em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto, atua há mais de 30 anos como consultor tributarista, tendo forte especialização em Agronegócios e participação em projetos de consultoria tributária e de apoio à auditoria de diversas empresas Produtoras de Etanol e Açúcar no Brasil, se tornando um dos responsáveis Consultores em grandes aquisições. Iniciou sua carreira em 1989 na PriceWaterhouseCoopers, em Ribeirão Preto, atuando como consultor de tributos até 1997, tornando-se em 1998 Gerente na antiga Trevisan Auditores (atual BDO), na área de TAX, Diretor e, posteriormente, Sócio em 2007. Permaneceu como Sócio da KPMG, após a compra da BDO Brasil até dezembro de 2012. Atuou como Sócio e consultor de tributos na

MJC Consultores e Auditores de Ribeirão Preto no até dezembro de 2018, e atualmente atua na Jbozzo Consultores prestando consultoria especializada nas áreas Contábil, Tributária, Societária, Trabalhista e Previdenciária para empresas de diversas atividades. Além de consultor foi professor de planejamento tributário na USP – MBA. Participou em Portugal, de trabalhos relacionados à Revisão de Asseguração de Qualidade de Serviços Tributários e no Chile na XIV Reunião Anual de sócios da BDO dos países da América Latina. Possui também diversos artigos publicados em revistas, jornais e sites abordando questões tributárias e jurídicas de interesse do agronegócio.

Ely Carlos Perez

O Sr. Ely Carlos Perez, 52 anos, é contador graduado pela Universidade São Marcos e conta com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional foi desenvolvida na área consultoria de Contabilidade Fiscal e Financeira, sendo os últimos 20 anos como consultor de negócios e processos para implantação de Sistemas de Informações Gerenciais (Enterprise Resource Planning – ERP). As atividades desenvolvidas nesse período foram focadas em levantamentos dos processos utilizados, adequação de processos ao sistema atendendo a área fiscal, implantação de ERP, treinamento e acompanhamento dos processos pós-implantação. Trabalhou por mais de 10 anos na empresa Datasul S.A.

Christiano Ernesto Burmeister

O Sr. Christiano Ernesto Burmeister, 75 anos, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde 2013. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie em 1975 e engenheiro eletrônico graduado pela Universidade Mackenzie em 1971. Atuava na GBS Consultoria: Governança Corporativa e Coaching desde 2010. Atuou na BASF S.A. no período de 1975 e 2003 exercendo diversos cargos neste período, tendo como último cargo Vice-Presidente da BASF América do Sul. É membro do Conselho Fiscal da Associação Beneficente Mahle desde abril de 2009; membro do Conselho Superior de Agricultura do FIESP (“COSAG”), a convite do Ministro Sr. Roberto Rodrigues, então Presidente da COSAG, desde 2009; ex-membro do Conselho Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal (“ANDEF”) nos períodos de 1987 à 1989, 1993 à 1997 e 2006 à 2010); ex-membro do Conselho Consultivo do Sindicato Nacional de Defensivos Agrícolas, no período de 2006 à 2010 e ex-membro do Conselho da Câmara de Comércio-Indústria Brasil-Alemanha no período de 2005 à 2016, representando a TASA.

4. Proposta de Remuneração Global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 2023.

A proposta de remuneração global anual apresentada à Assembleia Geral Ordinária é de até R\$ 54.236.234,79 para os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, incluídos todos os benefícios. Tais valores de remuneração referem-se ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2023.

Do total de R\$ 54.236.234,79, R\$ 45.382.695,97 referem-se à remuneração da Diretoria Estatutária, R\$ 7.938.661,80 correspondem à remuneração do Conselho de Administração, e os demais R\$ 914.877,02 referem-se à remuneração do Conselho Fiscal. Vide tabela abaixo:

	Nº de membros	Remuneração Fixa	Remuneração variável	Remuneração em ações	Benefícios	Total da Remuneração
Conselho de Administração	8,00	7.849.131,63	-	-	89.530,17	7.938.661,80
Diretoria Estatutária	4,00	9.670.526,71	25.886.059,42	8.972.298,96	853.810,88	45.382.695,97
Conselho Fiscal	6,00	905.302,06	-	-	9.574,96	914.877,02
Total da Remuneração	18,00	18.424.960,40	25.886.059,42	8.972.298,96	952.916,01	54.236.234,79

Remuneração Fixa

A remuneração fixa da Diretoria Estatutária é composta de 13 salários ao ano, férias correspondentes e consectários legais. Aos membros do Conselho de Administração é atribuída uma remuneração fixa mensal, uma remuneração fixa mensal adicional àqueles que participam de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por uma parcela fixa mensal.

Benefícios

O pacote de benefícios oferecido à Diretoria Estatutária inclui assistência médica, seguro de vida, tíquete refeição, tíquete combustível, uso de telefone celular e demais benefícios legais. Aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é oferecido seguro de vida.

Remuneração Variável de Curto Prazo

No que se refere à remuneração variável de curto prazo, os indicadores de desempenho que são levados em consideração para determinação da remuneração são: (i) as avaliações de desempenho individuais; e (ii) os indicadores de desempenho da Companhia, como o EBITDA, obtido através da receita líquida da Companhia.

Incentivos de Longo Prazo

A Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de maio de 2009 direcionado aos executivos e colaboradores em posição de comando.

As concessões são atribuídas em função de indicadores de resultados globais da Companhia e desempenho individual, tendo por objetivo o alinhamento de interesses dos administradores com a Companhia e seus acionistas no horizonte de longo prazo, bem como a retenção do pessoal-chave da Companhia.

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção poderão ser exercidas em 4 anos consecutivos, à proporção de 25% ao ano, a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os termos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e respectivos Contratos de Outorga.

O plano de opções da Companhia prevê a possibilidade de incentivos de longo prazo ao Conselho de Administração. Não foi concedida, contudo, remuneração variável e/ ou incentivos de longo prazo ao Conselho no exercício de 2022 e não será concedida para o exercício de 2023. Todos os pacotes de remuneração oferecidos encontram-se alinhados aos padrões de mercado para o desempenho de funções semelhantes.

Outorga Direta de Ações como Parte do Pagamento a Administradores:

Como parte do pagamento da remuneração prevista nesta Proposta, a Companhia propõe a seus acionistas que até 70% da remuneração variável de seus Administradores seja paga por intermédio de outorga direta de ações mantidas em tesouraria, sendo que o cálculo do preço das ações, nos termos do parágrafo único do artigo 5º da Resolução CVM nº 77, será a média dos últimos 20 pregões anteriores à data da concessão da remuneração variável prevista para ocorrer em 28 de abril de 2023. Todas as demais condições para a outorga direta de ações como parte da remuneração serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

A proposta de remuneração dos administradores para 2023 não leva em consideração os encargos sociais de ônus do empregador, conforme entendimento manifestado pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários – CVM no âmbito do Processo Administrativo CVM nº 19957.007457/2018-10.

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo item 8 do Formulário de Referência previsto pela Resolução CVM 80 constam no **Anexo VI** à presente Proposta.

5. Deliberação sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos.

Nos termos da Lei das S.A. e Artigos 29º e 30º do Estatuto Social da companhia, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: **(i)** 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; **(ii)** pagamento de dividendo obrigatório em percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício e; **(iii)** constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nos termos da Lei nº 6.404/76.

Propõe-se que o montante global de dividendos distribuídos em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 seja de R\$ 1.100.000.000,00 (um milhão e cem mil reais). Os percentuais propostos da distribuição do lucro líquido anual ajustado pelas deduções e adições previstas na política de destinação de resultados da Companhia, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, são de 25% de dividendo obrigatório somado a 3,41% de dividendo adicional.

Em 11 de agosto de 2022, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração a distribuição dos dividendos intercalares, relativos ao período findo em 30 de junho de 2022, no montante total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) equivalente a R\$ 0,757576 por ação. A data base foi 19 de agosto de 2022, data “ex” em 22 de agosto de 2022 e a data de pagamento foi em 15 de setembro de 2022. Em 15 de dezembro de 2022, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração a distribuição dos dividendos intercalares, relativos ao período findo em 30 de setembro de 2022, no montante total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) equivalente a R\$ 0,909518 por ação. A data base foi 19 de dezembro de 2022, data “ex” em 20 de dezembro de 2022 e a data de pagamento foi em 28 de dezembro de 2022.

A Administração da Companhia propõe que os dividendos intercalares pagos e distribuídos à conta do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões reais), sejam imputados ao dividendo

obrigatório relativo ao referido exercício social. Os percentuais propostos da distribuição do lucro líquido do exercício social de 2022, conforme mencionado, serão de 25% de dividendo obrigatório somado a 3,41% de dividendo adicional, ambos já pagos, totalizando 28,41%

A Administração também propõe que o saldo do lucro líquido do exercício diante dos dividendos intercalares pagos e após formação de reserva legal, seja destinado à conta de reserva de lucros, conforme Artigo 29º do Estatuto Social da Companhia. A tabela abaixo demonstra em números a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos ora proposta:

Lucro Líquido do exercício de 2022	<u>4.167.129.030,94</u>
(-) Reserva Legal - 5,00%	-208.356.451,55
(-) Reserva de Incentivo	-86.662.093,81
	<hr/>
Lucro Líquido Ajustado para Fins de Dividendos	<u>3.872.110.485,59</u>
Dividendos obrigatório pago - 25,00%	968.027.621,40
Dividendos adicional pago - 3,41%	131.972.378,60
	<hr/>
Dividendos Pago	<u>1.100.000.000,00</u>
	<hr/>
Reserva de Lucro	<u>2.772.110.485,59</u>

Informações detalhadas sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, exigidas pelo Art. 10º da Resolução CVM 81, constam do **Anexo III** à presente Proposta.

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas cópias de todos os documentos relacionados às deliberações constantes da ordem do dia, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81, na sede da Companhia, no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.marfrig.com.br), bem como nos sites da BM&FBOVESPA (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Com o propósito de participar da Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deverão apresentar, preferencialmente até às 18h (dezoito horas) do dia 06 de abril de 2023, os documentos listados abaixo, que deverão ser entregues na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia. A participação dos acionistas poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído ou por meio de envio de boletim de voto à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81.

Acionistas Pessoas Físicas

- Documento de identificação com foto;
- Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição depositária ou pela entidade de custódia fungível das ações.

Acionistas Pessoas Jurídicas

- Cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (i.e.: ata de eleição dos diretores, se for o caso);
- Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto;
- Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição depositária ou pela entidade de custódia fungível das ações.

Obs.: Para os fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo, o estatuto ou contrato social do administrador, os documentos societários que comprovem os poderes de representação, além de documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

Acionistas Representados por Procuração

- Além dos documentos indicados acima, procuração válida com firma reconhecida, que deverá ter sido outorgada para um procurador que seja acionista, administrador da companhia ou advogado;
- Documento de identificação do procurador com foto.

Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., o acionista poderá ser representado por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia.

Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas, em consonância com a decisão Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), a Companhia não exigirá que o mandatário seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia, devendo tais acionistas serem representados na forma de seus documentos societários. A documentação societária, contudo, deverá comprovar os poderes dos representantes legais que outorgam a procuração em nome da pessoa jurídica.

Acionistas Estrangeiros

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros com a ressalva de que os documentos societários da pessoa jurídica e a procuração deverão ser notariados e consularizados.

Credenciamento

No caso de outorga de procurações por meio físico, os documentos referidos podem ser entregues na sede da Companhia até a hora de início da Assembleia Geral.

No entanto, visando a facilitar o acesso dos acionistas à Assembleia Geral, solicitamos que a entrega desses documentos seja feita com a maior antecedência possível, a partir do dia 20 de março de 2023.

Os documentos devem ser entregues na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores.

Pedidos públicos de Procuração

Acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) ou mais do capital social poderão incluir pedidos de procuração, nos termos da Lei das S.A. e da Resolução CVM 81.

Os pedidos públicos de procuração devem ser acompanhados da minuta de procuração e das informações e demais documentos exigidos na Resolução CVM 81, especialmente em seu Anexo Q, e entregues na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º

andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores.

Nos termos da regulamentação em vigor, Companhia atenderá ao pedido público de procuração formulado pelos acionistas em até 2 (dois) dias úteis contados da data do recebimento do referido pedido, dando o mesmo destaque que os demais documentos disponibilizados pela Companhia relativos a esta Assembleia Geral. A Companhia e sua administração não são responsáveis pelas informações contidas em pedidos públicos de procuração realizados pelos acionistas.

Participação mediante o envio de Boletim de voto à distância

Nos termos da Resolução CVM nº 81, e com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a Companhia disponibiliza o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia.

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia: (i) por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (ii) por boletim de voto à distância enviado diretamente à Companhia por qualquer acionista, cujos modelos foram disponibilizados, separadamente, no website de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.marfrig.com.br>) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Ressalvada a exceção prevista na Resolução CVM 81, caso haja divergência entre eventual boletim de voto à distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo depositário central com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado. Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da Assembleia Geral portando os documentos exigidos conforme acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

Exercício por prestadores de serviços – sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da Companhia. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. Nos termos da Resolução CVM nº 81, conforme alterada, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias de antecedência contados da data da realização da Assembleia, ou seja, até 04/04/2023 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia. Vale notar que, conforme determinado pela Resolução CVM nº 81, a Central Depositária da Companhia, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000.

- (i) via física do boletim cujos modelos foram disponibilizados, separadamente, no website de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.marfrig.com.br>) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) cópia autenticada dos documentos descritos acima, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em (i) e (ii) acima para o endereço eletrônico ri@marfrig.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos demais documentos requeridos, até o dia 04/04/2021 (inclusive), para a Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000.

Uma vez recebidos os documentos referidos em (i) e (ii) acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Resolução CVM nº 81, conforme alterada.

Caso o boletim de voto seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no boletim de voto.

Os documentos referidos em (i) e (ii) acima deverão ser protocolados na Companhia em até 7 dias antes da data da Assembleia Geral, ou seja, até 04/04/2023 (inclusive). Eventuais boletins de voto recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

Estão disponíveis, na sede da Companhia, localizada na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, no site de Relações com Investidores da Marfrig Global Foods S.A. (ri.marfrig.com.br), bem como no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) os seguintes documentos relativos às matérias a serem deliberadas na referida Assembleia:

(I) Edital de Convocação;

(II) Relatório da Administração;

(III) Demonstrações Financeiras e notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal, Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário e Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário;

(IV) Proposta da Administração que contempla: **a)** Modelo de Procuração sem orientação de voto – **Anexo I** ao presente Manual; **b)** Modelo de Procuração com orientação de voto – **Anexo II** ao presente Manual; **c)** Manual para Participação na Assembleia; **d)** Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia; **e)** Informações sobre os candidatos para compor o Conselho de Administração e Conselho Fiscal; **f)** Proposta de remuneração global dos membros da Administração para o exercício de 2023; **g)** Proposta de destinação de resultados do exercício findo em 31/12/2022.

ANEXO I

MODELO DE PROCURAÇÃO SEM ORIENTAÇÃO DE VOTO

Abaixo apresentamos Modelo de Procuração **sem orientação de voto** para participação na Assembleia.

PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador da Carteira de Identidade RG nº [], inscrito no CPF/MF sob o nº [], residente e domiciliado na Cidade de [], Estado de [], na Rua/Av. [], para representar a Outorgante, na qualidade de acionista da Marfrig Global Foods S.A., (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 11 de abril de 2023, às 10h, Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000., podendo examinar, discutir e votar em nome da Outorgante, as matérias constantes da Ordem do Dia da citada Assembleia, enfim praticar todos os atos que se fizerem necessários para o fiel cumprimento deste mandato.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a partir da presente data.

[Cidade], [dia] de [mês] de [2023]

Outorgante
(assinatura com firma reconhecida)

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO COM ORIENTAÇÃO DE VOTO

Abaixo apresentamos Modelo de Procuração **com orientação de voto** para participação na Assembleia.

PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Sr. [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador da Carteira de Identidade RG nº [], inscrito no CPF/MF sob o nº [], residente e domiciliado na Cidade de [], Estado de [], na Rua/Av [], para representar a Outorgante, na qualidade de acionista da Marfrig Global Foods S.A., (“Companhia”), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 11 de abril de 2023, às 10h, na Avenida Queiroz Filho, nº 1560, Bloco 5 (Torre Sabiá), 3º andar, Sala 301, Vila Hamburguesa, São Paulo / SP – CEP 05319-000, podendo examinar, discutir e votar em nome da Outorgante, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia.

- 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;**

A favor [] Contra [] Abstenção []

- 2. Definir que o Conselho de Administração para o mandato 2023/2024 seja composto por 7 (sete) membros;**

A favor [] Contra [] Abstenção []

- 3. Eleger os membros para compor o Conselho de Administração.**

A favor [] Contra [] Abstenção []

- 4. Eleger os membros para compor o Conselho Fiscal.**

A favor [] Contra [] Abstenção []

- 5. Fixar a Proposta de Remuneração Global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício de 2023.**

A favor [] Contra [] Abstenção []

6. Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2022.

A favor [] Contra [] Abstenção []

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a partir da presente data.

[Cidade], [dia] de [mês] de [2023]

Outorgante
(assinatura com firma reconhecida)

ANEXO III

RESOLUÇÃO CVM Nº 81, DE 29 DE MARÇO DE 2022 ANEXO A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social de 2022 foi de R\$ 4.167.1239.030,94

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Propõe-se que o montante global de dividendos distribuídos em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 seja de R\$ 1.100.000.000,00. Os percentuais propostos da distribuição do lucro líquido anual ajustado pelas deduções e adições previstas na política de destinação de resultados da Companhia, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, são de 25% de dividendo obrigatório somado a 3,41% de dividendo adicional.

Para o exercício de 2022, a Companhia distribuiu dividendo no montante de R\$ 1.100.000.000,00, as aprovações que totalizam este valor ocorreram das seguintes formas: (I) em reunião do Conselho de Administração, realizada em 11 de agosto de 2022, relativos ao período findo em 30 de junho de 2022, no montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) equivalente a R\$ 0,757576 por ação. A data base foi 19 de agosto de 2022, data “ex” foi em 22 de agosto de 2022 e a data de pagamento foi em 15 de setembro de 2022.; e (II) em reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de dezembro de 2022, relativos ao período findo em 30 de setembro de 2022, no montante de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), equivalente a R\$ 0,909518 por ação. A data base foi 19 de dezembro de 2022, data “ex” foi em 20 de dezembro de 2022 e a data de pagamento foi em 28 de dezembro de 2022.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Os percentuais distribuídos do lucro líquido anual ajustado pelas deduções e adições previstas na política de destinação de resultados da Companhia, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, são de 25% de dividendo obrigatório somado a 3,41% de dividendo adicional.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Exercícios Social encerrados em 31 de dezembro de:			
	(R\$)		
	2020	2021	2022
Lucro Líquido	3.301.754.532	4.343.300.395	4.167.129.030
Juros sobre capital próprio bruto	N/A	N/A	N/A
Lucro bruto por ação	N/A	N/A	N/A

Saldo dos Dividendos bruto	141.083.275	2.171.650.198	1.100.000.000
Lucro bruto por ação	0,2038902	3,2275847944	1,6670940000
Ações consideradas para o cálculo	691.956.807	672.840.663	659.830.819*

* Em 11 de agosto de 2022 foi considerado 659.999.789 ações, em 15 de dezembro de 2022 e o adicional proposto foi de 659.690.078 ações.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Em 11 de agosto de 2022, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração a distribuição dos dividendos intercalares, relativos ao período findo em 30 de junho de 2022, no montante total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) equivalente a R\$ 0,757576 por ação. A data base foi 19 de agosto de 2022, data “ex” foi em 22 de agosto de 2022 e a data de pagamento foi em 15 de setembro de 2022. Em 15 de dezembro de 2022, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração a distribuição dos dividendos intercalares, relativos ao período findo em 30 de setembro de 2022, no montante total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) equivalente a R\$ 0,909518 por ação. A data base foi 19 de dezembro de 2022, data “ex” foi em 20 de dezembro de 2022 e a data de pagamento foi em 28 de dezembro de 2022.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Após aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de agosto de 2022 e 15 de dezembro de 2022 foram feitos os pagamentos em 15 de setembro de 2022 e 28 de dezembro de 2022, respectivamente.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não haverá incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

As aprovações dos pagamentos foram feitas pelo Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 11 de agosto de 2022 e 15 de dezembro de 2022. A data considerada para identificação dos acionistas que tiveram direito ao seu recebimento foram 19 de agosto de 2022 e 19 de dezembro de 2022, sendo considerados “*ex-dividendos*” em 22 de agosto de 2022 e 20 de dezembro de 2022, respectivamente.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não houve declaração de dividendos ou Juros sobre capital próprio em outros períodos.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

N/A

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios Social encerrados em 31 de dezembro de:			
	(R\$)		
	2020	2021	2022
Lucro Líquido	3.301.754.532	4.343.300.395	4.167.129.030
Juros sobre capital próprio bruto	N/A	N/A	N/A
Lucro bruto por ação	N/A	N/A	N/A
Saldo dos Dividendos bruto	141.083.275	2.171.650.198	1.100.000.000
Lucro bruto por ação	0,2038902	3,2275847944	1,6670940000
Ações consideradas para o cálculo	691.956.807	672.840.663	659.830.819*

* Em 11 de agosto de 2022 foi considerado 659.999.789 ações, em 15 de dezembro de 2022 e o adicional proposto foi de 659.690.078 ações.

Observa-se que a Companhia emite apenas ações ordinárias.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

A Reserva Legal foi constituída com base no art. 193 da Lei nº 6.404/76 em 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 depois da compensação do prejuízo acumulado com base no art. 189 da Lei nº 6.404/76, no montante total de R\$ 208.356 mil (duzentos e oito milhões e trezentos e cinquenta e seis mil reais), antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% (vinte por cento) do Capital Social.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Valores expressos em milhares de reais

	2022
--	------

Lucro Líquido do exercício de 2022	R\$ 4.167.129
Reserva Legal - 5%	R\$ 208.356

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia emite apenas ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Artigo 30 de nosso estatuto Social estabelece que os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

- I. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e
- II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº. 6.404/76).

Parágrafo 2º - A Assembleia poderá atribuir aos administradores da Companhia ou de suas sociedades controladas uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá:

- (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores ad referendum da Assembleia Geral; e
- (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4º - Os dividendos não reclamados em três anos prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 5° - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo mínimo obrigatório foi pago integralmente, através de dividendos intermediários. A Administração da Companhia aprovou a seus acionistas o pagamento de dividendo em porcentual de 28,41% (vinte e oito inteiros e quarenta e um centésimos por cento) sobre o lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 1.100.000.000,00.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há proposta de retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável.

- a. Informar o montante da retenção**
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**
- c. Justificar a retenção dos dividendos**

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingência.

- a. Identificar o montante destinado a reserva**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável**
- d. Justificar a constituição da reserva**

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de lucros a realizar.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

O saldo havido após a constituição da reserva legal, reserva de incentivo fiscal e distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.772.110.485,59, seja destinado a reserva de lucros conforme previsão estatutária.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Nos termos do Art. 29, §3º, c do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal; b) pagamento de dividendo obrigatório; e c) constituição de reserva de lucros. A Administração propõe, nos termos de seu Estatuto Social, que o saldo havido após a constituição da reserva legal e pagamento de dividendos seja alocado como reserva de lucros. Abaixo transcreve-se a cláusula correspondente do Estatuto:

Parágrafo 3º - O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: a. 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; b. pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 29 deste Estatuto e a legislação aplicável e; c. constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nos termos da Lei nº 6.404/76.

b. Identificar o montante destinado a reserva

O valor é de R\$ 2.772.110.485,59.

c. Descrever como o montante foi calculado

Lucro Líquido do exercício de 2022	<u>4.167.129.030,94</u>
(-) Reserva Legal - 5,00%	-208.356.451,55
(-) Reserva de Incentivo	-86.662.093,81
	<hr/>
Lucro Líquido Ajustado para Fins de Dividendos	<u>3.872.110.485,59</u>
Dividendos obrigatório pago - 25,00%	968.027.621,40
Dividendos adicional pago - 3,41%	<u>131.972.378,60</u>
Dividendos Pago	<u>1.100.000.000,00</u>
	<hr/>
Reserva de Lucro	<u>2.772.110.485,59</u>

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não há proposta de retenção de lucros previstos em orçamento de capital.

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

A companhia destinou o montante de R\$ 86.662.093,81 para reservas de incentivos fiscais, de acordo com as subvenções concedidas no exercício de 2022.

b. Explicar a natureza da destinação

A Companhia possui subvenções de ICMS concedidos pelos governos estaduais, sendo: Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (PRODEIC), Programa Estadual de Desenvolvimento, Coordenação e Qualidade do Sistema Agroindustrial da Carne de Gado Vacum, Ovino e Bufalino (Agregar-RS Carnes), Programa do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional (CONDER-RO), Programa de incentivo fiscal as Industrias LC 93/2001 (MS), tais incentivos estão diretamente ligados ao investimento em unidades produtivas, geração de empregos, desenvolvimento social e econômico, além do crescimento harmônico e integrado das operações industriais.

ANEXO IV

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.

ITEM 02 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Na avaliação dos diretores da Companhia, a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia reflete o comprometimento com a melhoria de sua estrutura de capital, bem como a busca por um melhor desempenho de nossas atividades.

O direcionamento estratégico da Companhia é pautado no processamento de proteínas, produtos de maior valor agregado e com marca, com uma estrutura de capital adequada, com alavancagem controlada e de menor despesa financeira, sempre atuando de forma sustentável, na geração de valor para todos os nossos stakeholders, cadeia pecuária, para as comunidades onde temos presença, para nossos investidores.

Destacamos os principais eventos de 2022:

(i) Em 19 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado que a PlantPlus Foods LLC (“PlantPlus Foods”) concluiu o processo de aquisição da Sol Cuisine Ltd. (“Sol Cuisine”), empresa listada na Bolsa de Valores de Toronto – TMX – sob o código VEG. A Sol Cuisine é uma produtora que tem apresentado rápido crescimento no segmento de proteína vegetal, com marca própria e private label, com presença nas principais categorias de pratos e aperitivos. Os produtos da empresa são oferecidos por meio de plataforma de distribuição omni-channel estabelecida no Canadá, Estados Unidos da América e México;

(ii) Em 26 de janeiro de 2022, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em continuidade ao comunicado de dezembro de 2020, o investimento na empresa brasileira Quiq, plataforma digital que simplifica a gestão de pedidos online dos restaurantes, conectando os diversos aplicativos de delivery diretamente aos sistemas de PDV (Ponto de Venda). O Quiq é uma joint venture liderada pelo hub de tecnologia 4all e outros nove sócios de importantes redes de food-service. O investimento foi de aproximadamente R\$ 12,0 milhões e está alinhado com a estratégia de crescimento da Companhia, sempre atenta as constantes inovações de mercado e a complementaridade de nossas atividades; e

(iii) Em 01 de abril de 2022, após a eleição e posse da chapa indicada pela Companhia ao Conselho de Administração da controlada BRF, a Companhia passou a exercer influência significativa, e conseqüentemente controle sobre as operações da BRF. A chapa eleita assume as responsabilidades e atribuições do Conselho de Administração, consistindo na eleição da diretoria executiva, definição da remuneração da Administração, autorizar a constituição e dissolução de sociedades, escolher e destituir os auditores independentes, aprovar políticas e alçadas dentre outros tópicos que coligam na administração do negócio.

Os demais eventos que ocorreram no exercício de 2022 estão detalhados no item 2.4(b) deste formulário de referência.

A tabela abaixo apresenta a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Dívida Líquida(1)/EBITDA UDM	3,03x	1,51x
Dívida Líquida(1)/EBITDA UDM/(carve-out) (2)	2,64x	1,32x
Índice de liquidez corrente (3)	1,25x	1,14x
Prazo médio do vencimento da dívida (em meses)	69	57
Empréstimos, financiamentos e debêntures – parcela não circulante (%)	79,1%	77,4%
Empréstimos, financiamentos e debêntures – denominados em R\$ (%)	37,2%	20,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures – denominados em outras moedas (%)	62,8%	79,8%

(1) Dívida Líquida corresponde ao saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (parcela circulante e não circulante), menos o somatório dos saldos de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

(2) Em função das disposições contratuais (carve-out) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/LAJIDA UDM).

(3) Índice de liquidez corrente corresponde ao total do circulante dividido pelo total do passivo circulante, desconsiderando o instrumento mandatário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 61.172,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia era de R\$ 30.325,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 37,2% denominado em Reais e 62,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 8,48% ao ano. O índice de alavancagem (dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses), ficou em 3,03x, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,25x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2022 de R\$22.492,5 milhões. Para fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 2,64x em 31 de dezembro de 2022. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 20,9% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 79,1% os vencimentos do longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, a composição por moeda do saldo consolidado de empréstimos, financiamentos e debêntures foi de 20,2% denominado em Reais e 79,8% denominado em outras moedas estrangeiras. O custo médio ponderado do endividamento consolidado foi de 5,5% ao ano. O índice de alavancagem (dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses), ficou em 1,51x, enquanto o índice de liquidez corrente ficou em 1,14x, considerando as disponibilidades em 31 de dezembro de 2021 de R\$8.400,3 milhões. Para

fins de operações de financiamento bancário e via mercado, o cálculo do índice de alavancagem, o qual possui cláusulas que excluem os efeitos da variação cambial, ficou em 1,32x em 31 de dezembro de 2021. Do total do endividamento bruto, composto por empréstimos e juros das debêntures, apenas 22,6% representavam os vencimentos no curto prazo, enquanto 77,4% os vencimentos do longo prazo.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo a composição da estrutura de capital da Companhia para os períodos indicados. Na avaliação dos Diretores, a estrutura de capital da Companhia representa, atualmente, uma adequada relação entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante):

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta de 19,4% de capital próprio e 80,6% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta de 11,6% de capital próprio e 88,4% de capital de terceiros.

Os Diretores acrescentam que a Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia obteve a aprovação do Conselho de Administração para subscrever até o limite de sua participação societária no capital social da BRF, o equivalente a 33,20% da oferta de ações da BRF. Foram adquiridas 90.198.777 ações entre as 270.000.000 novas ações emitidas. Em 10 de março de 2022, a Companhia adquiriu 200.000 ações, com essa nova aquisição, a Companhia passou a ter 33,27% da oferta de ações da BRF. Em 01 de abril de 2022, após a eleição e posse da chapa indicada pela Companhia ao Conselho de Administração da controlada BRF, a Companhia passou a exercer influência significativa, e conseqüentemente controle sobre as operações da controlada BRF. Essas movimentações alteraram a estrutura de capital próprio e de capital de terceiros durante o ano de 2022, e estão detalhadas nas notas 5.12 e 13.2.6 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Com a variação gerada pelas aquisições das ações da BRF e a constituição da PlantPlus Foods Brasil Ltda. que ocorreram durante o ano de 2021, fez com que acontecesse alterações na estrutura de capital próprio e de capital de terceiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno aos seus acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

O principal indicador para monitoramento é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários e a parcela circulante dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	22.492.533	8.400.260

Empréstimos, financiamentos e debêntures – parcela circulante	12.813.280	6.842.294
Indicador de liquidez modificado	1,76	1,23

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que a capacidade de pagamento da Companhia frente aos seus compromissos financeiros é considerada confortável levando-se em consideração suas disponibilidades, seu perfil do endividamento que possui e sua expectativa de geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022, do total do endividamento bruto, apenas 20,9% tinham vencimento no curto prazo enquanto 79,1% no longo prazo. O saldo das disponibilidades, no montante de R\$22.492,5 milhões, representou um índice de liquidez de curto prazo (Disponibilidades / Dívida de Curto Prazo) de 1,76x.

Em 31 de dezembro de 2021, do total do endividamento bruto, apenas 22,6% tinham vencimento no curto prazo enquanto 77,4% no longo prazo. O saldo das disponibilidades, no montante de R\$8.400,3 milhões, representou um índice de liquidez de curto prazo (Disponibilidades / Dívida de Curto Prazo) de 1,23x.

Adicionalmente, os Diretores informam que a Companhia constantemente busca um perfil de endividamento com maior equilíbrio nos seus vencimentos, evitando concentrações de pagamentos em um determinado período.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os Diretores entendem que no último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; (iii) emissão de dívida (bonds e debêntures); (iv) oferta subsequente de ações primárias (Follow-on).

Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, incluindo o investimento em novas plantas, expansão e/ou modernização das plantas existentes, e (iii) redução do endividamento e das taxas de juros a eles atreladas.

Os Diretores acreditam que essas fontes de financiamento estão adequadas ao perfil de endividamento da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha R\$ 22.492,5 milhões em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, em comparação com R\$ 12.813,3 milhões em dívida de curto prazo. Considerando o perfil de dívida da Companhia e sua capacidade histórica de levantar capital e gerar caixa em dólares americanos e reais, a Companhia espera poder pagar suas dívidas, usando uma combinação de diferentes recursos de capital, tais como as receitas geradas a partir das

atividades operacionais da Companhia, emissões de dívida e patrimônio e condições de pagamento estendidas aos seus fornecedores.

A Companhia acredita que o foco em seu negócio principal, juntamente com os investimentos que planejam fazer nos próximos anos, permitirá um aumento na geração de caixa. Isso, por sua vez, pode aumentar gradualmente a capacidade da Companhia de pagar suas obrigações financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

- (f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas
- (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela a seguir mostra o endividamento consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021, descrito por modalidade, com as taxas médias ponderadas e os prazos médios ponderados de vencimento:

Linha de crédito	Encargos (%a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Em 31 de dezembro de	
				2022 (R\$ mil)	2021 (R\$ mil)
MOEDA NACIONAL:					
NCE/Capital de Giro	CDI / Pré-Fixado	10,08%	4,15	4.692.869	503.596
CPR / CCB	CDI	15,47%	2,41	6.079.882	3.908.698
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	CDI / IPCA	14,55%	5,31	6.184.481	1.701.325
Incentivos fiscais	Pré-Fixado	2,40%	-	5.286	-
Debêntures	CDI / IPCA	11,94%	8,57	5.768.475	-
Total moeda nacional		13,21%		22.730.993	6.113.619
MOEDA ESTRANGEIRA:					
NCE/Pré-pagamento (US\$) / ACC (US\$)	Taxa Fixa / Taxa flutuante / Libor / V.C+ Sofr	6,26%	1,22	5.218.815	4.692.841
Bonds (US\$)	Taxa Fixa + V.C / Pré-Fixado	5,20%	8,44	24.788.824	16.138.569
Empréstimo Bancário (US\$)	Taxa Fixa / Libor / V.C+SOFR	6,20%	2,16	6.263.450	2.146.146
Empréstimo Bancário (EUR)	Taxa Pós + V.C	-	-	-	1.234.623

Linha de Crédito					
Rotativo - Revolving	Libor	5,75%	3,87	1.656.705	-
Capital de Giro	Pré-Fixado	16,83%	0,70	514.004	-
Total moeda estrangeira		5,69%		38.441.798	24.212.179
Total de empréstimos, financiamento e debêntures		8,48%	-	61.172.791	30.325.798
Passivo circulante				12.813.280	6.842.294
Passivo não circulante				48.359.511	23.483.504

Dentre os empréstimos e financiamentos apresentados acima, o quadro abaixo indica, de modo individualizado, os contratos das Senior Notes do balanço consolidado, com saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2022, e as dívidas que individualmente sejam superiores a R\$ 100,0 milhões:

Tipo de Contrato	Valor de principal (em milhões)	Data de emissão	Custo anual	Saldo em 31/12/2022 (em milhões)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	BRL 720,00	16/12/2016	11,80%	R\$999,65
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	BRL 250,00	13/09/2019	14,23%	R\$128,38
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	BRL 422,87	09/08/2021	14,72%	R\$435,91
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	BRL 777,13	09/08/2021	14,69%	R\$803,40
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	BRL 244,45	03/02/2022	14,92%	R\$254,30
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	BRL 433,17	03/02/2022	15,01%	R\$451,44
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	BRL 500,00	03/02/2022	15,56%	R\$532,19
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	BRL 822,38	03/02/2022	15,45%	R\$854,97
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	BRL 750,00	15/12/2022	15,41%	R\$753,29
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	BRL 474,96	29/12/2022	14,77%	R\$461,19
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	BRL 525,04	29/12/2022	15,05%	R\$509,77
CPR / CCB - Moeda Nacional	BRL 531,98	25/05/2021	15,98%	R\$582,34
CPR / CCB - Moeda Nacional	BRL 525,00	31/05/2021	16,07%	R\$530,57
CPR / CCB - Moeda Nacional	BRL 1.050,00	02/06/2021	16,07%	R\$1.059,92
CPR / CCB - Moeda Nacional	BRL 506,66	07/06/2021	16,02%	R\$551,79

CPR / CCB - Moeda Nacional	BRL 200,00	30/07/2021	16,06%	R\$212,95
CPR / CCB - Moeda Nacional	BRL 700,00	01/10/2021	15,14%	R\$721,40
CPR / CCB - Moeda Nacional	BRL 180,00	28/01/2022	14,47%	R\$203,37
CPR / CCB - Moeda Nacional	BRL 150,00	22/02/2022	14,66%	R\$168,76
CPR / CCB - Moeda Nacional	BRL 100,00	28/04/2022	14,72%	R\$109,84
CPR / CCB - Moeda Nacional	BRL 700,00	06/05/2022	15,12%	R\$703,32
CPR / CCB - Moeda Nacional	BRL 100,00	24/06/2022	15,41%	R\$100,23
CPR / CCB - Moeda Nacional	BRL 500,00	28/10/2022	14,86%	R\$509,94
CPR / CCB - Moeda Nacional	BRL 500,00	04/11/2022	14,82%	R\$508,78
Debêntures	BRL 268,27	30/04/2019	15,10%	R\$265,95
Debêntures	BRL 411,73	30/04/2019	11,40%	R\$480,27
Debêntures	BRL 1.495,00	17/07/2020	11,50%	R\$1.540,41
Debêntures	BRL 705,00	17/07/2020	11,20%	R\$746,95
Debêntures	BRL 1.000,00	02/06/2021	10,68%	R\$984,34
Debêntures	BRL 990,00	08/07/2022	12,73%	R\$1.032,87
Debêntures	BRL 710,00	13/07/2022	14,90%	R\$717,69
Empréstimo Bancário (US\$)	BRL 36,33	18/01/2022	3,45%	R\$192,53
Empréstimo Bancário (US\$)	BRL 800,00	09/05/2022	6,92%	R\$3.838,36
Empréstimo Bancário (US\$)	BRL 30,00	18/10/2022	6,47%	R\$161,33
NCE/Capital de Giro - Moeda Nacional	BRL 1.082,48	26/09/2019	15,08%	R\$1.365,61
NCE/Capital de Giro - Moeda Nacional	BRL 148,18	26/09/2019	15,08%	R\$186,93
NCE/Capital de Giro - Moeda Nacional	BRL 370,44	26/09/2019	15,08%	R\$467,33
NCE/Capital de Giro - Moeda Nacional	BRL 409,65	11/10/2019	17,78%	R\$106,14
NCE/Capital de Giro - Moeda Nacional	BRL 390,00	03/12/2021	15,15%	R\$394,09
NCE/Capital de Giro - Moeda Nacional	BRL 550,00	23/12/2021	15,05%	R\$549,57
NCE/Capital de Giro - Moeda Nacional	BRL 200,00	10/02/2022	14,76%	R\$226,02
NCE/Capital de Giro - Moeda Nacional	BRL 200,00	17/02/2022	14,82%	R\$225,49

NCE/Capital de Giro - Moeda Nacional	BRL 100,00	24/02/2022	14,77%	R\$112,48
NCE/Capital de Giro - Moeda Nacional	BRL 241,00	30/05/2022	15,12%	R\$244,02
NCE/Capital de Giro - Moeda Nacional	USD 100,00	15/08/2022	10,75%	R\$103,94
NCE/Capital de Giro - Moeda Nacional	USD 200,00	15/08/2022	10,75%	R\$207,87
NCE/Capital de Giro - Moeda Nacional	USD 400,00	28/10/2022	15,08%	R\$406,01
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 100,00	26/04/2017	8,04%	R\$132,89
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 25,00	18/02/2021	3,25%	R\$130,44
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 30,00	23/03/2021	5,00%	R\$162,16
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 25,00	07/04/2021	7,73%	R\$131,56
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	31/05/2021	3,20%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	04/11/2021	3,45%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	03/01/2022	3,41%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	09/02/2022	3,99%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	02/03/2022	3,31%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	08/03/2022	3,45%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	14/03/2022	3,87%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	16/03/2022	3,99%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	01/04/2022	4,20%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 26,87	01/04/2022	4,39%	R\$140,20
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 25,00	18/04/2022	7,59%	R\$131,21
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	27/04/2022	4,65%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	02/05/2022	4,68%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 35,00	10/06/2022	7,29%	R\$183,47
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	14/06/2022	5,80%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	01/07/2022	5,52%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	07/07/2022	5,40%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	11/07/2022	5,44%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	13/07/2022	4,90%	R\$106,77
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 20,00	26/07/2022	5,57%	R\$104,35
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 150,00	19/08/2022	5,52%	R\$795,25
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 100,00	22/08/2022	6,55%	R\$525,38
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 75,00	04/10/2022	5,79%	R\$391,33
Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)	USD 30,00	05/10/2022	5,80%	R\$156,53
Senior Notes 2023 - BRF	USD 500,00	22/05/2013	3,95%	R\$1.142,68
Senior Notes 2024 - BRF	USD 750,00	22/05/2014	4,75%	R\$1.470,65
Senior Notes 2026 - BRF GmbH	USD 500,00	29/09/2016	4,35%	R\$2.514,44
Senior Notes 2026 - NBM US Holdings	USD 1.000,00	14/05/2019	7,00%	R\$4.163,23

Senior Notes 2028 - Cledinor S.A.	USD 60,00	03/01/2018	3,95%	R\$184,57
Senior Notes 2029 - NBM US Holdings	USD 500,00	06/08/2019	6,63%	R\$2.665,00
Senior Notes 2030 - BRF	USD 750,00	24/09/2019	4,88%	R\$3.006,78
Senior Notes 2031 - Marb	USD 1.500,00	29/01/2021	3,95%	R\$6.303,40
Senior Notes 2050 - BRF	USD 300,00	21/09/2020	5,75%	R\$1.285,00
Senior Notes 2050 - BRF	USD 500,00	21/09/2020	5,75%	R\$2.053,06
Linha de crédito rotativo - revolving	USD 320,00	09/05/2022	5,75%	R\$1.656,70

Os Diretores da Companhia entendem que as modalidades abaixo expressam os empréstimos e financiamentos mais relevantes.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos contratos celebrados com nossos principais credores e em vigor em 31 de dezembro de 2022:

Nota de crédito à exportação – NCE/Capital de Giro

A Companhia emitiu notas de crédito à exportação que visa fortalecer o capital de giro da Companhia, com o objetivo de apoiar a produção destinados à exportação. As notas acumulam uma média de juros anual na taxa de 10,08%.

Cédula de Crédito – CPR & CCB

A Companhia celebrou contratos de Cédula de Crédito entre Crédito de Produtor Rural (CPR) e Cédula de Crédito Bancário (CCB), essas células possuem vencimentos que variam de 1 a 5 anos, e estão em linha com a estratégia de alongamento do prazo médio da dívida. Os contratos acumulam juros a uma taxa anual média de 15,47% a.a.

Debêntures Não Conversíveis - CRA

Em 16 de dezembro de 2016, a Controlada BRF concluiu a emissão de CRA vinculados à oferta pública de distribuição da 1ª e 2ª Série da 1ª Emissão da Vert Companhia Securitizadora, no montante de R\$1.500,0 milhões, líquido de juros. A emissão da 1ª Série totalizou R\$ 780,0 milhões ao custo de 96,00% da taxa de Depósito Interbancário, com vencimento do principal em parcela única em 16 de dezembro de 2020 e juros pagos a cada 8 meses. A emissão da 2ª Série, por sua vez, totalizou R\$720,0 milhões, ao custo de 5,8970% a.a. atualizado pela variação do IPCA, com vencimento do principal em parcela única em 18 de dezembro de 2023 e juros pagos a cada 16 ou 18 meses. Os CRA são lastreados em créditos decorrentes das exportações da BRF contratadas com a BRF Global GmbH e BRF Foods GmbH e foram cedidos e/ou prometidos à referida securitizadora.

Em 13 de setembro de 2019, a Companhia concluiu a 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia em série única de emissão, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando o valor de R\$ 250,0 milhões, com vencimento final em setembro de 2023.

Em 10 de agosto de 2021, a Companhia concluiu a emissão de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries de emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), no valor total de R\$ 1.200,0 milhões, emitidas para colocação privada, com vencimento da

primeira emissão em 15 de julho de 2028 e a segunda emissão em 15 de julho de 2031, sendo esta a 8ª (oitava) Emissão de Debêntures da Companhia.

Em 20 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, para colocação privada. O valor total de tal emissão é de R\$ 1.500,0 milhões e foram emitidas 1.500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada. As debêntures não foram registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou também a 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. O valor total de tal emissão é de R\$ 500,0 milhões e foram emitidas 500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada.

Em 10 de novembro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a 11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, para colocação pública. O valor total de tal emissão é de R\$ 750,0 milhões e foram emitidas 750.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada.

Em 17 de novembro de 2022, o Conselho de Administração autorizou a 12ª (décima segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, para colocação privada. O valor total de tal emissão é de R\$ 1.000,0 milhões e foram emitidas 1.000.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada.

Debêntures

Foram subscritas pela controlada BRF em 30 de abril de 2019, 750.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando o montante de R\$ 750,0 milhões, sendo emitidas em 3 séries. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com esforços restritos. A 1ª série teve um montante de R\$ 70,0 milhões remunerado a CDI+0,80% com pagamento de juros semestrais e vencimento único de principal em 2022. A 2ª série tem um montante de R\$ 411,7 milhões remunerado a IPCA+5,50% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2025 e 2026. A 4ª série tem um montante de R\$ 268,3 milhões remunerado a CDI+1,45% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2025 e 2026.

Em 14 de julho de 2020, foi aprovada pelo Conselho de Administração da controlada da BRF, a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da 2 (duas) séries, para colocação privada, pela Companhia. As Debêntures foram objeto de colocação privada junto à VERT, no âmbito da 46ª (quadragésima sexta) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em série única, da Securitizadora ("CRA"), com lastro nos direitos creditórios do agronegócio decorrentes das Debêntures, os quais foram, em 14 de julho de 2020, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Foram subscritas pela Securitizadora, no âmbito da Colocação Privada, 2.200.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o montante de R\$ 2.200,0 milhões. A 1ª série tem um montante de R\$ 705,0 milhões remunerado a IPCA+5,30% com pagamento de juros semestrais e vencimento único de

principal em 2027. A 2ª série tem um montante de R\$1.495,0 milhões remunerado a IPCA+5,60% com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 2028, 2029 e 2030.

Em 28 de Maio de 2021, foi aprovada a realização da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, pela Companhia. As Debêntures foram objeto de colocação privada junto à VERT, no âmbito da 60ª (sexagésima) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em série única, da Securitizadora (“CRA”), com lastro nos direitos creditórios do agronegócio decorrentes das Debêntures, os quais foram, em 02 de junho de 2021, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, da Instrução CVM nº 600, de 01 de agosto de 2018, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Foram subscritas pela Securitizadora, no âmbito da Colocação Privada, 1.000.000 (um milhão) de Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de R\$ 1.000,0 milhões.

Em 13 de julho de 2022, foram subscritas pela securitizadora, na controlada BRF, no âmbito da colocação privada, 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 e compostas por 2 (duas) séries, totalizando o montante de R\$ 1.700,0 milhões. A primeira série é composta por 710.000 (setecentos e dez mil) debêntures, com vencimento em 13 de julho de 2027 e indexadas ao DI. A segunda série é composta por 990.000 (novecentos e noventa mil) debêntures com vencimento em 13 de julho de 2032 e indexadas ao IPCA.

Linha de crédito rotativo – revolving

Em 09 de maio de 2018, a National Beef celebrou a do contrato de crédito com a Cobank ACB, com a finalidade de concessão de linha de crédito rotativo reduzida em um valor principal agregado de US\$ 325,0 milhões, com taxa de juros 5,75% a.a., com data de vencimento em 10 de novembro de 2026.

Contrato de Financiamento de Pré-pagamento / NCE / ACC (US\$)

A Companhia celebrou Contratos de Financiamentos de Pré-Exportação, esse tipo de contrato é firmado para fortalecer o capital de giro da Companhia, com o objetivo de apoiar a produção destinada à exportação.

Senior Notes 2023 – BRF

Em 15 de maio de 2013, a Controlada BRF efetuou oferta no exterior de bonds de 10 anos, no valor total de US\$ 500,0 milhões, com vencimento do principal em 22 de maio de 2023 (“Senior Notes BRF 2023”), emitidos com cupom (juros) de 3,95% ao ano (yield to maturity de 4,135%), pagos semestralmente, a partir de 22 de novembro de 2013. Em 18 de setembro 2019, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$ 154,0 milhões, sendo o prêmio pago US\$ 1,7 milhões (equivalente a R\$ 7,1 milhões), líquido de juros. Em 24 de julho 2020, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$ 60,6 milhões, sendo o prêmio pago US\$ 1,1 milhões (equivalente a R\$ 5,84 milhões), líquido de juros. Em 21 de setembro 2020, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$ 51.4 milhões, sendo o prêmio pago US\$ 1.9 milhões (equivalente a R\$ 10,5 milhões), líquido de juros.

Senior Notes 2024 – BRF

Em 15 de maio de 2014, a Controlada BRF concluiu uma oferta de Senior Notes de 10 anos, no valor total de US\$ 750.000 mil, com vencimento do principal em 22 de maio de 2024 (“Senior Notes BRF 2024”), emitidos com cupom (juros) de 4,75% ao ano (yield to maturity de 4,952%), a serem pagos semestralmente, a partir de 22 de novembro de 2014. Em 18 de setembro 2019, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$ 232.142 mil, sendo o prêmio pago US\$ 9.250 mil (equivalente a R\$ 37.900 mil), líquido de juros. Em 24 de julho 2020, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$ 64.144 mil, sendo o prêmio pago US\$ 1.988 mil (equivalente a R\$ 10.369 mil), líquido de juros. Em 21 de setembro 2020, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$ 158.351 mil, sendo o prêmio pago US\$ 10.372 mil (equivalente a R\$ 57.738 mil), líquido de juros.

Senior Notes 2026 – NBM US Holdings

A décima segunda operação, foi concluída em 14 de maio de 2019, e compreendeu a emissão pela NBM US Holdings, Inc. emitiu US\$ 1.000,0 milhões em valor principal agregado de Senior Notes com vencimento em 14 de maio de 2026 (“2026 Notes”). As notas foram emitidas para financiar ofertas de leilão para as Senior Notes de 2021 e 2023 e pagar taxas e despesas associadas a essas transações, com os recursos líquidos restantes para pagar outras dívidas pendentes (incluindo, entre outras, recompras no mercado aberto de algumas das dívidas pendentes da Companhia). As notas foram oferecidas aos QIBs nos Estados Unidos, com base na isenção de registro fornecida pela Rule 144-A e a certas pessoas não-americanas em transações offshore, com base no Regulation S. As notas rendem juros de 7% ao ano com taxas semestrais devidas em 14 de maio e 14 de novembro de cada ano, com início em 14 de novembro de 2019. As notas são garantidas incondicional e irrevogavelmente pela Marfrig, MARB, Marfrig Holdings e Marfrig Overseas.

Senior Notes 2026 – BRF

Em 29 de setembro de 2016, a Controlada BRF, por meio de sua subsidiária integral BRF GmbH, concluiu a oferta de Senior Notes de 10 (dez) anos, no valor total de US\$ 500,0 milhões, com vencimento do principal em 29 de setembro de 2026, emitidos com cupom (juros) de 4,35% a.a. (yield to maturity de 4,625%), a serem pagos semestralmente, a partir de 29 de março de 2017. Em 14 de setembro 2020, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US\$ 718,0 mil, sendo o prêmio pago US\$ 28,0 mil (equivalente a R\$ 151,0 mil), líquido de juros.

Senior Notes 2028 – Cledinor S.A

A décima operação foi concluída em janeiro de 2018, e compreendeu a emissão pela Cledinor S.A no valor de US\$ 60,0 milhões de Senior Notes, com cupom de 5,82% a.a., com vencimento de principal em 10 anos (Jan/2028), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira de BBB+ pela FixScr Uruguay (afiliada a Fitch Ratings). Esta operação tem como garantidoras as controladas pertencentes a Companhia no Uruguai: Frigorífico Tacuarembó, Inaler S.A e Estabelecimentos Colonia S.A. O objetivo da emissão foi otimizar a estrutura de capital da Companhia e financiar futuros investimentos nas operações do Uruguai.

Senior Notes 2029 – NBM US Holdings

A décima terceira operação, denominada Sustainable Transition Bond, foi concluída em julho de 2019 e compreendeu a emissão pela NBM US Holdings, Inc. de US\$ 500,0 milhões de Senior Notes, com cupom de 6,625% a.a. e pagamento semestral de juros, com vencimento principal em 10 anos (agosto/2029), às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira de BB- pela Standard & Poors (“S&P”) e BB- pela Fitch Ratings.

Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Global Foods S.A., Marb Bondco PLC, Marfrig Overseas Limited e Marfrig Holdings (Europe) B.V. Os recursos captados com a emissão serão investidos no processo de compra de gado proveniente do Bioma Amazônia, mais especificamente nos estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia e que atendam critérios específicos, visando um controle sobre desmatamento, não utilização de terras indígenas, erradicação do trabalho escravo e infantil, através de um maior controle da rastreabilidade do gado, com inovações desenvolvidas pela Companhia.

Senior Notes 2030 – BRF

Em 24 de setembro de 2019, a Controlada BRF concluiu oferta de Senior Notes no valor total de US\$ 750,0 milhões, com vencimento do principal em 24 de janeiro de 2030, emitidos com cupom (juros) de 4,875% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, havia US\$ 750,0 milhões (equivalente a R\$ 3.897,5 milhões) de principal em aberto desses títulos. Em 2 de junho de 2021, foi iniciada a oferta de recompra das 4,875% Senior Notes (“Oferta de Recompra”) e, em 30 de junho de 2021, a Companhia divulgou o encerramento e o resultado da Oferta de Recompra das 4,875% Senior Notes.

A Oferta de Recompra não estava condicionada à recompra de qualquer valor de principal mínimo das 4,875% Senior Notes, mas a obrigação da Companhia de completar a Oferta de Recompra foi condicionada ao montante total de recompra não excedente a US\$ 180,0 (cento e oitenta milhões de dólares norte-americanos). Foi pago o montante de principal de US\$ 59,4 (equivalentes a R\$ 297,1 milhões). A Controlada efetuou recompras durante o ano de 2022 no montante de US\$ 102,3 milhões (equivalentes a R\$ 537,9 milhões).

Senior Notes 2031 – Marb

Em 14 de janeiro de 2021, a Companhia concluiu uma oferta no exterior de bônus (bonds), no valor total de US\$ 1.500,0 milhões. A emissão teve demanda 4,5 vezes superior à oferta. Os bonds com vencimentos em 2031, foram emitidos com taxa de juros de 3,95% a.a., menor valor histórico da Companhia. A operação recebeu classificação de risco em moeda estrangeira de “BB-” pela Standard & Poors (“S&P”) e “BB” pela Fitch Ratings. A operação tem como garantidoras a Marfrig Global Foods S.A., NBM US Holdings, Marfrig Holdings (Europe) B.V. and Marfrig Overseas Limited.

A emissão faz parte do processo de Liability Management, cujo objetivo é o de alongar o perfil e reduzir o custo da estrutura de capital da Companhia foi utilizada no processo de Tender Offer das Senior Notes, com remuneração de 7% a.a. e vencimento em 2024 e Senior Notes, com remuneração de 6,875% a.a. e vencimento em 2025.

Senior Notes 2050 – BRF

Em 21 de setembro de 2020, a Controlada BRF concluiu oferta de Senior Notes no valor total de US\$ 500,0 milhões, com vencimento do principal em 21 de setembro de 2050, emitidos com cupom (juros) de 5,75% ao ano. Em 26 de outubro de 2020, foi feita uma captação adicional de US\$ 300,0 milhões, emitidos com cupom (juros) de 5,75% ao ano.). A Controlada efetuou recompras durante o ano de 2022 no montante de US\$ 128,8 milhões (equivalentes a R\$ 676,9 milhões).

Empréstimo Bancário (US\$)

A Companhia mantém um saldo em aberto de R\$ 6.263,5 milhões de empréstimo bancário em dólar americano, a uma taxa média de 6,20% a.a, esse tipo de crédito é utilizado para gerar capital de giro nas empresas do grupo localizadas fora do Brasil.

Contratos de financiamento firmados com os compradores ou suas afiliadas

Na data deste formulário de referência, e exceto pelas facilidades de capital de giro celebradas no curso normal dos negócios da Companhia e conforme divulgado acima, a Companhia não tem outros contratos de financiamento celebrados com os compradores iniciais ou suas afiliadas.

Cronograma consolidado de vencimento do endividamento em todas as moedas:

(em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
2022	-	6.842.294
2023	12.813.280	1.879.917
2024	6.694.216	3.686.239
2025	5.788.310	15.120
2026	10.303.766	5.047.246
2027	3.619.778	733.213
2028 em diante	21.953.441	12.121.769
Total	61.172.791	30.325.798

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores confirmam que a Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras que não em decorrência dos financiamentos, empréstimos e garantias acima descritos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

A Companhia esclarece ainda que, no último exercício social, não existiu grau de subordinação entre as dívidas quirográficas da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os Diretores entendem que as principais restrições impostas à Companhia em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário estão descritas a seguir.

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas nos contratos de dívida que evidenciam ou governam seu endividamento pendente, tais como, limitações à assunção de novas dívidas, gravames, pagamentos e investimentos restritos, dentre outras cláusulas restritivas que são padrão nos tipos de instrumentos de dívida celebrados, incluindo o seguinte:

Não incorrer em nenhum novo endividamento (conforme definido em tais contratos) que, na data de tal ocorrência, considerando seu efeito proforma, levaria a relação dívida líquida/EBITDA (conforme definida em tais contratos) a ser superior a 4,75 ou, no caso de financiamentos bancários, manter uma relação dívida líquida financeira/EBITDA (conforme definido em tais contratos), que não exceda 4,75.

Não restringir a capacidade da Companhia e de suas subsidiárias de: (i) pagar dividendos/outras distribuições entre grupos, (ii) incorrer ou pagar dívidas/adiantamentos entre empresas, ou (iii) transferir propriedades ou ativos entre eles.

Não vender quaisquer ativos, a menos que: (i) a venda do ativo seja pelo valor justo de mercado; (ii) pelo menos 75% da contraprestação consista em dinheiro ou ativos/propriedades relacionados aos negócios da Companhia; e (iii) dentro de 360 dias após a recebimento de tais recursos, eles sejam usados para pagamento de dívidas ou aquisição de ativos adicionais em negócios relacionados aos negócios da Companhia.

Não emitir, vender ou transferir ações ordinárias de subsidiárias, exceto se para a própria Companhia ou suas subsidiárias ou em conformidade com as cláusulas que previam limitação na venda de ativos ou limitação de pagamentos restritos.

Além disso, certos contratos contêm cláusulas de cross default, em caso de inadimplência da Companhia ou de suas subsidiárias. A Companhia continua a pagar suas dívidas e efetuar pagamentos programados de principal e juros.

Limites de endividamento

A Companhia possui determinados contratos de empréstimos e financiamentos que registram cláusulas de manutenção de seu nível de endividamento consolidado, por meio de covenants.

Em função das disposições contratuais (carve-out) que permitem a exclusão dos efeitos da variação cambial no cálculo do índice de alavancagem (dívida líquida/LAJID Aj. – últimos doze meses), a Companhia esclarece que por tal metodologia o atual índice de alavancagem (dívida líquida/LAJID Aj.), ficou em 2,64x.

O indicador de alavancagem é calculado conforme demonstrado a seguir:

(em R\$ mil)	Em 31 de
	dezembro de
	2022
Dívida bruta consolidada	61.172.791
(-) Disponibilidade consolidada	22.492.533
Dívida líquida consolidada	38.680.258
LAJID Aj. do exercício findo em 31 de dezembro de 2022	12.748.276
Quociente de LAJID Aj.	3,03
Dívida líquida consolidada	38.680.258
(-) Efeito de variação cambial (carve-out)	4.974.840
Dívida líquida Consolidada Ajustada	33.705.418
Indicador de alavancagem para covenants financeiros	2,64

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2022.

Restrição à alienação de ativos

Existem restrições a alienação de ativos que possam levar ao descumprimento de obrigações previstas no âmbito de certos Adiantamentos a Contratos de Câmbio – ACC.

Restrição à alienação de Controle

Há restrições a alienação de controle da beneficiária dos créditos nos financiamentos provenientes de NCEs, Finame, NPRs, CCBs e alguns ACCs.

(g) Comentários dos Diretores sobre os limites de utilização de financiamentos já contratados

Os Diretores informam que todos os contratos de financiamento foram liberados integralmente após a respectiva aprovação e formalização com a contraparte credora.

(h) Comentários dos Diretores a respeito de alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Nas tabelas abaixo, “AH” e “AV” constantes das colunas significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia, e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (www.marfrig.com.br/ri) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

A seguir, são apresentados os balanços patrimoniais consolidados, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais de 31 de dezembro de 2022 comparado a 31 de dezembro de 2021.

ATIVO	31-dez-22	AV	31-dez-21	AV	AH
(em mil de R\$, exceto percentual)					
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6.403.788	4,7%	1.759.482	3,7%	264,0%
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	16.088.745	11,8%	6.640.778	13,8%	142,3%
Valores a receber de clientes	6.727.128	4,9%	3.841.374	8,0%	75,1%
Estoques	12.852.085	9,4%	4.351.282	9,1%	195,4%
Ativos biológicos	3.200.633	2,4%	64.162	0,1%	4888,4%
Tributos a recuperar	3.261.989	2,4%	1.937.212	4,0%	68,4%
Despesas do exercício seguinte	225.475	0,2%	108.830	0,2%	107,2%
Títulos a receber	60.977	0,0%	34.814	0,1%	75,2%
Adiantamentos a fornecedores	1.172.394	0,9%	368.391	0,8%	218,2%

Instrumentos financeiros derivativos	131.127	0,1%	25.658	0,1%	411,1%
Outros valores a receber	473.737	0,3%	382.322	0,8%	23,9%
Total do Ativo Circulante	50.598.078	37,2%	19.514.305	40,7%	159,3%
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	406.402	0,3%	6.098.021	12,7%	-93,3%
Valores a receber de clientes	5.307	0,0%	-	0,0%	100,0%
Depósitos judiciais	510.392	0,4%	62.627	0,1%	715,0%
Tributos a recuperar	8.922.184	6,6%	3.111.719	6,5%	186,7%
Títulos a receber	11.692	0,0%	-	0,0%	100,0%
Caixa restrito	89.717	0,1%	-	0,0%	100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.011.971	2,2%	885.048	1,8%	240,3%
Instrumentos financeiros derivativos	74.118	0,1%	-	0,0%	100,0%
Outros valores a receber	352.450	0,3%	260.735	0,5%	35,2%
Ativos biológicos	1.649.133	1,2%	-	0,0%	100,0%
Investimentos	701.933	0,5%	242.199	0,5%	189,8%
Propriedades para investimento	111.329	0,1%	104.923	0,2%	6,1%
Imobilizado	46.030.660	33,8%	9.132.568	19,0%	404,0%
Direito de uso	3.216.533	2,4%	659.967	1,4%	387,4%
Intangível	20.412.424	15,0%	7.931.146	16,5%	157,4%
Total do Ativo não Circulante	85.506.245	62,8%	28.488.953	59,3%	200,1%
TOTAL DO ATIVO	136.104.323	100,0%	48.003.258	100,0%	183,5%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31-dez-22	AV	31-dez-21	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	17.431.545	15,9%	3.826.714	9,0%	355,5%
Fornecedores risco sacado	1.393.137	1,3%	-	0,0%	100,0%
Pessoal, encargos, benefícios a funcionários	2.066.326	1,9%	2.374.509	5,6%	-13,0%
Impostos, taxas e contribuições	673.199	0,6%	950.421	2,2%	-29,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12.813.280	11,7%	6.842.294	16,1%	87,3%
Antecipações de clientes	2.405.785	2,2%	1.994.756	4,7%	20,6%
Arrendamentos a pagar	819.547	0,7%	161.032	0,4%	408,9%
Títulos a pagar	816.905	0,7%	78.062	0,2%	946,5%
Provisão para contingências	867.294	0,8%	-	0,0%	100,0%
Instrumentos financeiros derivativos	264.544	0,2%	56.894	0,1%	365,0%
Dividendos a pagar	756	0,0%	357.311	0,8%	-99,8%

Outras obrigações	868.262	0,8%	405.669	1,0%	114,0%
Total do Passivo Circulante	40.420.580	36,9%	17.047.662	40,2%	137,1%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.719.659	9,8%	117.279	0,3%	9040,3%
Fornecedores	7.459	0,0%	-	0,0%	100,0%
Pessoal, encargos, benefícios a funcionários	456.944	0,4%	-	0,0%	100,0%
Impostos, taxas e contribuições	417.721	0,4%	433.763	1,0%	-3,7%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	48.359.511	44,1%	23.483.504	55,3%	105,9%
Arrendamentos a pagar	2.783.551	2,5%	481.430	1,1%	478,2%
Títulos a pagar	117.756	0,1%	101.803	0,2%	15,7%
Provisão para contingências	5.859.743	5,3%	280.809	0,7%	1986,7%
Instrumentos financeiros derivativos	183.068	0,2%	99.241	0,2%	84,5%
Outras obrigações	328.722	0,3%	386.044	0,9%	-14,8%
Total do Passivo não Circulante	69.234.134	63,1%	25.383.873	59,8%	172,7%
TOTAL DO PASSIVO	109.654.714	80,6%	42.431.535	88,4%	158,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	8.204.391	6,0%	8.204.391	17,1%	0,0%
Reservas de capital e ações em tesouraria	(2.434.260)	-1,8%	(2.467.506)	-5,1%	-1,3%
Reserva legal	484.848	0,4%	276.492	0,6%	75,4%
Reserva de incentivo fiscal	517.726	0,4%	431.064	0,9%	20,1%
Reserva de lucros	4.443.963	3,3%	1.671.852	3,5%	165,8%
Dividendo	-	0,0%	383.150	0,8%	-
Outros resultados abrangentes	(5.646.808)	-4,1%	(4.582.523)	-9,5%	23,2%
Patrimônio líquido de controladores	5.569.860	4,1%	3.916.920	8,2%	42,2%
Participação de não controladores	20.879.749	15,3%	1.654.803	3,4%	1161,8%
Total do Patrimônio Líquido	26.449.609	19,4%	5.571.723	11,6%	374,7%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	136.104.323	100,00%	48.003.258	100,0%	183,5%

Ativo Circulante

O ativo circulante era de R\$ 50.598,1 milhões em 31 de dezembro de 2022 em comparação com R\$ 19.514,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, o que representa um aumento de

159,3%. Como percentual do ativo total, o ativo circulante representava 37,2% e 40,7% em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Disponibilidades: As disponibilidades da Companhia totalizavam R\$ 22.492,5 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um acréscimo de 167,8% em relação ao montante de R\$ 8.400,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em termos percentuais do ativo total, as disponibilidades totalizavam 16,5% em 31 de dezembro de 2022 comparado a 17,5% em 31 de dezembro de 2021. O aumento é explicado, principalmente, pela incorporação das informações financeiras da BRF no balanço consolidado da Companhia. Vale destacar também a geração de caixa orgânica das operações e, por fim, algumas operações de captações no mercado brasileiro ocorridas próximas ao final do ano.

Valores a Receber de Clientes: Os valores a receber de clientes da Companhia totalizavam R\$ 6.727,1 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um acréscimo de 75,1% em relação ao montante de R\$ 3.841,4 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em termos percentuais do ativo total, os valores a receber de clientes totalizavam 4,9% em 31 de dezembro de 2022 comparado a 8,0% em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia entendem que esse acréscimo é justificado principalmente pela incorporação das informações financeiras da BRF no balanço consolidado da Companhia e pelo maior volume de vendas durante o ano.

Estoques e Ativo biológico: Os Estoques e os ativos biológicos da Companhia totalizavam R\$ 16.052,7 milhões em 31 de dezembro de 2022 em comparação com R\$ 4.415,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, o que representa um acréscimo de 263,6%. Como percentual do ativo total, os estoques e ativo biológicos representavam 11,8% e 9,2% em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. O acréscimo desta rubrica está atrelado pela incorporação das informações financeiras da BRF no balanço consolidado da Companhia.

Tributos a recuperar: Os tributos a recuperar da Companhia totalizavam R\$ 3.262,0 milhões em 31 de dezembro de 2022 em comparação com R\$ 1.937,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, o que representa um acréscimo de 68,4%. Como percentual do ativo total, os tributos a recuperar representavam 2,4% e 4,0% em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. O acréscimo desta rubrica pela incorporação das informações financeiras da BRF no balanço consolidado da Companhia, e pelo está atrelado ao aumento dos créditos do imposto de renda pagos por empresas do grupo no exterior.

Ativo Não Circulante

O ativo não-circulante totalizava R\$ 85.506,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representa um acréscimo de 200,1% em relação ao montante de R\$ 28.489,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, em termos percentuais do ativo total, o ativo não-circulante totalizava 62,8% em 31 de dezembro de 2022 comparado a 59,4% em 31 de dezembro de 2021. Este acréscimo é explicado pela incorporação dos ativos adquiridos da BRF avaliados pelo valor justo, sendo o imobilizado e o intangível os mais relevantes de acordo com o Purchase Price Allocation (PPA).

Tributos a recuperar: Os tributos a recuperar totalizavam R\$ 8.922,2 milhões em 31 de dezembro de 2022 em comparação com R\$ 3.111,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, o que representa um acréscimo de 186,7%. Como percentual do ativo total, tributos a recuperar representavam 6,6% em 31 de dezembro de 2022 comparado a 6,5% em 31 de dezembro de 2021.

Imobilizado e Direito de Uso: O imobilizado e direito de uso totalizavam R\$ 49.247,2 milhões em 31 de dezembro de 2022 em comparação com R\$ 9.792,5 milhões em 31 de dezembro de 2021, o que representa um acréscimo de 402,9%. Como percentual do ativo total, o imobilizado e direito de uso representavam 36,2% em 31 de dezembro de 2022 comparado a 20,4% em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia entendem que esse acréscimo foi ocasionado pela incorporação das informações financeiras da BRF no balanço consolidado da Companhia.

Intangível: O ativo intangível da Companhia era de R\$20.412,4 milhões em 31 de dezembro de 2022 em comparação com R\$7.931,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, o que representa um acréscimo de 157,4%. Como percentual do ativo total, o ativo intangível representava 15,0% e 16,5% em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta um acréscimo de 137,1%, passando para R\$ 40.420,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 17.047,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em termos percentuais, o passivo circulante representava 36,9% do passivo total em 31 de dezembro de 2022 comparado a 40,2% em 31 de dezembro de 2021.

Fornecedores e Fornecedores Risco Sacado: Em 31 de dezembro de 2022, as contas a pagar com fornecedores totalizavam R\$ 18.824,7 milhões, o que representa um aumento de 392,0% em relação ao montante de R\$ 3.826,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. O saldo de R\$ 1.393,1 milhões de fornecedores risco sacado refere-se exclusivamente a controlada BRF. Em termos percentuais do passivo total, as contas a pagar junto a fornecedores e fornecedores risco sacado totalizavam 17,2% em 31 de dezembro de 2022 comparado a 9,0% em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores da Companhia entendem que esse aumento é explicado principalmente pela inclusão das informações da BRF no balanço consolidado da Marfrig e o maior volume de vendas em todos os segmentos.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Em 31 de dezembro de 2022, o montante de empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$ 12.813,3 milhões, o que representa um acréscimo de 87,3% em relação ao montante de R\$ 6.842,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Do passivo total, a linha de empréstimos, financiamentos e debêntures representou 11,7% em 31 de dezembro de 2022 e 16,1% em 31 de dezembro de 2021.

Passivo Não Circulante

O passivo não-circulante totalizava R\$ 69.234,1 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representava um acréscimo de 172,7% em relação ao montante de R\$ 25.383,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em termos percentuais, o passivo não-circulante representava 63,1% do passivo total em 31 de dezembro de 2022 comparado a 59,8% em 31 de dezembro de 2021.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2022, o imposto de renda e contribuição social diferidos totalizavam R\$ 10.719,6 milhões, que representou um acréscimo de 9040,3% em relação ao montante de R\$ 117,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em termos percentuais do passivo total, o imposto de renda e contribuição social diferidos totalizavam 9,8% em 31 de dezembro de 2022 comparado a 0,3% em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores atribuem esse aumento pela incorporação das informações financeiras da BRF no balanço consolidado da Companhia.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos totalizavam R\$ 48.359,5 milhões, que representou um acréscimo de 105,9% em relação ao montante de R\$ 23.483,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em termos percentuais do passivo total, os empréstimos e financiamentos totalizavam 44,1% em 31 de dezembro de 2022 comparado a 55,3% em 31 de dezembro de 2021. Os Diretores atribuem esse aumento a incorporação das informações financeiras da BRF no balanço consolidado da Companhia.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia teve um acréscimo em 374,7%, passando para R\$ 26.449,6 milhões em 31 de dezembro de 2022 ante R\$ 5.571,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. O aumento ocorreu devido pela incorporação e reavaliação dos ativos da BRF (PPA) consolidado no balanço da Marfrig, bem como como a reserva de lucros constituídos com a destinação do lucro do exercício.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentados os fluxos de caixa da Companhia, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		AH(%)
	2022	2021	
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	9.335,1	9.033,9	3,3%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.444,5)	(4.665,5)	-38,1%
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	1.585,8	(5.122,3)	131,0%

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de 3,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao mesmo período de 2021, passando de R\$ 9.033,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 9.335,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A baixa variação ocorreu devido a manutenção da ótima gestão de caixa operacional da Companhia.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um decréscimo de 38,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao mesmo período de 2021, passando de R\$ (4.665,5) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ (6.444,5) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos apresentou um aumento de 131,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao mesmo período de 2021,

passando de R\$ (5.122,3) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.585,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente devido a captação de recursos junto ao mercado pela controladora através de quatro emissões de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), e uma emissão de debêntures pela controlada BRF.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

Análise comparativa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

DRE CONSOLIDADO (em R\$ milhões)	12M22	%RL	12M21	%RL	Var(%)	Var(R\$)
Receita líquida de vendas	130.631,7	100,0 %	85.388,5	100,0 %	53,0%	45.243,2
Custo de produtos e mercadorias vendidas	(112.879,4)	- 86,4%	(68.187,9)	- 79,9%	65,5%	(44.691,5)
Lucro Bruto	17.752,3	13,6%	17.200,6	20,1%	3,2%	551,7
Receitas (despesas) operacionais	(8.097,4)	-6,2%	(4.589,5)	-5,4%	76,4%	(3.507,9)
Comerciais	(9.495,2)	-7,3%	(3.121,8)	-3,7%	204,2 %	(6.373,5)
Administrativas e gerais	(1.642,9)	-1,3%	(1.098,0)	-1,3%	49,6%	(544,9)
Resultado com equivalência patrimonial	(64,6)	0,0%	(20,5)	0,0%	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	3.105,3	2,4%	(349,3)	-0,4%	989,1 %	3.454,6
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	9.655,0	7,4%	12.611,1	14,8%	- 23,4%	(2.956,2)
Resultado financeiro	(6.876,7)	-5,3%	(3.708,7)	-4,3%	85,4%	(3.168,0)
Receitas financeiras	11.629,2	8,9%	3.906,9	4,6%	197,7 %	7.722,4
Despesas financeiras	(18.505,9)	- 14,2%	(7.615,6)	-8,9%	143,0 %	(10.890,4)
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	2.778,2	2,1%	8.902,4	10,4%	- 68,8%	(6.124,2)
Imposto de renda e contribuição social	1,1	0,0%	(2.256,1)	-2,6%	- 100,1 %	2.257,2
Imposto de renda e contribuição social corrente	(433,2)	-0,3%	(1.563,5)	-1,8%	- 72,3%	1.130,3

Imposto de renda e contribuição social diferido	434,4	0,3%	(692,5)	-0,8%	-	162,7 %	1.126,9
Resultado líquido no exercício das operações continuadas	2.779,4	2,1%	6.646,4	7,8%	-	58,2%	(3.867,0)
Resultado líquido no exercício das operações descontinuadas	(16,4)	0,0%	-	-	-	100,0 %	(16,4)
Resultado líquido no exercício antes das participações	2.763,0	2,1%	6.646,4	7,8%	-	58,4%	(3.883,4)
Resultado líquido atribuído a:							
Participação do acionista controlador - operação continuada	4.171,3	3,2%	4.342,0	5,1%	-3,9%		(170,7)
Participação do acionista controlador - operação descontinuada	(5,5)	0,0%	-	0,0%	-	100,0 %	(5,5)
Participação do acionista controlador - Total	4.165,8	3,2%	4.342,0	5,1%	-4,1%		-176,2
Resultado líquido atribuído a:							
Participação do acionista não-controlador – operação continuada	(1.391,9)	-1,1%	2.304,4	2,7%	-	160,4 %	(3.696,3)
Participação do acionista não-controlador – operação descontinuada	(10,9)	0,0%	-	0,0%	-	100,0 %	(10,9)
Participação do acionista não-controlador - Total	(1.402,9)	-1,1%	2.304,4	2,7%	-	160,9 %	(3.707,2)
Lucro Básico por Ação - Ordinária	6,4022		6,4194		-0,3%		(0,0)
Lucro Diluído por Ação - Ordinária	6,3976		6,4065		-0,1%		(0,0)

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas aumentou 53,0%, passando de R\$ 85.388,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 130.631,7 milhões no mesmo período em 2022. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os principais fatores foram (i) consolidação dos resultados da BRF a partir do segundo trimestre; (ii) maiores preços e volumes de exportação da Operação Beef América do Sul; e (iii) parcialmente compensado por um efeito de valorização do real frente ao dólar, que reflete em uma tradução menor nas receitas das operações que originalmente tem o dólar como moeda corrente.

A tabela abaixo mostra as vendas líquidas para as unidades de negócios:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Beef América do Norte		
Mercado interno	54.206,4	55.571,7
Exportação	7.167,0	7.273,3
Total Beef América do Norte	61.373,4	62.845,0
Beef América do Sul		
Mercado interno	9.937,5	9.451,4
Exportação	17.694,3	13.092,1
Total Beef América do Sul	27.631,8	22.543,5
Aves, Suínos e Industrializados - BRF		
Mercado interno	22.932,8	-
Exportação	18.693,7	-
Total Aves, Suínos e Industrializados - BRF	41.626,5	-
Marfrig Consolidado		
Mercado interno	87.076,7	65.023,1
Exportação	43.555,0	20.365,4
Total Marfrig Consolidado	130.631,7	85.388,5

Apresentamos abaixo informações sobre as mudanças na receita líquida de vendas da Companhia por unidade de negócios, conforme demonstrado na tabela acima.

Beef América do Norte

A receita líquida de vendas no segmento Beef América do Norte reduziu para R\$ 61.373,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação com a receita líquida de vendas no mesmo período em 2021 que foi de R\$ 62.845,0 milhões. A redução na receita líquida é explicada pelo efeito da tradução para reais, que durante o ano de 2022 apresentou valorização de 4,3% contra o dólar (aproximadamente US\$ / R\$ 5,17 em 2022 vs R\$ 5,38 em 2021).

Quando observada em dólares, a receita de vendas foi de US\$ 11.874 milhões, um crescimento de 1,7% em comparação a 2021.

Mercado interno. A receita líquida de vendas do mercado interno no segmento Beef América do Norte diminuiu de R\$ 55.571,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 54.206,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Quando comparada em dólar, moeda corrente da operação, a receita líquida no mercado interno foi de US\$ 10.486,0 milhões, um crescimento de 1,6%, explicado principalmente pelo efeito de uma semana a mais em 2022 (53) vs 2021 (52 semanas).

Mercado de exportação. A receita líquida de vendas de exportação nas operações do segmento Beef América do Norte diminuiu de R\$ 7.273,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 7.167,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em dólares, a receita líquida de exportações foi de US\$ 1.389,0 milhões, um crescimento de 2,8% em comparação ao ano anterior, esse aumento pelo maior preço médio no período.

Beef América do Sul

A receita líquida de vendas no segmento Beef América do Sul aumentou 22,6%, de R\$ 22.543,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 27.631,8 milhões no mesmo período em 2022. O aumento explicado pelo aumento de 14,2% no preço médio total de vendas e principalmente, o aumento de 23,6% no preço médio de exportações medido em dólares.

Mercado interno. A receita líquida de vendas do mercado interno no segmento Beef América do Sul aumentou 5,1%, de R\$ 9.451,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 9.937,5 milhões no mesmo período em 2022. O aumento da receita no mercado doméstico é justificado aumento de 3,6% no volume de vendas que compensou a queda de 1,5% no preço médio.

Mercado de exportação. A receita líquida de vendas de exportação na operação do segmento Beef América do Sul aumentou 35,2%, de R\$ 13.092,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 17.694,3 milhões no mesmo período em 2022. O aumento é justificado pelo aumento no preço médio, que no período foi 18,4% e um crescimento de 14,2% no volume de vendas no mercado externo.

Aves, Suínos e Industrializados - BRF

Após a combinação de negócios com a BRF S.A a Companhia passou a apresentar o segmento “Aves, Suínos e Industrializados - BRF” a partir do segundo trimestre de 2022. No próximo paragrafo estão demonstradas as informações desse segmento apenas para o período entre 1º de abril a 31 de dezembro de 2022, impossibilitando qualquer comparação ao mesmo período de 2021.

O volume de vendas do segmento Aves, Suínos e Industrializados – BRF foi de 3.597 mil toneladas e a Receita Líquida foi de R\$ 41.626,5 milhões. O Custo dos produtos vendidos foi de R\$ 34.607,0 milhões. Conseqüentemente, o lucro bruto foi de R\$ 7.018,5 milhões, o que representa uma margem bruta de 16,9%.

Custo de produtos e mercadorias vendidas

O custo de produtos e mercadorias vendidas aumentou 65,5%, de R\$ 68.187,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 112.879,4 milhões no mesmo período em 2022. O aumento é explicado, além da consolidação da BRF, pelo maior custo do gado na América do Norte, conforme explicado anteriormente e maior volume de vendas no segmento Beef América do Sul.

A tabela abaixo mostra a composição do custo dos produtos vendidos:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2022	%	2021	%
Mão de obra direta e indireta	9.546,7	8,5%	7.056,4	10,3%
Matérias-primas	83.135,0	73,6%	54.562,6	80,0%
Custos de produção	20.197,7	17,9%	6.568,8	9,6%
Total	112.879,4	100,0%	68.187,9	100,0%

As matérias-primas, que incluem animais, continuaram sendo o principal componente do custo dos produtos vendidos, representando 73,6% do custo total dos produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a 80,0% no mesmo período em

2021. O aumento é explicado, além da consolidação da BRF, pelo maior custo do gado na América do Norte, conforme explicado anteriormente e maior volume de vendas no segmento Beef América do Sul.

Lucro bruto

O lucro bruto foi de R\$ 17.752,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 3,2% em relação ao mesmo período em 2021, e a margem bruta atingiu 13,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 2022, o lucro bruto do segmento Beef América do Norte foi de R\$ 8.685,0 milhões, uma redução de 43,2% em relação a 2021. O “cutout ratio” (preço médio de carne bovina dividido pelo custo médio de gado), foi de 1,86 em 2022 contra 2,27 em 2021, a queda é explicada pelo maior custo de matéria prima, conforme explicado acima e menor preço médio de venda.

O USDA Comprehensive (indicador de preço de venda), foi de US\$ 262,98/cwt contra US\$ 274,22/cwt em 2021.

Em 2022, o lucro Bruto da operação Beef América do Sul foi de R\$ 3.694 milhões, 93,0% maior em relação a 2021. O resultado é explicado: (i) aumento de 14,2% no preço médio total de vendas; (ii) crescimento de 7,3% no volume total de vendas; e (iii) aumento no preço médio das exportações de 23,6% quando medido em dólares.

Comerciais, administrativas e gerais

As despesas de SG&A totalizaram R\$ 11.138,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 164,0% em relação aos R\$ 4.219,7 milhões registrados no mesmo período em 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas SG&A corresponderam a 8,5% do total da receita líquida de vendas em comparação com 4,9% no mesmo período em 2021.

Em 2022, as despesas comerciais foram de R\$ 9.495,2 milhões. As despesas comerciais em função da receita líquida foram de 7,3%, o percentual 361 pbs superior ao ano anterior, explicado principalmente pela consolidação da BRF e seu perfil com maiores despesas em marketing.

As despesas administrativas e gerais somaram R\$ 1.642,9 milhões. As despesas gerais e administrativas em função da receita líquida foram de 1,26% em linha ao ano anterior.

Ebitda Ajustado

Em 2022, a Marfrig com EBITDAaj de R\$ 12.748,3 milhões, uma redução de 12,3% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDAaj foi de 9,8%, inferior em 720 pbs em relação a margem de 17,0% de 2021.

Os principais fatores que levaram a esse desempenho foram normalização nas margens da Operação América do Norte, como explicado anteriormente compensados parcialmente pela melhor performance do segmento Beef América do Sul e a consolidação de 3 trimestres dos resultados da BRF.

Outras Receitas Operacionais (Despesas)

Outras receitas operacionais (despesas) líquidas, aumentaram R\$ 3.454,6 milhões, passando de uma despesa líquida de R\$ 349,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para uma receita líquida R\$3.105,3 milhões no mesmo período em 2022. o aumento é explicado pelo reconhecimento do ganho proveniente de compra vantajosa de R\$3.880,9 milhões na combinação de negócios com a BRF.

Receitas Financeiras (Despesas)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou gastos financeiros totais de R\$ 6.876,7 milhões, um aumento de 85,4% comparado a R\$ 3.708,7 em 2021. As despesas financeiras totalizaram R\$ 18.505,9 milhões e as receitas financeiras totalizaram R\$ 11.629,2 milhões em 2022.

A tabela abaixo inclui um detalhamento do resultado financeiro:

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		Var%
	2022	2021	
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	979,3	158,1	519,4%
Juros Provisionados, debêntures e arrendamentos c/instituições financeiras	(4.180,9)	(1.743,8)	139,8%
Correções monetárias, Desp. Bancárias, amortiz. custo sobre dívida e outros	(297,6)	46,1	-745,6%
Perda títulos mobiliários	(795,3)	(1.059,4)	-24,9%
Variação cambial ativa e passiva	(2.582,2)	(1.109,7)	132,7%
Total	(6.876,7)	(3.708,7)	85,4%
Receitas financeiras	11.629,2	3.906,9	197,7%
Despesas financeiras	(18.505,9)	(7.615,6)	143,0%
Total	(6.876,7)	(3.708,7)	85,4%

A Companhia não realiza transações alavancadas envolvendo derivativos ou instrumentos similares.

As transações com derivativos são projetadas para fornecer proteção mínima contra sua exposição a moedas estrangeiras, taxas de juros e preços de commodities, e a Companhia mantém uma política conservadora de não tomar posições que possam comprometer sua posição financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou débitos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 1,1 milhões, devido aos impostos diferidos e os impostos pagos no exterior.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou débitos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 2.256,1 milhões, devido ao imposto gerado sobre o lucro do exercício.

Ganho (Prejuízo) líquido das operações

O ganho líquido das operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.763,0 milhões, comparado ao um ganho líquido atribuível às operações de R\$ 6.646,4 milhões no mesmo período em 2021. A margem líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi positiva em 2,1%, comparada com 7,8% positivos no mesmo período em 2021.

Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Marfrig possui 32 unidades de produção, centros de distribuição e escritórios, localizados na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia. As receitas da Companhia, portanto, são provenientes tanto dos mercados internos onde possui operações quanto das exportações para diversos países que a Companhia acessa através de sua rede de distribuição.

Os principais fatores que afetaram a receita da Companhia foram os seguintes:

Segmento Beef America do Norte que gerou um grande volume de faturamento através da subsidiária National Beef que foi adquirida em junho de 2018.

Consolidação dos resultados da controlada BRF a partir de 01 de abril de 2022, após eleição e posse de chapa indicada pela Companhia ao Conselho de Administração dessa controlada, a Companhia passou a exercer influência significativa, e conseqüentemente controle sobre as operações.

variação cambial, inflação e oscilações das taxas de juros;

variações nos preços médios de vendas nos mercados nacional e internacional, decorrentes, em grande parte, de alterações na relação oferta x demanda e do aproveitamento das oportunidades em cada mercado que a Companhia atua;

variação nos preços dos principais insumos;

eficiência do processo de produção e taxa de utilização da capacidade fabril; e

desempenho da economia mundial e dos países nos quais a Companhia possui produção.

Abaixo comentamos um pouco mais sobre os pontos acima listados.

Oferta e demanda dos nossos produtos

Do lado da oferta, podemos citar a disponibilidade e preços das matérias primas aos quais a Companhia está exposta, dentre elas gado e grãos nos países em que a Companhia concentra sua produção. A baixa disponibilidade de matéria-prima pode elevar os custos de aquisição comprometendo as margens caso a Companhia não possua ou não tenha condições de repassar a elevação do custo para os preços dos produtos finais.

Do lado da demanda, podemos citar, por exemplo, uma crise econômica mundial, causando uma retração nos níveis de emprego e, conseqüentemente, o impacto na renda disponível e no consumo das famílias, esses fatores podem afetar significativamente as operações da Companhia. Por outro lado, a abertura de novos mercados aos produtos comercializados pela Companhia poderia influenciar positivamente seu resultado.

Os Diretores informam que surtos de doenças em animais podem resultar em barreiras comerciais e sanitárias por parte de outros países e, dessa forma, impactar o acesso aos mercados internacionais e, conseqüentemente, as vendas da Companhia.

Crescimento do PIB global e dos países onde temos operações e demanda por nossos produtos

Os Diretores entendem que o crescimento no consumo de alimentos e proteínas animais está diretamente ligado ao crescimento populacional e a renda da população. O desempenho do PIB nos países onde a Companhia vende seus produtos pode afetar os resultados operacionais.

Efeitos das oscilações de preços de matéria-prima

Os Diretores informam que os principais componentes dos custos de produção da Companhia são as compras de matérias-primas, o que inclui a compra de animais (gado, aves e suínos) e insumos para ração (grãos). As oscilações dos preços do gado e dos grãos nos mercados interno e externo afetam significativamente a receita operacional líquida e os custos das mercadorias vendidas. A Companhia não tem controle sobre esses preços, os quais variam de acordo com a dinâmica da oferta e demanda.

Preços de venda nos mercados internos e externo

De acordo com os Diretores, o preço dos produtos da Companhia nos mercados interno e externo são geralmente estabelecidos pelas condições do mercado, sobre as quais a Companhia não tem controle. Os preços no mercado interno também são afetados pelos preços que a Companhia consegue cobrar dos diversos clientes atacadistas e varejistas que revendem seus produtos.

Reflexos da volatilidade cambial e da política monetária

Conforme opinião dos Diretores, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia têm sido e continuarão sendo afetados pela volatilidade das moedas com as quais a Companhia opera. Boa parte das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o real. Além disso, parte das dívidas é denominada em dólar norte americano, o que exige que a Companhia faça pagamentos de principal e juros nessa moeda.

Os Diretores informam que as exportações brasileiras e as relevantes operações internacionais, que possibilitam à Companhia gerar contas a receber em moeda estrangeira, tendem a ter aproximadamente a participação do endividamento em moedas estrangeiras, o que propicia o que chamamos de "hedge de fluxo de caixa ou hedge natural" em relação à parte significativa das obrigações da dívida em dólar norte americano.

Na opinião dos Diretores, a inflação e as medidas adotadas pelos governos dos países onde atuamos para combatê-la podem ter efeitos consideráveis sobre a economia desses países e, conseqüentemente, sobre os negócios da Companhia. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção dos governos sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para a Companhia e para os seus clientes. Ademais, no caso da Companhia enfrentar altas taxas de inflação nos países onde opera, a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços de seus produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação na estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso em seus resultados.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A administração da Companhia monitora várias métricas e indicadores que afetam as operações em seus negócios, incluindo os seguintes:

Efeitos de aquisições e alienações

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em 19 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado que a PlantPlus Foods LLC (“PlantPlus Foods”) concluiu o processo de aquisição da Sol Cuisine Ltd. (“Sol Cuisine”), empresa listada na Bolsa de Valores de Toronto – TMX – sob o código VEG. Sol Cuisine é uma produtora que tem apresentado rápido crescimento no segmento de proteína vegetal, com marca própria e private label, com presença nas principais categorias de pratos e aperitivos. Os produtos da empresa são oferecidos por meio de plataforma de distribuição omni-channel estabelecida no Canadá, Estados Unidos da América e México.

Em 01 de abril de 2022, após a eleição e posse da chapa indicada pela Companhia ao Conselho de Administração da controlada BRF, a Companhia passou a exercer influência significativa, e conseqüentemente controle sobre as operações da controlada BRF. A chapa eleita assume as responsabilidades e atribuições do Conselho de Administração, consistindo na eleição da diretoria executiva, definição da remuneração da Administração, autorizar a constituição e dissolução de sociedades, escolher e destituir os auditores independentes, aprovar políticas e alçadas dentre outros tópicos que coligiam na administração do negócio.

Exercício social 2021

Em 12 de novembro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada Plantplus Foods, concluiu o processo de aquisição da DEW – Drink Eat Well, LLC (“Hilary’s”), empresa de capital fechado nos Estados Unidos da América, aumentando o portfólio de produtos e a capacidade para aprimorar as operações de Plant based.

A Hilary's, produz alimentos à base de plantas e vegetais, livres de alérgenos, sem utilização de trigo, glúten, soja, laticínios, ovos, milho ou nozes, focados em refeições nutritivas. O portfólio de produtos é composto por hambúrgueres e salsichas à base de plantas, que são distribuídos nos Estados Unidos da América.

Crescimento do PIB e demanda por produtos

As vendas nos mercados domésticos em cada país em que a Companhia opera representaram 66,7% de suas vendas líquidas totais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as vendas nos mercados domésticos representaram 76,1% de vendas líquidas totais. Dessa forma, a Companhia é significativamente afetada pelas condições econômicas em seus principais mercados domésticos. A situação financeira da Companhia e de vendas foi e continuará sendo afetada pelo crescimento do PIB e pela demanda por produtos da Companhia em seus principais mercados domésticos.

Efeitos das flutuações nos preços das matérias-primas

As flutuações nos preços de gado e insumos para ração (grãos) nos mercados doméstico e internacional em que a Companhia opera afeta significativamente suas vendas líquidas e o custo dos produtos vendidos.

Efeitos nas vendas líquidas

Os preços domésticos e internacionais dos produtos da Companhia geralmente são determinados por condições de mercado fora de seu controle. Esses preços também são afetados pela marcação adicional que os varejistas cobram dos consumidores finais, alguns dos quais a Companhia negocia caso a caso. Entre os principais fatores que influenciam os preços de seus produtos estão preços de gado, surtos de doenças e restrições sanitárias, comerciais e aduaneiras impostas no Brasil, Estados Unidos e no exterior.

Efeitos no custo dos produtos vendidos

O gado e insumos para ração (grãos) são as principais matérias-primas da Companhia. As compras de matérias-primas representaram 73,6% do seu custo total de mercadorias vendidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e 80,0% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Entre outros custos de material estão mão de obra direta e indireta, custos industriais diretos e indiretos, materiais de embalagem e energia elétrica.

A Companhia não controla os preços do gado, o custo do gado varia de acordo com os preços do mercado interno e de exportação, que variam dependendo da oferta e demanda. Geralmente a Companhia compra gado para ser entregue a cada 30 dias, em média, e o preço que pagam é baseado nos preços de mercado no momento da compra. Como resultado, flutuações no preço de mercado afetam diretamente o custo dos produtos vendidos.

Além disso, os preços das matérias-primas de insumos para ração, incluindo milho, farelo de soja e soja (em grão), geralmente são afetados por mudanças na conjuntura econômica, condições climáticas, doenças na lavoura e custos atrelados a taxas de câmbio.

Os preços do milho e do farelo, grão e óleo de soja estão expostos aos riscos de preços decorrentes de compras futuras. A gestão deste risco, é feita por meio de estoques físicos, saldos de pedidos a preço fixo e por meio de instrumentos financeiros derivativos.

A Política de Riscos da Companhia estabelece limites para proteção de fluxo de compra de milho e farelo, grão e óleo de soja, com o objetivo de diminuir o impacto decorrente de um aumento de preço destas matérias-primas, e compreende a possível utilização de instrumentos derivativos ou da administração de estoques. A controlada BRF efetua compras de commodities com preços a fixar nos mercados futuro e spot e, para proteger tal exposição, contrata instrumentos derivativos em posição ativa (compra) para fixar antecipadamente tais preços.

Efeito dos níveis de exportação no desempenho financeiro

Nas operações do segmento Beef América do Sul, a Companhia geralmente obtém preços e margens mais altos nos mercados de exportação para seus produtos do que aqueles que obtém nos mercados domésticos. A diferença de preços e margens entre os mercados interno e de exportação resulta, em parte, da demanda geralmente mais alta por produtos

de maior valor agregado nos mercados de exportação, principalmente no que diz respeito a cortes premiums e produtos processados, e ao maior poder de compra nos países mais desenvolvidos.

As vendas de exportação do segmento Beef América do Sul representaram 64,0% e 58,1% das suas vendas líquidas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Os valores líquidos de vendas externas subiram 35,2%, passando de R\$ 13.092,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 17.694,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

No segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF as vendas de exportação representaram 44,9% das vendas líquidas desse segmento, totalizando o montante de R\$ 18.693,7 milhões.

Efeitos das variações cambiais

Os resultados operacionais e condição financeira foram e continuarão sendo afetados pela taxa de depreciação ou valorização do real em relação ao dólar.

Uma parte substancial da receita líquida da Companhia é atrelada ao dólar. Todos os resultados obtidos por subsidiárias no exterior e a receita de exportação é dolarizada. Qualquer depreciação ou valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode afetar as receitas da Companhia, causando um aumento ou diminuição monetária, desde que as outras variáveis permaneçam inalteradas.

Além disso, uma parcela substancial dos empréstimos e financiamentos da Companhia é realizada em moedas estrangeiras, principalmente em dólares. Por esse motivo, qualquer depreciação do real em relação a moedas estrangeiras pode aumentar significativamente as despesas financeiras e os empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes não denominados em reais. Por outro lado, qualquer valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode diminuir significativamente as despesas financeiras e empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes realizadas em moedas que não seja o Real.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Com 77,7% e 92,5% das vendas líquidas sendo feitas em moedas diferentes do real nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui uma Política de Riscos para gestão da exposição de resultado operacional, tendo como objetivo proteger as receitas e custos indexados a moedas estrangeiras. A controlada BRF possui modelos internos para mensuração e acompanhamento destes riscos e contrata instrumentos financeiros para proteção, designando as relações como hedge accounting de fluxo de caixa.

A controlada BRF possui mais receitas denominadas em moeda estrangeira do que gastos e, portanto, contrata instrumentos financeiros derivativos para reduzir tal exposição. Os instrumentos financeiros derivativos designados como hedge accounting de fluxo de caixa e valor justo para proteção da exposição cambial de resultado operacional.

Efeito do nível de dívida

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida total da Companhia era de R\$ 61.172,8 milhões, sendo 37,2% (ou R\$ 22.731,0 milhões) em reais e 62,8% (ou R\$ 38.441,8 milhões) em outras moedas. A Companhia tinha R\$12.813,3 milhões em dívida de curto prazo (que inclui a parcela atual de empréstimos e financiamentos, juros sobre debêntures e debêntures a pagar) e R\$ 48.359,5 milhões em dívida de longo prazo (que inclui a parcela não circulante de empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar) em 31 de dezembro de 2022. O nível da dívida da Companhia resulta em despesas financeiras significativas, que consistem em despesa de juros, variações cambiais de dívida em moeda estrangeira e outros itens.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou gastos financeiros totais de R\$ 6.876,7 milhões, consistindo em R\$ 18.505,9 milhões em despesas financeiras e R\$ 11.629,2 milhões em receitas financeiras.

Efeitos do COVID-19

No exercício de 2021, a Companhia realizou diversas ações sociais, nas quais as mesmas podem ser analisadas nas Demonstrações Contábeis anuais findas em 31 de dezembro de 2021.

A seguir estão descritas as principais ações sociais e investimentos realizados pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de aproximadamente R\$ 53,5 milhões:

Concedeu aos seus colaboradores exames e outros materiais de prevenção como álcool em gel, máscaras e roupa de trabalho que totalizaram o montante de R\$ 34,2 milhões;
Contratou novos colaboradores e concedeu licenças remuneradas para o grupo de risco e para os que foram infectados com o vírus, totalizando o montante de R\$ 12,9 milhões;
Doação de carne para complementar cestas de emergência distribuídas pelo Ministério do Desenvolvimento Social no montante de R\$ 2,8 milhões; e
Readequação de unidades, instalações de rampas para maior higienização e desinfecção nas entradas e saídas de caminhões, sistemas de ventilação e lavagem nas entradas de fábricas, totalizando o montante de R\$ 3,6 milhões.

A Companhia, visando a proteção de seus colaboradores operacionais, decidiu interromper parcialmente as atividades em algumas plantas no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de forma a não ultrapassar uma semana de interrupção em cada planta. A Companhia estimou os custos relativos a essa paralização em aproximadamente R\$ 26,6 milhões.

As flexibilizações sobre as medidas restritivas adotadas pelo Governo e o avanço das campanhas de vacinação fizeram com que as atividades mais afetadas voltassem à normalidade gradativamente, a Companhia que atua com segmento considerado essencial não espera incorrer em impactos negativos em suas operações oriundo da COVID-19.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Conforme mencionado acima, os Diretores acreditam que diversos fatores exerceram influência sobre a receita da Marfrig.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os Diretores entendem que a receita consolidada da Companhia foi influenciada, pela soma das receitas na América do Norte que voltaram aos patamares normais após o aumento apresentado em 2021, pelo

aumento nas exportações do segmento Beef América do Sul e pela consolidação com o resultado da BRF. Sob outra ótica, o segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF gerou uma maior diversificação nas fontes de receita, resultando em um incremento das receitas originadas em reais que passaram a representar 31,9% da Receita Consolidada.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os Diretores informam que os resultados das nossas operações são influenciados por diversos fatores, como variação dos preços de matérias-primas e custo de mão-de obra.

Consideração do impacto das taxas de câmbio sobre o resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2022, 62,8% da dívida estava atrelada a outras moedas que não o Real (principalmente dólar norte americano). Em compensação, as receitas das operações internacionais, incluindo as exportações brasileiras, totalizou 77,7% das vendas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, 79,8% da dívida estava atrelada a outras moedas que não o Real (principalmente dólar norte americano). Em compensação, as receitas das operações internacionais, incluindo as exportações brasileiras, totalizou 92,5% das vendas da Companhia.

Considerações sobre impacto da inflação e da taxa de juros sobre o resultado financeiro

Os efeitos da economia hiperinflacionária foram reconhecidos em contrapartida à rubrica a “ajuste acumulado de conversão e ajustes de avaliação patrimonial e as variações cambiais”, no resultado do período.

Conforme requerido pela norma contábil, os itens não monetários, assim como o resultado do período, são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço das subsidiárias esteja registrado ao valor corrente.

A conversão dos saldos das subsidiárias com economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi realizada pela taxa de câmbio em vigor ao final do exercício, tanto para itens patrimoniais como de resultado.

Nas demonstrações consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a correção monetária por hiperinflação impactou positivamente o resultado da Companhia em R\$ 648,0 milhões.

Argentina

A Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária desde 2018, portanto, a Companhia vem apresentando as demonstrações contábeis com a correção da inflação para as controladas nesse país, bem como os reflexos na demonstração consolidada da Companhia.

No exercício de 2022, o Banco Central da Argentina elevou a taxa básica do país para 98,4%, para tentar conter a maior alta generalizada dos preços em 30 anos.

Turquia

Os níveis de inflação na Turquia mantiveram-se elevados nos períodos recentes e ultrapassaram a inflação acumulada nos últimos 3 anos acima de 100%, conforme o Turkish Statistical Institute. Com base neste indicador e em análises qualitativas, conclui-se que a Turquia é considerada economia hiperinflacionária e, portanto, a partir do segundo trimestre de 2022 os procedimentos contábeis descritos acima foram aplicados para as subsidiárias da Companhia na Turquia relacionados a economias hiperinflacionárias (NBC TG 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária). O índice de preços definido e aplicado no período foi de 64,0%.

Análise comparativa dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A receita líquida de vendas consolidada aumentou para R\$ 130.631,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação com a receita líquida de vendas no mesmo período em 2021 que foi de R\$ 85.388,5 milhões. A receita líquida recorde é explicada pela consolidação com o resultado da BRF, que correspondeu a 31,9% da receita da companhia, e pela a receita recorde na peração da América do Sul, com destaque para vendas de exportação, que cresceram 35,2% quando comparadas ao mesmo período do ano passado.

O custo de produtos e mercadorias vendidas aumentou 65,5%, de R\$ 68.187,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 112.879,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O aumento é explicado, explicado pela consolidação dos resultados da BRF e pelo maior volume de vendas e aumento no custo da matéria prima do segmento de bovinos.

O item matéria-prima seguiu sendo o principal componente do CPV representando 73,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 contra 80,0% do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O gasto com mão de obra representou 8,5% do custo total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a 10,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O lucro bruto foi de R\$ 17.752,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 3,2% em relação ao mesmo período em 2021 e a margem bruta atingiu 13,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As despesas comerciais, administrativas e gerais totalizaram R\$ 11.138,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 164,0% em relação aos R\$ 4.219,7 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse incremento reflete a consolidação do resultado da BRF e seu perfil de maiores despesas comerciais e gastos com publicidade.

Em 2022, as despesas comerciais foram de R\$ 9.495,2 milhões. As despesas comerciais em função da receita líquida foram de 7,3%, aumento também impactado pela consolidação da BRF.

As despesas administrativas e gerais somaram R\$ 1.642,9 milhões em 2022. As administrativas e gerais em função da receita líquida foram de 1,3%, se mantendo estável quando comparado com 2021.

Em 2022 um EBITDA ajustado de R\$ 12.748,3 milhões, uma redução de 12,3% na comparação com o ano anterior. A margem EBITDA ajustado foi de 9,8%, já a margem em 2021 foi de 17,0%. Redução explicada pela normalização das margens auferidas na operação do segmento Beef América do Norte, que em 2021 haviam sido fortemente

impactadas pelo movimento de recomposição de estoques das cadeias de food-service e menor custo de matéria prima, levando a operação ao maior resultado histórico.

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Os Diretores informam que não houve no último exercício social, mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores informam que não houve no último exercício social, mudanças nas práticas contábeis da Companhia que afetassem significativamente as Demonstrações Contábeis do último exercício social.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não constaram ressalvas e ênfases no relatório dos auditores independentes da Companhia.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações contábeis

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia obteve a aprovação do Conselho de Administração para subscrever até o limite de sua participação societária no capital social da BRF, o equivalente a 33,20% da oferta de ações da BRF. Foram adquiridas 90.198.777 ações entre as 270.000.000 novas ações emitidas. Em 10 de março de 2022, a Companhia adquiriu 200.000 ações, com essa nova aquisição, a Companhia passou a ter 33,27% da oferta de ações da BRF. Em 01 de abril de 2022, após a eleição e posse da chapa indicada pela Companhia ao Conselho de Administração da controlada BRF, a Companhia passou a exercer influência significativa, e conseqüentemente controle sobre as operações da controlada BRF. Com essa aquisição, a Companhia passou a apresentar em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 o segmento Aves, Suínos e Industrializados – BRF.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 19 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado que a PlantPlus Foods LLC (“PlantPlus Foods”) concluiu o processo de aquisição da Sol Cuisine Ltd. (“Sol Cuisine”), empresa listada na Bolsa de Valores de Toronto – TMX – sob o código VEG. Sol Cuisine é uma produtora que tem apresentado rápido crescimento no segmento de proteína vegetal, com marca própria e private label, com presença nas principais categorias de pratos e aperitivos. Os produtos da empresa são oferecidos por meio de plataforma de distribuição omni-channel estabelecida no Canadá, Estados Unidos da América e México.

Em 26 de janeiro de 2022, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em continuidade ao comunicado de dezembro de 2020, o investimento na empresa brasileira Quiq, plataforma digital que simplifica a gestão de pedidos online dos restaurantes,

conectando os diversos aplicativos de delivery diretamente aos sistemas de PDV (Ponto de Venda). O Quiq é uma joint venture liderada pelo hub de tecnologia 4all e outros nove sócios de importantes redes de food-service. O investimento foi de aproximadamente R\$ 12,0 milhões e está alinhado com a estratégia de crescimento da Companhia, sempre atenta as constantes inovações de mercado e a complementaridade de nossas atividades.

Em 26 de janeiro de 2022, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em continuidade ao comunicado de dezembro de 2020, o investimento na empresa norte americana Takeoff Technologies, através da sua subsidiária NBM US Holdings Inc., fundada em meados de 2016 por José Vicente Aguerrevere e Max Pedró, a Takeoff já conta com mais de 250 funcionários que trabalham na criação e soluções automatizadas de atendimento e gerenciamento de estoque de alimentos para redes de supermercado e pequenos comércios, otimizando assim a gestão e maximizando a rentabilidade por meio de automação e soluções baseadas em dados para atendimento a demanda crescente de e-commerce. O investimento foi de aproximadamente US\$ 5 milhões e está alinhado com a estratégia de crescimento da Companhia, sempre atenta as constantes inovações de mercado e a complementaridade de nossas atividades.

Sobre a aquisição da controlada BRF, veja item 2.4 (a) desse formulário de referência.

A controlada BRF em 16 de agosto de 2021, celebrou acordo de investimento para a constituição de uma entidade em parceria com uma subsidiária controlada da AES Brasil Energia S.A. para construção de um parque para autogeração de energia eólica no Complexo Eólico Cajuína, Rio Grande do Norte, com capacidade instalada de 160MWm (Megawatt médio), gerando 80MWm a serem comercializados com a Companhia por meio de contrato de compra e venda de energia de 15 anos. As operações do parque estão previstas para iniciar em 2024. A parceria foi fechada em 14 de março de 2022, data em que foi realizado o primeiro aporte de capital por parte da BRF no montante de R\$ 60,1 milhões na Potengi Holdings S.A., entidade coligada. A partir de tal data, a BRF passou a deter 50% do capital social e 24% dos direitos econômicos da Potengi Holdings S.A., entidade coligada. Em 2022, a controlada BRF integralizou parcela adicional do capital já subscrito no montante de R\$ 32.031.

A Marfrig US Holdings foi constituída em 08 dezembro de 2022, a partir da transferência realizada pela Marfrig NBM Holding, de 100% das quotas sociais que detinha na NBM US Holdings.

A MFG US Holdings foi constituída em 16 em dezembro de 2022, tendo como única sócia a Marfrig Beef International.

Em 20 dezembro de 2022, a Companhia decidiu por realizar uma reestruturação societária e vendeu 1% de sua participação na NBM US para a Marfrig NBM Holding por USD 37 milhões (valor de mercado). Em 21 de dezembro de 2022, a Beef Holdings subdividiu suas 2 ações de USD 1,00 cada em 200 ações a USD 0,01 cada.

Em 21 de dezembro de 2022, a Marfrig NBM Holding distribuiu 73,5% e 26,5% das ações que detinha da Beef Holdings à Marfrig Beef International e Marfrig Beef (UK), respectivamente. A distribuição ocorreu pelo valor contábil de registro.

Em 28 de dezembro, a Marfrig Beef UK juntamente com a Marfrig Beef International, transferiram 100% das quotas sociais que detinham na Marfrig NBM Holdings para MFG US Holdings, que passou a ter as duas entidades em seu quadro societário.

No segundo trimestre de 2022, a controlada BRF e algumas de suas subsidiárias firmaram um termo junto à Tyson International Holding Co. e à Tyson Foods, Inc., em conexão à transação de alienação das operações da controlada BRF na Europa e Tailândia, firmada em 03 de junho de 2019. Este termo prevê o encerramento de certas disputas relacionadas a perdas incorridas pelas entidades alienadas e encerra a licença de uso de certas marcas da controlada BRF pela Tyson. Adicionalmente, foram encerradas contingências tributárias referentes a períodos anteriores à alienação. A liquidação de tais temas gerou o pagamento do montante equivalente a R\$ 16,4 milhões (US\$ 3,2 milhões) pela controlada BRF.

Durante o exercício de 2022 foram concluídas as análises gerenciais e estudos de viabilidade econômica sobre as atividades administrativas e operacionais da controlada Marfrig Peru S.A.C, dessa forma após apreciações das análises e aprovações da Diretoria Executiva da controladora, as operações da Marfrig Peru S.A.C foram encerradas. O impacto no resultado da Companhia foi de R\$ 890,0 mil, registrados na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, e não sendo relevantes sobre às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Na opinião dos Diretores, esses movimentos estratégicos consolidaram o posicionamento da Marfrig no eixo das Américas, com uma plataforma de produção diversificada na América do Norte e América do Sul, com capacidade de atender os principais e mais rentáveis mercados consumidores do mundo.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no exercício social quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas Demonstrações Contábeis ou resultados da Companhia.

2.5 – Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM nº 156/2022. O EBITDA consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

O EBITDA Ajustado da Companhia consiste no lucro (prejuízo) líquido, ajustado pela receita (despesa) financeira líquida, imposto de renda e contribuição social, equivalência patrimonial das subsidiárias, outras receitas (despesas) operacionais, outros ajustes efetuados na controlada BRF, e depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado (operações continuadas) exclui os resultados financeiros dos ativos classificados como ativo não circulante mantido para a venda e operação descontinuada nos períodos ou exercícios indicados. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o EBITDA Ajustado (operações continuadas) não inclui o resultado líquido (prejuízo) de operações descontinuadas de R\$ 16,4 milhões após impostos, nos termos do IFRS 5.

A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA de um período ou exercício dividido pela receita líquida da Companhia para o mesmo período ou exercício.

A margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado de um período ou exercício dividido pela receita líquida das operações continuadas da Companhia para o mesmo período ou exercício.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a margem EBITDA e a margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e não devem ser considerados como substituto para o lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou como substitutos de caixa como medida de liquidez. Outras Companhias podem calcular o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a margem EBITDA e a margem EBITDA Ajustado de forma diferente à apresentada no item 2.5 (b).

(b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas;

A Companhia apresenta abaixo a reconciliação e os valores do EBITDA, EBITDA Ajustado, da margem EBITDA e da margem EBITDA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 com o lucro líquido:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido continuado	2.779,4	6.646,4
Resultado financeiro líquido	6.876,7	3.708,7
Imposto de renda e contribuição social	(1,1)	2.256,0
Depreciação e amortização	5.572,1	1.563,3
EBITDA	15.227,1	14.174,4
Margem EBITDA (%)	11,7%	16,6%
Resultado com equivalência patrimonial	64,6	20,5
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.105,0)	349,2
Outros Aj. EBITDA BRF	561,6	-
EBITDA Ajustado	12.748,3	14.544,1
Margem EBITDA Ajustado	9,8%	17,0%

(c) Motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de nossa condição financeira e do resultado de nossas operações.

A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado como indicador adicional para monitorar suas operações e desempenho econômico, sendo uma medida útil uma vez que é frequentemente usada por analistas do mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas em avaliar as empresas do setor. Como o EBITDA Ajustado não reflete receitas ou despesas financeiras, impostos, contribuição social ou depreciação e amortização, é um indicador de desempenho financeiro geral, que não é afetado por alterações nas taxas de juros, dívidas, impostos, taxas de contribuição social, outros ajustes efetuados na controlada BRF, e taxas de depreciação e amortização. Como resultado, a Companhia acredita que o EBITDA Ajustado é uma ferramenta útil para comparar seu desempenho operacional em diferentes períodos e como base para determinadas decisões da Administração. Além de desempenho financeiro geral, a Companhia acredita que o EBITDA Ajustado também lhe permite entender

melhor sua capacidade de quitar seus passivos e financiar suas despesas de capital e capital de giro. Entretanto, a utilidade do EBITDA Ajustado como uma medida de rentabilidade é limitada, uma vez que não reflete diversos custos e despesas envolvidos nos negócios, como despesas financeiras, impostos, depreciação, despesas de capital e outros custos relacionados, que podem ter um efeito significativo no lucro líquido da Companhia.

2.6 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

(a) Reorganização societária Argentina

Em 01 de janeiro de 2023, a Companhia deliberou iniciar a reorganização societária entre as empresas do Grupo Quickfood S.A., Marfrig Argentina S.A. e Campo Del Tesoro S.A., todas alocadas em território argentino. A reorganização trata-se de uma incorporação da Marfrig Argentina S.A. e da Campo Del Tesoro S.A., que será realizada pela Quickfood S.A.

As incorporadas serão dissolvidas sem liquidação, transferindo todos os direitos e obrigações para incorporadora.

(b) Plano de Recompra de Ações

Em janeiro de 2023, a Companhia recomprou 6.245.400 ações no montante de R\$ 52.631, referente ao Plano de Recompra aprovado em 11 de agosto de 2022 em reunião do Conselho de Administração (Nota explicativa nº 27.2. Reservas de capital e ações em tesouraria).

(c) Terremoto Turquia

Em 06 de fevereiro de 2023 um terremoto de grande magnitude atingiu a Turquia e Síria. A Banvit, subsidiária da controlada BRF na Turquia, não possui unidades em local próximo àqueles atingidos pelos tremores e não sofreu impactos em suas operações.

(d) Julgamento temas 881 e 885 pelo Supremo Tribunal Federal

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu por unanimidade que uma decisão definitiva favorável as empresas sobre tributos recolhidos de forma continuada perderão seu efeito caso posteriormente o STF a julgue de forma contrária. A Companhia avaliou o tema julgado nesta decisão que abrange Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e informa que recolhe regularmente a contribuição.

A Companhia ainda avaliou outros tributos que se enquadrem na definição contida na decisão proferida e não há causas com trânsito em julgado favorável a Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF. Portanto, nenhum impacto foi observado na presente Demonstração Contábil da Companhia.

(e) Caso EEB, Suspensão exportações para China

Em 23 de fevereiro 2023, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado em geral que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), notificou a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) sobre um possível caso atípico de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) no Estado do Pará, em um animal de aproximadamente 9 anos de idade.

Este caso resultou na suspensão temporária de emissões de certificados sanitários para exportação de carne bovina do Brasil para a China. De acordo com o MAPA, essa suspensão tem como base um protocolo bilateral de inspeção entre os dois países.

No período de auto suspensão, o atendimento realizado pelas sete plantas da Companhia no Brasil será redirecionado para as seis plantas da Companhia habilitadas para a China, localizadas no Uruguai e na Argentina. Nossa plataforma geograficamente diversificada e a flexibilidade de nossos multicanais de venda nos permitirá atender a demanda de nossos clientes no país asiático.

No acumulado dos últimos doze meses reportados, as exportações brasileiras da Companhia para o mercado chinês representaram 6,4% da receita líquida consolidada.

Vale destacar que as recentes habilitações recebidas irão contribuir com a diversificação dos destinos de exportação da Companhia no Brasil.

A Companhia acredita que a situação do EEB está dentro dos parâmetros regulares envolvendo questões sanitárias e espera que as exportações sejam retomadas em breve.

(e) Projeto Biomas

Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia em cumprimento às disposições constantes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80, de 29 de março de 2022 e da Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, em linha com as melhores práticas de governança corporativa e em complementação às informações divulgadas por meio do Comunicado ao Mercado de 14 de novembro de 2022, vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral o investimento, nesta data, pela Companhia, em conjunto com Suzano, Rabobank e Vale, na Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (“Biomas”), no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) cada, nos termos dos respectivos acordos de investimento, uma vez que foram cumpridas as condições precedentes e realizados os atos de fechamentos estabelecidos em referidos acordos.

A Biomas atuará nas atividades de restauração, conservação e preservação de florestas no Brasil.

A Companhia informa que o ingresso do Itaú e do Santander como acionistas da Biomas está sujeito à autorização pelo Banco Central do Brasil.

Por fim, a Companhia reitera seu compromisso de manter os acionistas e o mercado em geral informados acerca de qualquer outro assunto de interesse de seus acionistas e do mercado.

(f) Prospecção para alienação da operação pet food

Em 28 de fevereiro de 2023, a controlada BRF comunicou que contratou o Banco Santander para ser seu assessor financeiro visando a alienação de sua operação de pet food, a qual desenvolvida por suas investidas BRF Pet S.A., Mogiana Alimentos S.A., Hercosul Alimentos Ltda., Hercosul Soluções em Transportes Ltda., Hercosul Distribuição Ltda. e Hercosul International S.R.L. (“Transação”).

A Transação será realizada por meio de processo competitivo que está em estágio inicial.

2.7 - Política de destinação dos resultados

(a) Regras sobre retenção de lucros

Segundo o artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito;
pagamento de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável;
constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

O decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

O acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral poderá aprovar destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).

Cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária, por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Marfrig e irá depender de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia dentre outros fatores que o Conselho de Administração e os acionistas da Marfrig julguem relevantes.

Conforme legislação aplicável, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

A Assembleia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, na forma do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(i) Valores das retenções de lucros

Do resultado do exercício foram deduzidos, antes de qualquer participação os prejuízos acumulados, em atendimento ao Artigo 189 da lei das Sociedades por ações.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, com os seguintes ajustes:

O decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, sujeito à aprovação da Assembleia Geral, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.).

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá:

deliberar a distribuição de dividendos à débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores ad referendum da Assembleia Geral; e

declarar dividendos intermediários á débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

d) Restrições à distribuição de dividendos

Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, não existem outras restrições relativas à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicáveis à Companhia, assim como decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Os acionistas têm prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos, ou pagamentos de juros referentes às suas ações, após o qual o valor dos dividendos não reclamados reverterá em favor da Companhia.

Os contratos de financiamento celebrados pela Companhia, de maneira geral, contêm restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia no caso de mora ou inadimplemento de suas obrigações.

e) política de destinação de resultados

A Política de Destinação de Resultado e Distribuição de Dividendos da Companhia, foi atualizada, revisada e aprovada em reunião do conselho de administração realizada em 10 de agosto de 2021.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia através da controlada BRF celebra contratos com terceiros para aquisição de matérias-primas, principalmente milho e farelo de soja, em que os preços acordados podem ser fixos ou a fixar.

A Companhia celebra também outros compromissos, tais como fornecimento de energia elétrica, embalagens, construção de imóveis, entre outros, para suprimento de suas atividades de manufatura.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam outros contratos de futura venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

2.9 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor

Na opinião dos Diretores, os compromissos firmes de compra são demonstrados no item 2.8.a - tópico (ii) deste formulário de referência irão afetar os custos e despesas da Companhia, assim como ativos e passivos quando atingirem os requisitos para reconhecimento de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Nos casos de instrumentos com preços a fixar, variações no preço de serviços, energia elétrica, commodities, insumos, dentre outros, podem afetar significativamente os custos e despesas futuros da Companhia.

(b) natureza e o propósito da operação

Os Diretores informam que tais operações são decorrentes do curso normal dos negócios e são compostas por contratos com terceiros para aquisição de matérias-primas,

principalmente milho e farelo de soja, em que os preços acordados podem ser fixos ou a fixar, além de outros compromissos, tais como fornecimento de energia elétrica, embalagens, construção de imóveis, entre outros, para suprimento de suas atividades de manufatura.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os compromissos firmes de compra são demonstrados abaixo:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Total circulante	6.152,6	5.557,6
Total não circulante	2.257,1	2.111,1
2024	971,3	887,4
2025	440,5	402,2
2026	297,3	285,7
2027	301,0	289,9
2028 em diante	247,0	245,9
Total	8.409,7	7.668,7

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Na opinião dos Diretores, os investimentos refletem a visão estratégica da Companhia, com foco em proteína animal (bovinos, suínos, ovinos, peixes e aves) e vegetal, e produtos de maior valor agregado.

Além dos investimentos estratégicos, a constante busca pelo ganho de eficiência, ganhos de escala, redução de custos e melhorias operacionais, as atividades da Companhia demandam investimentos regulares.

Adicionalmente, os Diretores entendem que a Companhia seguirá investindo em projetos que reforcem sua atuação no mercado de produtos de maior valor agregado, em linha com as melhores práticas relacionadas à sustentabilidade corporativa, com responsabilidade social, principalmente nas comunidades, e preservação ambiental.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os investimentos somaram R\$ 2.650,0 milhões, excluindo os investimentos da controlada BRF, desses investimentos “ex” BRF, 34,7% foram destinados à manutenção de seus ativos, 47,2% foram destinados ao crescimento e ampliação das unidades fabris e centros de distribuição e 18,1% com atividades de investimentos.

Destaca-se ainda o efeito do câmbio na tradução dos valores das unidades internacionais para o Real, que é a moeda funcional da Companhia.

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em
------------------	-------------------------------

	31 de dezembro de 2022
Crescimento	1.250
Manutenção	920
Total	2.171
Investimentos	479
Total com Aquisição	2.650

Em 2022, o CAPEX da Companhia, excluindo os investimentos da controlada BRF, aumentou 15,0% na comparação com 2021. Esse aumento é explicado pelos maiores investimentos e projetos de crescimento orgânico, com destaque para (i) o projeto de melhoria tecnológica da planta de Liberal – KS, que irá contribuir para maior agilidade em cortes e produtos de “case ready” (pronto para consumo); (ii) construção de uma graxaria também em Liberal; e na Operação América do Sul (iii) as expansões das áreas de desossa e de hambúrgueres, ambos em Várzea Grande; (iv) finalização do projeto de uma nova planta de hambúrgueres em Bataguassu (v) expansões na capacidade de abate de San Jorge na Argentina e Tacuarembó no Uruguai.

Também destacamos investimentos que foram utilizados principalmente na capitalização da PlantPlus (JV em parceria com a Archer-Daniels-Midland Company – ADM) que destinou recursos para aquisições da Sol Cuisine, na América do Norte.

Esses projetos estão alinhados com a com a estratégia de otimização da diversificação geográfica da Companhia, que potencializa a operação em unidades mais eficientes, enquanto encerra operações em plantas ineficientes.

Os investimentos destacados acima, referem-se exclusivamente aos segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, os investimentos do segmento Aves, Suínos e Industrializados – BRF, podem ser consultadas no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pelo (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos, (iii) transações de mercado de capitais em geral.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Durante o exercício de 2022 foram concluídas as análises gerenciais e estudos de viabilidade econômica sobre as atividades administrativas e operacionais da controlada Marfrig Peru S.A.C, dessa forma após apreciações das análises e aprovações da Diretoria Executiva da controladora, as operações da Marfrig Peru S.A.C foram encerradas. O impacto no resultado da Companhia foi de R\$ 890,0 mil, registrados na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, e não sendo relevantes sobre às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em 19 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado que a PlantPlus Foods LLC (“PlantPlus Foods”) concluiu o processo de aquisição da Sol Cuisine

Ltd. (“Sol Cuisine”), empresa listada na Bolsa de Valores de Toronto – TMX – sob o código VEG. Sol Cuisine é uma produtora que tem apresentado rápido crescimento no segmento de proteína vegetal, com marca própria e private label, com presença nas principais categorias de pratos e aperitivos. Os produtos da empresa são oferecidos por meio de plataforma de distribuição omni-channel estabelecida no Canadá, Estados Unidos da América e México.

Em 26 de janeiro de 2022, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em continuidade ao comunicado de dezembro de 2020, o investimento na empresa norte americana Takeoff Technologies, através da sua subsidiária NBM US Holdings Inc., fundada em meados de 2016 por José Vicente Aguerrevere e Max Pedró, a Takeoff já conta com mais de 250 funcionários que trabalham na criação e soluções automatizadas de atendimento e gerenciamento de estoque de alimentos para redes de supermercado e pequenos comércios, otimizando assim a gestão e maximizando a rentabilidade por meio de automação e soluções baseadas em dados para atendimento a demanda crescente de e-commerce. O investimento foi de aproximadamente US\$ 5 milhões e está alinhado com a estratégia de crescimento da Companhia, sempre atenta as constantes inovações de mercado e a complementaridade de nossas atividades.

Em 26 de janeiro de 2022, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em continuidade ao comunicado de dezembro de 2020, o investimento na empresa brasileira Quiq, plataforma digital que simplifica a gestão de pedidos online dos restaurantes, conectando os diversos aplicativos de delivery diretamente aos sistemas de PDV (Ponto de Venda). O Quiq é uma joint venture liderada pelo hub de tecnologia 4all e outros nove sócios de importantes redes de food-service. O Quiq é uma joint venture liderada pelo hub de tecnologia 4all e outros nove sócios de importantes redes de food-service. O investimento foi de aproximadamente R\$ 12,0 milhões e está alinhado com a estratégia de crescimento da Companhia, sempre atenta as constantes inovações de mercado e a complementaridade de nossas atividades.

Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia obteve a aprovação do Conselho de Administração para subscrever até o limite de sua participação societária no capital social da BRF, o equivalente a 33,20% da oferta de ações da BRF. Foram adquiridas 90.198.777 ações entre as 270.000.000 novas ações emitidas. Em 10 de março de 2022, a Companhia adquiriu 200.000 ações, com essa nova aquisição, a Companhia passou a ter 33,27% da oferta de ações da BRF. Em 01 de abril de 2022, após a eleição e posse da chapa indicada pela Companhia ao Conselho de Administração da controlada BRF, a Companhia passou a exercer influência significativa, e conseqüentemente controle sobre as operações da controlada BRF.

A chapa eleita assume as responsabilidades e atribuições do Conselho de Administração, consistindo na eleição da diretoria executiva, definição da remuneração da Administração, autorizar a constituição e dissolução de sociedades, escolher e destituir os auditores independentes, aprovar políticas e alçadas dentre outros tópicos que coligiam na administração do negócio.

Na opinião dos Diretores, esses movimentos estratégicos consolidaram o posicionamento da Marfrig no eixo das Américas, com uma plataforma de produção diversificada na América do Norte e América do Sul, com capacidade de atender os principais e mais rentáveis mercados consumidores do mundo.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não possui pesquisas em andamento para os segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, as pesquisas em andamento do segmento Aves, Suínos e Industrializados – BRF, podem ser consultadas no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia não possui gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços para os segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, os gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços do segmento Aves, Suínos e Industrializados – BRF, podem ser consultados no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados para os segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, os projetos em desenvolvimento já divulgados do segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF, podem ser consultados no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia não possui gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços para os segmentos Beef América do Norte e Beef América do Sul, os gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços do segmento Aves, Suínos e Industrializados - BRF, podem ser consultados no formulário de referência da BRF S.A em: <https://ri.brf-global.com/>.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios relacionadas a questões ASG

(i) Sustentabilidade e Desempenho Socioambiental

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Companhia. Nesse sentido, a Companhia vem trabalhando continuamente para implementar as melhores práticas de Environmental, Social and Governance (ESG), alinhadas com os princípios para investimentos responsáveis. Em relação à governança corporativa, a Companhia criou um Comitê de Sustentabilidade para discutir, avaliar e definir prioridades de sustentabilidade.

O comprometimento da Companhia com a sustentabilidade está expresso em sua estratégia de negócios, nas parcerias e compromissos assumidos com organizações de renome e reconhecimento nas áreas social e ambiental e nas ações voltadas para o bem-estar animal.

A Companhia tem uma posição de vanguarda na produção sustentável e de preservação da biodiversidade, e assumiu e vem mantendo e fortalecendo vários compromissos públicos em parcerias com grandes organizações.

A Companhia desenvolveu e implementou uma plataforma de sustentabilidade baseada seis pilares:

1. Controle de origem: gerenciamento da procedência da matéria-prima e engajamento dos fornecedores às melhores práticas de sustentabilidade. É responsável pela execução

do Programa Marfrig Verde+, voltado a disseminar a pecuária sustentável e de baixa emissão ao longo da cadeia de valor. Dentro das operações industriais, aplica um rígido controle de qualidade e segurança do alimento, por meio de processos e procedimentos que observam o uso de antibióticos, hormônios e substâncias controversas, caso sejam utilizados na criação do gado;

2. Mudanças climáticas: busca ganhos contínuos de eficiência dos processos, a fim de minimizar o impacto das operações nas mudanças climáticas e para adaptá-las a esse novo contexto;
3. Bem-estar animal: gerencia as práticas de manejo dos animais, desde a fazenda até o abate, que devem ser feitas em linha com as recomendações da World Animal Protection e das mais rigorosas normas internacionais para abate humanitário;
4. Uso de recursos naturais: promove a gestão do consumo de água e energia nos processos produtivos. Busca alternativas de geração de energia a partir de fontes limpas e renováveis;
5. Efluentes e Resíduos: dissemina condutas ambientalmente responsáveis para o tratamento e descarte de efluentes e resíduos sólidos originados nas operações; e
6. Responsabilidade social: Para contribuir de forma efetiva com o crescimento social e o bem-estar das comunidades próximas às suas operações, desenvolvemos campanhas, a Companhia promove doações e implementamos programas de responsabilidade social nos diferentes países em que atua. Entre os destaques, estão o Instituto Marfrig e a parceria com o Hospital de Amor, no Brasil.

Conquistas e destaques em 2022

Marfrig Verde+ Programa pioneiro, no setor, de combate ao desmatamento dos biomas Amazônia e Cerrado. Com ele, a Companhia busca garantir que 100% de sua cadeia de produção seja sustentável e livre de desmatamento até 2030. Em 2022 obteve 100% de monitoramento por satélite dos fornecedores diretos e atingiu a marca de 73% de controle de fornecedores indiretos no Bioma Amazônia e controlou 72% dos fornecedores indiretos no Bioma Cerrado.

Reinclusão de fornecedores de gado: Até o fechamento de 2022, a Companhia teve 2.586 fazendas reincluída – fornecedores que voltaram a operar em conformidade com nossos compromissos - demonstrando o forte compromisso com o princípio da inclusão, dentro do Programa Marfrig Verde+.

Melhor empresa de proteína bovina no FAIRR: A Companhia foi a empresa de proteína bovina mais bem colocada no ranking da Collier FAIRR Protein Producer Index: a companhia subiu quatro posições na classificação geral, do 7º para o 3º lugar, o que garante o melhor resultado desde seu ingresso. A Companhia também é a única classificada como de baixo risco entre as 11 empresas de proteína bovina. A FAIRR é uma iniciativa que reúne investidores do mundo todo, com US\$ 70 trilhões sob gestão, e que analisa a atuação de empresas produtoras de proteínas, de diferentes países, com base em critérios ambientais, sociais e de governança.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): Pelo segundo ano consecutivo, a Companhia integrou a 17ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. O ISE é uma ferramenta de análise comparativa da performance das empresas de capital aberto, sob o aspecto das práticas de governança ambiental, social e corporativa. O

indicador é uma referência de boas práticas de sustentabilidade, pois reúne ações de companhias que segue princípios diferenciados nesse tema.

Índice de Carbono Eficiente: A Companhia também está no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) da B3, cuja carteira engloba ações de companhias que adotam medidas eficientes para minimizar a emissões de gases de efeito estufa procedentes de suas operações.

CDP: No último ano foram avaliadas pelo CDP 18.700 empresas em todo o mundo, e a Companhia recebeu a nota “A-” considerando os três quesitos avaliados pelo índice. Com isso, a companhia está entre as empresas referência no gerenciamento de recursos naturais globalmente. Em 2022 também progredimos nas pontuações das categorias do CDP relacionadas a Mudanças Climáticas, de B para A-.

BBFAW: Tier 2 no BBFAW 2021 (Business Benchmark on Farm Animal Welfare), mais importante ranking global em gestão de bem-estar animal. A Companhia é a única empresa de proteína bovina, nas Américas, a alcançar essa colocação.

Carne Carbono Neutro: A Companhia mantém, em parceria com a Embrapa, a marca Viva Carne Carbono Neutro (CCN), proveniente de animais inseridos em um sistema de produção pecuária-floresta que neutraliza as emissões de metano.

Science Based Targets: A Companhia é a primeira empresa de proteína animal do Brasil e a única de carne bovina da América Latina a se comprometer com a Science Based Targets, iniciativa voltada a reduzir a emissão de gases de efeito estufa, limitando o aquecimento global a 1,5°C, em linha com as metas do Acordo de Paris. Ainda, foi a única empresa brasileira, no setor, a ter as metas aprovadas pela referida instituição.

Combate ao desmatamento: A Companhia assinou o compromisso público articulado pelo CEBDS (Centro Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável), que tem o objetivo de colaborar com o Conselho da Amazônia e combater o desmatamento ilegal.

Mitigação de Riscos Socioambiental: A Companhia, em parceria com a Agroicone, concluiu o Mapa de Mitigação de Risco Socioambiental para o Bioma Mata Atlântica, inédito no setor, e permitindo a expansão das práticas socioambientais da empresa também para este bioma, em linha com os objetivos do Plano Marfrig Verde+. Dessa forma a Companhia tem um controle preciso, sob a perspectiva de risco socioambiental, das áreas em todos os biomas em que a empresa atua no Brasil.

Comitê Gestor do Protocolo de Monitoramento Voluntário de Fornecedores de Gado do Cerrado: A Companhia tornou-se membro do Comitê Gestor do Protocolo Monitoramento Voluntário do Cerrado. O Protocolo do Cerrado visa contribuir para o alinhamento das melhores práticas de monitoramento socioambiental para a compra de produtos de origem bovina no bioma Cerrado. Foram definidos uma série de critérios e parâmetros de compra responsável que as empresas podem seguir a fim de garantir que suas cadeias de fornecimento não estejam vinculadas à problemas socioambientais.

Empresa Biomas: A Companhia é cocriadora da empresa BIOMAS, uma empresa totalmente dedicada às atividades de restauração, conservação e preservação de florestas no Brasil. O objetivo da iniciativa é, ao longo de 20 anos, atingir uma área total restaurada e protegida de 4 milhões de hectares de matas nativas em diferentes biomas brasileiros, como Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado. A área é equivalente ao território da Suíça ou do estado do Rio de Janeiro. Inicialmente chamada de Biomas, a empresa nasce com planos de restaurar 2 milhões de hectares de áreas degradadas, a partir do plantio de aproximadamente 2 bilhões de árvores nativas, em um modelo de negócios em larga escala. A empresa também

conservará e preservará 2 milhões de hectares. A expectativa do grupo formado por grandes companhias com presença global é, além dos benefícios ambientais da iniciativa em si, contribuir para estimular o desenvolvimento regional e o fortalecimento das comunidades locais com seu envolvimento na cadeia de valor.

Pacto Global: A Companhia mantém-se como signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciativa voltada a encorajar empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade.

Habilitação para produção de carne orgânica sob o protocolo da USDA: A unidade de Bataguassu (MS) manteve a habilitação para produzir carne orgânica de acordo com protocolo do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), estando apta à exportação do produto para o país.

(i) Sustentabilidade e Desempenho Socioambiental

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e bem-estar social das comunidades em que está inserida, a Companhia desenvolve programas relevantes em apoio às comunidades em que está presente, nos diferentes países em que atua. As contribuições vão desde parcerias com instituições de saúde até apoio financeiro para causas sociais, passando por campanhas de conscientização dos colaboradores e de arrecadação de doações nas unidades.

Instituto Marfrig:

Criado em 2011, o Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz é uma entidade sem fins lucrativos que atende crianças em situação de vulnerabilidade social, com idade entre 6 e 16 anos proporciona uma série de programas de desenvolvimento físico e intelectual, por meio de atividades esportivas e de lazer, fomentando a cidadania e respeito ao meio ambiente.

Hospital do Amor:

A parceria iniciada em 2017 com o Hospital de Amor, centro de excelência em Oncologia localizado em Barretos (SP). Inicialmente voltada a fornecer a carne necessária para suprir o consumo diário do hospital, que atende cerca de 20 mil pessoas por mês, essa aproximação foi expandida para a participação dos pecuaristas. A doação é revertida para manutenção dos tratamentos, prevenção e diagnóstico precoce do câncer, oferecidos pela entidade ao público de forma gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Global Child Forum Benchmark (GCFB):

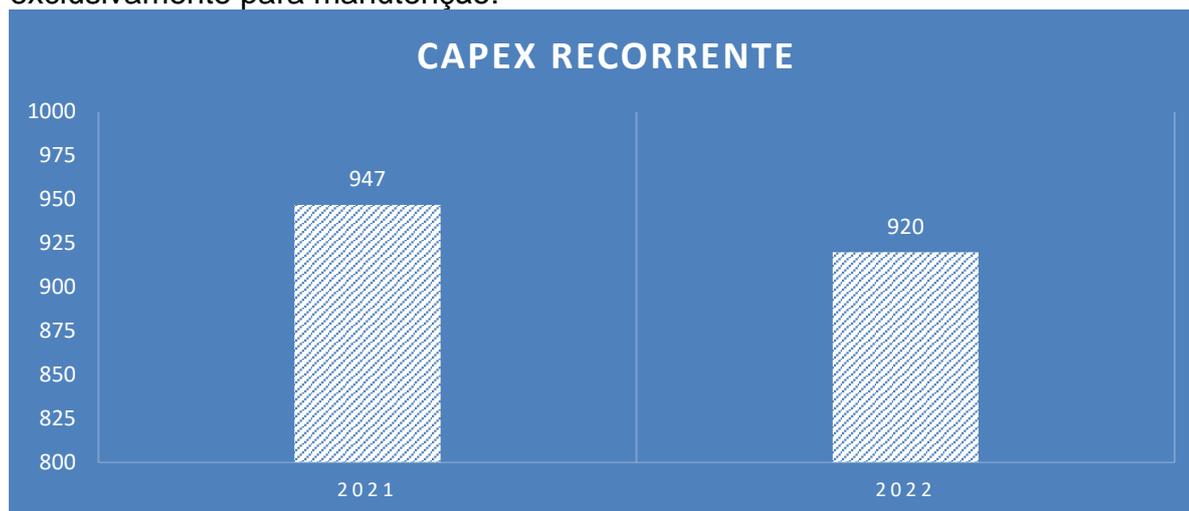
A Companhia está entre as empresas que mais protegem os direitos da criança em âmbito mundial.

Em 2022, a pontuação da companhia cresceu 27 pontos percentuais em relação ao ano anterior, o que a coloca entre as quatro empresas que mais evoluíram no período. A Companhia recebeu pontuação 7.3 em uma escala máxima de 10, colocando-a como empresa brasileira mais bem pontuada no relatório e superando a pontuação média geral da indústria de Alimentos, Bebidas e Cuidados Pessoais, que foi 4.4. Também na comparação com 2021, a Companhia evoluiu em todos os quesitos: local de trabalho, mercado, comunidade e meio ambiente. Em 2022, a metodologia do relatório passou a considerar um novo pilar, o de Governança, em que a Companhia obteve nota máxima (10).

2.11 - Outros fatores com influência relevante

CAPEX Recorrente

Abaixo apresentamos o CAPEX recorrente utilizado pela Companhia destinados exclusivamente para manutenção:



Venda do negócio Keystone

A Companhia estava disputando o ajuste do preço e as práticas negociais adotadas pelo comprador no estabelecimento do contrato de alienação da unidade de negócios Keystone Foods em ações cíveis que estavam tramitando na justiça Americana. Os itens relativos ao ajuste de preço foram enviados à avaliação em processo de arbitragem previsto contratualmente. O comprador propôs ação em que se discutia, dentre outros, a recompra da McKey Korea LLC (sociedade coreana pertencente à Keystone Foods) pela Marfrig.

Em março de 2022, a arbitragem referente a venda da Keystone para a Tyson foi concluída com decisão vinculativa e final que rechaçou quase por completo as demandas da Tyson, em que a Companhia foi instada a pagar aproximadamente US\$ 69,8 milhões (R\$ 327,9 milhões). O valor em questão foi devidamente pago no dia 01 de abril de 2022, o qual a Companhia devidamente amparada por seus Assessores Jurídicos, já havia procedido com o registro da provisão frente ao processo em questão, de forma a não impactar o resultado nesse período. O comprador também propôs ação em que discute, dentre outros, a recompra da McKey Korea LLC (sociedade coreana pertencente à Keystone) pela Companhia. Este último processo encontra-se na fase de produção de provas e oitiva de testemunhas.

Investigações envolvendo a controlada BRF

A controlada BRF foi alvo de duas investigações conduzidas por entidades governamentais brasileiras denominadas “Operação Carne Fraca” em 2017 e “Operação Trapaça” em 2018. O Comitê de Auditoria e Integridade da controlada BRF conduziu investigações independentes em conjunto com o Comitê Independente de Investigação, formado por membros externos, e assessores jurídicos externos no Brasil e no exterior, com relação às alegações envolvendo os funcionários e ex-funcionários da controlada BRF. No exercício de 2021, a Divisão de Execução da Securities and Exchange Commission (“SEC”) e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América (“DOJ”) emitiram cartas comunicando o encerramento das investigações contra a controlada BRF, sem imposição de qualquer sanção ou penalidade à Companhia.

Como desdobramento das investigações independentes, em 28 de dezembro de 2022 a controlada BRF assinou um Acordo de leniência com a Controladoria Geral da União – CGU e Advocacia Geral da União – AGU abordando temas relacionados às operações conduzidas pelas entidades governamentais brasileiras.

Em razão do Acordo de leniência, as autoridades signatárias promoverão o arquivamento de processos administrativos contra a controlada BRF, além de assumirem o compromisso de não promoverem ações judiciais contra à mesma, envolvendo as condutas objeto deste acordo.

O montante acima mencionado deverá ser pago pela controlada BRF à União em 5 (cinco) parcelas anuais, com início em 30 de junho de 2023, as quais poderão ser pagas mediante (i) compensação de saldo de créditos de prejuízo fiscal e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) na apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e da CSLL até o limite de 70% (setenta por cento) do referido montante; (ii) compensação com créditos fiscais detidos pela controlada BRF contra a União; (iii) compensação com créditos contemplados em precatórios detidos pela controlada BRF contra a União; ou (iv) em dinheiro. A controlada BRF deverá oferecer à União garantias, na forma de fiança bancária, depósito em conta vinculada, garantia real ou seguro-garantia, em montante equivalente a uma parcela do montante devido.

Negócio National Beef

Há cinco ações coletivas (class actions) e dezoito ações individuais (individual plaintiff action) nos Estados Unidos e duas ações coletivas no Canadá, alegando que a Companhia e/ou suas subsidiárias (National Beef), em conjunto com outras companhias do setor, conspiraram para controle do preço do gado e carne porcionada. Em todas as ações que a Companhia figura como ré, a corte proferiu decisões que retiraram a Companhia da qualidade de ré e manteve a National Beef. A National Beef também está atualmente sujeita a investigações cíveis pelo Departamento de Justiça dos EUA e aproximadamente trinta procuradores gerais estaduais sobre a compra de gado alimentado e a venda de carne bovina. A National Beef está cooperando com essas investigações fornecendo as informações solicitadas por essas investigações.

ANEXO V

INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL INTEGRANTES DA CHAPA PROPOSTA PELA ADMINISTRAÇÃO

ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

7.3/7.4 COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, CONSELHOS E COMITÊS

7.5 RELAÇÃO COM FAMILIARES

7.6 RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU CONTROLE

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Eleito pelo controlador	Membro Independentes	Data de Início do Primeiro Mandato
Marcos Antonio Molina dos Santos	17/01/1970	Empresário	102.174.668-18	Presidente do Conselho de Administração	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	-	Sim	Não	26/03/2007
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	28/03/1973	Empresária	182.070.698-21	Conselheiro de Administração	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Membro do Comitê Financeiro	Sim	Não	26/03/2007
Rodrigo Marçal Filho	03/10/1974	Empresário	184.346.398-90	Conselheiro de Administração	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Diretor Estatutário sem designação específica	Sim	Não	26/03/2007
Alain Emile Henri Martinet	23/01/1943	Administrador de Empresas	233.887.318-10	Conselheiro de Administração	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Membro do Comitê de Sustentabilidade	Sim	Não	22/12/2009
Herculano Aníbal Alves	15/02/1953	Economista e Administrador rural	463.463.178-49	Conselheiro de Administração Independente	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Coordenador do Comitê Financeiro e membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.	Sim	Sim	24/04/2015
Roberto Silva Waack	28/03/1960	Biólogo e Administrador	029.327.158-52	Conselheiro de Administração Independente	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Coordenador do Comitê de Sustentabilidade.	Sim	Sim	26/04/2019

Antonio dos Santos Maciel Neto	11/10/1957	Engenheiro Mecânico	532.774.067-68	Conselheiro de Administração Independente	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e Coordenador do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.	Sim	Sim	20/05/2007
---------------------------------------	------------	---------------------	----------------	---	------------	------------	-----------------------------	---	-----	-----	------------

ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ITEM 7.3 - COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos	Eleito pelo controlador	Data de Início do Primeiro Mandato
José Luiz de Souza Gurgel	12/05/1966	Economista e Contador	918.587.207-53	Conselheiro Fiscal Efetivo	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2024		Sim	08/04/2022
Ricardo Florence dos Santos	26/02/1955	Administrador	812.578.998-72	Conselheiro Fiscal Efetivo	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2024	-	Sim	30/03/2020
Axel Erhard Brod	15/07/1957	Administrador de Empresas	787.729.907-91	Conselheiro Fiscal Efetivo	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2024	-	Sim	30/04/2013
José Osvaldo Bozzo	12/10/1965	Advogado	052.238.968-66	Conselheiro Fiscal Suplente	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2024	-	Sim	30/03/2020

Ely Carlos Perez	01/06/1970	Contador	140.264.678-05	Conselheiro Fiscal Suplente	11/04/2023	11/04/2023	AGO 2024	-	Sim	29/04//2016
Christiano Ernesto Burmeister	22/07/1947	Administrador de Empresas	568.995.138-20	Conselheiro Fiscal Suplente	11/04/2023	11/04/2023	AGO 2024	-	Sim	17/04/2014

ITEM 7.3 - COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Marcos Antonio Molina dos Santos – CPF/MF: 102.174.668-18

O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, 53 anos, é o presidente do Conselho de Administração da Companhia. O executivo acumula experiência de mais de 30 anos no setor de alimentos, tendo iniciado sua atividade profissional aos 16 anos de idade, quando abriu seu primeiro negócio: uma empresa distribuidora de alimentos. Desde a constituição da Marfrig, Marcos Molina atua de maneira ativa com clientes-chave da Companhia, estreitando relacionamentos comerciais de escopos nacional e internacional, os quais possibilitam o desenvolvimento e a evolução de processos industriais e de qualidade, visando a superar as expectativas frente ao cenário global. O Sr. Molina é, ainda, sócio e diretor presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Companhia. O Sr. Marcos também exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração da BRF S.A. que é sociedade controlada pela Marfrig Global Foods S.A.

O Sr. Molina não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos – CPF/MF: 182.070.698-21

A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, 49 anos, é membro do Conselho de Administração desde março de 2007 e membro do Comitê Financeiro da Companhia. Ela acumula longa experiência na Marfrig, tendo sido responsável pela área financeira de 2000 a 2006 e pela equipe de auditoria interna de 2000 a 2006. Além disto, a Sra. Marçal dos Santos participa ativamente do Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz de Responsabilidade Social, como Diretora Presidente. A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos é, ainda, sócia e diretora vice-presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Companhia. A Sra. Márcia também exerce o cargo de membro do Conselho de Administração da BRF S.A. que é sociedade controlada da Marfrig Global Foods S.A.

A Sra. Marçal dos Santos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Rodrigo Marçal Filho – CPF/MF: 184.346.398-90

O Sr. Rodrigo Marçal Filho, 48 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia desde março de 2007 e Diretor Estatutário da Companhia, eleito em 07/01/2014, com posse em 23/01/2014. Teve vida profissional vinculada ao ramo de agronegócios tendo atuado como administrador de fazendas até seu ingresso na Companhia. Ingressou na Companhia em maio de 2000, foi diretor de infraestrutura até se tornar o diretor responsável pela compra de gado e membro do Conselho de Administração.

O Sr. Marçal Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Alain Emile Henri Martinet – CPF/MF: 233.887.318-10

O Sr. Alain Emile Henri Martinet, 80 anos, é membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia. O Sr. Alain Martinet, francês, atua há mais de 40 anos no setor de carnes, tendo sido gerente da área internacional do departamento de carnes da Louis Dreyfus Corporation USA (1978 a 1984). Foi gerente geral (1985 a 1991) e diretor comercial (1991 a 1992) do Frigorífico Rio – Platense. Atuou como diretor da SWIFT Argentina por cinco anos, desde 2001. Ingressou na Companhia em outubro de 2006, tendo já atuado como diretor responsável pelas operações na Argentina, das empresas “Tradings” e dos Estados Unidos da América do Grupo Marfrig.

O Sr. Martinet não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Herculano Aníbal Alves – CPF/MF: 463.463.178-49

O Sr. Herculano Aníbal Alves, 70 anos, é Mestre em finanças e investimentos e Pós graduado em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas e Economista pela PUC. Sua formação inclui ainda educação executiva em Governança, Risco e Compliance pela Risk University – KPMG e Curso de Comitê de Auditoria pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Qualificado como Gestor de carteiras pela CVM e Certificação profissional pela ANBIMA (CGA). Trabalhou no mercado financeiro, como Diretor de Investimentos, gestor de Renda Variável e analista de Investimento e analista de Crédito na: BRAM - Bradesco Asset Management, ABN AMRO, Unibanco e Banco Bozzano Simonsen e na área administrativa e financeira na Empresa de Ônibus Vila Carrão. Nos três primeiros, era membro dos Comitês de Crédito e de Investimentos e do Comitê mensal da BRAM com o Banco Bradesco. Conselheiro de Administração da Tim Brasil (2015-atual) e da Marfrig Brasil Foods (2015-2016) e (2018-atual). Conselheiro Fiscal da Cielo (2015-atual), da Grendene (2015-atual), do Grupo Fleury, da Ecorodovias (2018-2019), da Gerdau (2017-2018), da Metalúrgica Gerdau (2020-atual), do Fundo de Private Equity de Tecnologia da GP (2001-2005) e do Fundo de Valor e Liquidez da Bradesco Templeton (1998-2001). Conselheiro Fiscal Suplente no Fundo de Private Equity da 2Bcapital (2013-2019) e da Gerdau (2020-atual). Sócio da Araxá Investimentos (2015-2016) e da Barigui Gestão de Recursos (2016-atual). Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Tim Brasil, Presidente do Comitê de Riscos e Especialista financeiro. O Sr. Herculano é Coordenador do Comitê Financeiro e membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Marfrig Global Foods S.A.

O Sr. Alves não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Roberto Silva Waack – CPF/MF 029.327.158-52

O Sr. Roberto Silva Waack, 62 anos, foi Diretor Presidente da Fundação Renova, entidade criada para gerir as atividades de reparação do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana). Fundador, acionista, ex-CEO e subsequentemente presidente do Conselho de Administração da Amata S.A. (www.amatabrasil.com.br), empresa florestal com atuação em manejo e plantio de espécies nativas e exóticas. Longa experiência como executivo de empresas nacionais e multinacionais nas áreas farmacêutica e florestal, como diretor geral e concentração nas áreas de tecnologia, marketing e planejamento. Como empreendedor, engajamento direto em private placement e estabelecimento de estruturas de gestão e governança. Participação ativa em conselhos de organizações como Wisewood (plásticos reciclados), CHS Agroindustrial (trading de grãos), GRI – Global Reporting Initiative, FSC – Forest Stewardship Council, IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Instituto Ethos, Funbio – Fundo Brasileiro de Biodiversidade, ISE-Bovespa e WWF. Engajamento direto em movimentos ambientais e sociais desde a década de 80, sempre interagindo na interface entre o setor privado e ONGs. Biólogo (IB-USP) e Mestre em Administração de Empresas (FEA-USP). O Sr. Roberto fez parte dos seguintes órgãos: Amata S.A. (Presidente do Conselho 2013-2015); CHS Agronegócio Ltda. (Conselho Consultivo 2014-2016); IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (Conselheiro 2014-2016); GRI – Global Reporting Initiative (Conselheiro 2010-2016); Instituto Ethos – (Conselheiro 2013-2016); WWF Brasil (Conselheiro e Presidente do Conselho 2014-2016); Instituto Ipê (Conselheiro 2012-2016); ISE BOVESPA (Conselho Consultivo 2014-2106); EPC/FGV – Enterprises for Climate Initiative (Advisory Board 2011-2016); RAM Rede Amigos da Amazônia (Conselho Consultivo 2008- 2014); FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - (Conselheiro 2009-2014); FSC – Forest Stewardship Council – (Conselheiro 2006-2012. Presidente do Conselho 2008 to 2010); Steering Committee of The Amazon Alternative – IDH The Sustainable Trade Initiative – Holland (2011-2014); ARES – Instituto para a Agricultura Sustentável (Presidente do Conselho 2007-2011); Global Campaign for Climate Action – Brazilian Section (Conselho Consultivo 2009-2010); Grupo Orsa Holding (Conselheiro 2005 – 2006); CRIA – Centro de Referência para informação Ambiental (Conselheiro 2005-2011); FSC – Forest Stewardship Council Brazilian Initiative (Conselheiro 2005 –2007); Ybios, joint venture da Orsa, Natura e Centroflora com atuação em P&D pra produtos derivados da biodiversidade (fundador e Conselheiro 2004 a 2006); Plantations Review Group at FSC – Forest Stewardship Council (2004 - 2005); FIA/USP –Fundação Instituto de Administração da Faculdade de Administração e Economia da Universidade de São Paulo. (Conselheiro 2003 - 2006); PENSA Programa de Agribusiness da FEA-USP (Conselho Consultivo 2001 -2006). O Sr. Waack é Conselheiro de Administração e Coordenador de Sustentabilidade da Marfrig Global Foods S.A.

O Sr. Waack não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Antonio dos Santos Maciel Neto – CPF/MF: 532.774.067-68

Sr. Antonio dos Santos Maciel Neto, 65 anos, é membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde maio de 2007 e atualmente é empresário dos setores da pecuária, biotecnologia e educação executiva. Foi Presidente do Grupo CAO de 2013 a 2017, da Suzano Papel e Celulose de 2006 a 2012, da Ford do Brasil e

da América do Sul e também Vice Presidente Corporativo da Ford (1999 a maio de 2006). Atuou ainda na presidência do Grupo Itamarati (1997 a 1999) e da CECRISA – Revestimentos Cerâmicos (1993 a 1997). Entre 1990 e 1993, ocupou diversos cargos no Governo Federal, em Brasília, tendo exercido no Ministério da Economia as funções de Diretor Adjunto do Departamento de Indústria e Comércio e de Secretário Nacional de Economia Adjunto. Quando da criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, exerceu por oito meses a função de Secretário Executivo (Vice Ministro). Nesses três anos Maciel foi o coordenador técnico do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP. Iniciou sua carreira profissional na Petrobrás em 1980, onde trabalhou durante 10 anos. Foi Conselheiro de diversas empresas, entre elas Archer Daniels Midland Company (ADM) e Suzano Papel e Celulose. Atualmente, é também Conselheiro da Execution - Agência de Propaganda. O Sr. Maciel Neto graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1979.

O Sr. Maciel Neto não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

CONSELHO FISCAL:

José Luiz De Souza Gurgel – CPF 918.587.207-53

O Sr. José Luiz Gurgel, 56 anos, possui 32 (trinta e dois) anos de experiência como auditor independente ou consultor em contabilidade. Desde junho de 2019 é sócio da Andrade Gurgel Consultoria e Treinamento atuando como consultor empresarial com especialização em auditoria, finanças e contabilidade. Desde maio de 2021 integra o Conselho Fiscal do Grupo SOMA (empresa de capital aberto) como suplente. É Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC. Entre abril de 2011 e maio de 2019 foi sócio de auditoria da KPMG no Rio de Janeiro. No período de julho de 2001 a março de 2011 foi o sócio de auditoria da BDO; integrando o Comitê Executivo desta organização durante 2008 a 2010. Como sócio de auditoria na KPMG e na BDO, liderou trabalhos de auditoria de demonstrações financeiras de empresas de capital aberto no Brasil, EUA e Europa bem como auditoria de controles internos para fins de atendimento da SOX para o mercado de capitais norte americano de acordo com as normas do PCAOB. Participou de trabalhos de auditoria em processos de reorganização societária (aquisições, fusões, cisões e incorporações), processos de abertura de capital e de emissão de dívidas. Professor de contabilidade e de auditoria em cursos corporativos. Mestre em Ciências Contábeis (2018) pela Fucape Pesquisas, Ensino e Participações Ltda – FUCAPE RJ com dissertação elaborada na área de auditoria. Graduado em Economia pela UERJ e em Ciências Contábeis pela Faculdade da Cidade com pós-graduação em gestão empresarial pela Cândido Mendes. Foi diretor do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no período de 2008 a 2017.

O Sr. Gurgel não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ricardo Florence dos Santos – CPF/MF: 812.578.998-72

O Sr. Florence dos Santos, 68 anos, atua como membro independente do Conselho de Administração da Movida Aluguel de Carros S.A. desde 2016, como membro do Conselho Fiscal da Marfrig Global Foods e do Conselho Consultivo da Granol Indústria, Comércio e Exportação desde 2020 e como membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia desde 2017. Acumula na MOVIDA os comitês de Auditoria e Financeiro. Atuou como Vice-Presidente de Finanças (CFO) da Marfrig Global Foods S.A entre 2013 e

2016 e como Diretor Estatutário de Relações com Investidores entre 2007 e 2014. Engenheiro químico formado pela Escola Politécnica da USP e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, tem MBA em Estratégia e Finanças pelo IBMEC-SP. Atuou anteriormente no Grupo Pão de Açúcar por 16 anos (1984-2000) em diversos cargos como Diretor de Planejamento Estratégico, Financeiro e Diretor Estatutário de Relações com Investidores. Foi também responsável pelas áreas de RI da UOL Inc. (Grupo Folha de São Paulo – 2000/2001) e Brasil Telecom (2005-2007). Atuou em diversos processos de abertura de capital, fusões, aquisições e vendas de ativos nas empresas em que trabalhou. Participou dos Conselhos de Administração do Grupo Pão de Açúcar (1995-1999), UOL – Grupo Folha (2001) e IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (1998-2001 e 2014-2019), onde também foi presidente-executivo de 2010 a 2013 e do Conselho Consultivo da Dentalcorp S.A. (2002 a 2006). O Sr. Ricardo Florence dos Santos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Axel Erhard Brod CPF/MF: 787.729.907-91

O Sr. Axel Erhard Brod, 64 anos, é membro do Conselho Fiscal da Companhia desde 2013. Graduado em Administração de Empresas pela Universitat des Saarlandes em Saarbrücken na Alemanha e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-RJ), com mestrado em Finanças pela PUC-RJ. Atualmente é Sócio-Diretor da ABZ Assessoria e Consultoria Empresarial e membro do Conselho Fiscal das seguintes Companhias: Mahle Metal Leve S.A. (desde 2011) e Faber-Castell S.A. (desde 2011). Participou do Conselho Fiscal das seguintes Companhias: Metalúrgica Gerdau (2011 a 2013), Santos Brasil S.A. (2012 e 2016) e Queiroz Galvão Exploração e produção S.A. (2014 a 2017). No período de 1999 a 2020 atuou no Grupo Mahle exercendo diversas funções em equipes da gestão do Grupo Mahle global, como membro e Presidente de diversos Conselhos de Administração em “joint venture” e empresas do Grupo; e na Mahle Metal Leve S.A. exerceu as funções de Diretor Administrativo – Financeiro e de Relações com Investidores no período de 1999 a 2020, sendo que no período de 2004 a 2010 exerceu também a função de Diretor Vice Presidente da Companhia. No período de 1990 a 1998 exerceu as funções no Grupo Thyssen na divisão de comércio e serviços chegando a atuar como Diretor Administrativo – Financeiro, na divisão de comércio, do Grupo da América do Sul da empresa. No período de 1984 a 1989 atuou na empresa KPMG Auditores Independentes na função de Gerente de Auditoria da German Desk, filial no Rio de Janeiro.

O Sr. Axel Erhard Brod não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ely Carlos Perez – CPF/MF: 140.264.678-05

Ely Carlos Perez, 52 anos, é contador graduado pela Universidade São Marcos e conta com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional foi desenvolvida na área Financeira, Contábil e Processos Gerenciais, sendo os últimos 17 anos como consultor de negócios e processos para implantação de Sistemas de Informações Gerenciais (Enterprise Resource Planning – ERP). As atividades desenvolvidas nesse período foram focadas em levantamentos dos processos utilizados, adequação de processos ao sistema, implantação de ERP, treinamento e acompanhamento dos processos pós-implantação. Trabalhou por mais de 10 anos na empresa Datasul S.A.

O Sr. Ely Carlos Peres não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Osvaldo Bozzo – CPF/MF: 052.238.968-66

O Sr. José Osvaldo Bozzo, 57 anos, é graduado em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto, atua há mais de 30 anos como consultor tributarista, tendo forte especialização em Agronegócios e participação em projetos de consultoria tributária e de apoio à auditoria de diversas empresas Produtoras de Etanol e Açúcar no Brasil, se tornando um dos responsáveis Consultores em grandes aquisições. Iniciou sua carreira em 1989 na PriceWaterhouseCoopers, em Ribeirão Preto, atuando como consultor de tributos até 1997, tornando-se em 1998 Gerente na antiga Trevisan Auditores (atual BDO), na área de TAX, Diretor e, posteriormente, Sócio em 2007. Permaneceu como Sócio da KPMG, após a compra da BDO Brasil até dezembro de 2012. Atuou como Sócio e consultor de tributos na MJC Consultores e Auditores de Ribeirão Preto no até dezembro de 2018, e atualmente atua na Jbozzo Consultores prestando consultoria especializada nas áreas Contábil, Tributária, Societária, Trabalhista e Previdenciária para empresas de diversas atividades. Além de consultor foi professor de planejamento tributário na USP – MBA. Participou em Portugal, de trabalhos relacionados à Revisão de Asseguração de Qualidade de Serviços Tributários e no Chile na XIV Reunião Anual de sócios da BDO dos países da América Latina. Possui também diversos artigos publicados em revistas, jornais e sites abordando questões tributárias e jurídicas de interesse do agronegócio.

O Sr. José Osvaldo Bozzo não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Christiano Ernesto Burmeister CPF/MF: 568.995.138-20.

O Sr. Christiano Ernesto Burmeister, 75 anos, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde 2013. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie em 1975 e engenheiro eletrônico graduado pela Universidade Mackenzie em 1971. Atuava na GBS Consultoria: Governança Corporativa e Coaching desde 2010. Atuou na BASF S.A. no período de 1975 e 2003 exercendo diversos cargos neste período, tendo como último cargo Vice-Presidente da BASF América do Sul. É membro do Conselho Fiscal da Associação Beneficente Mahle desde abril de 2009; membro do Conselho Superior de Agricultura do FIESP (“COSAG”), a convite do Ministro Sr. Roberto Rodrigues, então Presidente da COSAG, desde 2009; ex-membro do Conselho Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal (“ANDEF”) nos períodos de 1987 à 1989, 1993 à 1997 e 2006 à 2010); ex-membro do Conselho Consultivo do Sindicato Nacional de Defensivos Agrícolas, no período de 2006 à 2010 e ex-membro do Conselho da Câmara de Comércio-Indústria Brasil-Alemanha no período de 2005 à 2016, representando a TASA.

O Sr. Christiano Ernesto Burmeister não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Tipo de Condenação nos termos do Anexo C, item 7.3 da Resolução CVM 80/22	Descrição da Condenação
Marcos Antonio Molina dos Santos	Não há	Não há
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	Não há	Não há
Rodrigo Marçal Filho	Não há	Não há
Alain Emile Henri Martinet	Não há	Não há
Herculano Aníbal Alves	Não há	Não há
Roberto Silva Waack	Não há	Não há
Antonio dos Santos Maciel Neto	Não há	Não há
José Luiz De Souza Gurgel	Não há	Não há
Ricardo Florence dos Santos	Não há	Não há
Axel Erhard Brod	Não há	Não há
José Osvaldo Bozzo	Não há	Não há
Ely Carlos Perez	Não há	Não há
Christiano Ernesto Burmeister	Não há	Não há

ITEM 7.4. COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo eletivo ocupado	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos	Eleito pelo controlador	Data de Início do Primeiro Mandato
Marcos Fernando Marçal dos Santos	20/11/1995	Administrador de Empresas	387.480.138-11	Membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025		Sim	14/07/2022

Marcia A.P. Marçal dos Santos	28/03/1973	Empresária	182.070.698-21	Membro do Comitê Financeiro	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Membro do Conselho de Administração	Sim	18/05/2020
Herculano Aníbal Alves	15/02/1953	Economista e Administrador Rural	463.463.178-49	Coordenador do Comitê Financeiro e Membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Membro do Conselho de Administração	Sim	Comitê Financeiro: 06/05/2019 Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos 11/05/2021
Tang David	16/04/1969	Administrador de Empresas	213.882.168-41	Membro do Comitê Financeiro	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Diretor Estatutário	Sim	18/05/2020
Antonio dos Santos Maciel Neto	11/10/1957	Engenheiro Mecânico	532.774.067-68	Coordenador do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Membro do Conselho de Administração	Sim	Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos: 16/05/2013 Comitê de Auditoria: 18/05/2020

Heraldo Geres	26/10/1968	Advogado	119.691.688-89	Membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Diretor Estatutário	Sim	06/05/2019
José Mauro Depes Lorga	05/11/1960	Economista	711.509.277-04	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	-	Sim	18/05/2020
Lucio Abrahão Monteiro Bastos	04/08/1969	Advogado	090.776.838-52	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	-	Sim	18/05/2020
Roberto Silva Waack	28/03/1960	Biólogo	029.327.158-52	Coordenador do Comitê de Sustentabilidade	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Membro do Conselho de Administração	Sim	06/05/2019
Marcelo de Camargo Furtado	15/11/1963	Engenheiro Químico	054.087.568-66	Membro do Comitê de Sustentabilidade	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	-	Sim	22/06/2020
Paulo Pianez Junior	24/08/1966	Economista	083.886.738-31	Membro do Comitê de Sustentabilidade	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025		Sim	06/05/2019
Daniela Mariuzzo	27/05/1971	Engenheira de Alimentos	168.359.918-79	Membro do Comitê de Sustentabilidade	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	-	Sim	06/05/2019
Alain Emilie Henri Martinet	23/01/1943	Administrador de Empresas	233.887.318-10	Membro do Comitê de Sustentabilidade	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	Membro do Conselho de Administração	Sim	06/05/2019

Marcella Fernanda Marçal dos Santos	06/12/2002	Estudante	541.233.298-61	Membro do Comitê de Sustentabilidade	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	-	Sim	11/05/2021
Ana Yang	01/03/1975	Administradora de Empresas	253.388.878-86	Membro do Comitê de Sustentabilidade	11/04/2023	11/04/2023	AGO a ser realizada em 2025	-	Sim	10/11/2022

ITEM 7.4 - COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS MEMBROS DOS COMITÊS + QUADRO DE CONDENAÇÃO

Marcos Fernando Marçal dos Santos – CPF/MF: 387.480.138-11

O Sr. Marcos Fernando é graduado em administração de empresas pela fundação armando alvares penteado – FAAP, cursa o preparatório “jornada sucessor” promovido pela consultoria Falconi e é membro do comitê de remuneração, governança corporativa e recursos humanos da Marfrig Global Foods S.A. Conta com sólida experiência profissional no setor do agronegócio, tendo ocupado na marfrig os cargos de auditor (2015 – 2018), comercial (2018), gerente geral na unidade de Bataguassu – MS (2018-2019) e gerente geral na unidade de Várzea Grande – MT (2019-2021). atualmente ocupa o cargo de diretor de supply chain (2021 – atual).

O Sr. Marcos Fernando não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos – CPF/MF: 182.070.698-21

A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, 49 anos, é membro do Conselho de Administração desde março de 2007 e membro do Comitê Financeiro da Companhia. Ela acumula longa experiência na Marfrig, tendo sido responsável pela área financeira de 2000 a 2006 e pela equipe de auditoria interna de 2000 a 2006. Além disto, a Sra. Marçal dos Santos participa ativamente do Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz de Responsabilidade Social, como Diretora Presidente. A Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos é, ainda, sócia e diretora vice-presidente da MMS PARTICIPAÇÕES LTDA. que é controladora da Companhia. A Sra. Márcia também exerce o cargo de membro do Conselho de Administração da BRF S.A. que é sociedade controlada da Marfrig Global Foods S.A.

A Sra. Marçal dos Santos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Herculano Aníbal Alves – CPF/MF: 463.463.178-49

O Sr. Herculano Aníbal Alves, 70 anos, é Mestre em finanças e investimentos e Pós graduado em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas e Economista pela PUC. Sua formação inclui ainda educação executiva em Governança, Risco e Compliance pela Risk University – KPMG e Curso de Comitê de Auditoria pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Qualificado como Gestor de carteiras pela CVM e Certificação profissional pela ANBIMA (CGA). Trabalhou no mercado financeiro, como Diretor de Investimentos, gestor de Renda Variável e analista de Investimento e analista de Crédito na: BRAM - Bradesco Asset Management, ABN AMRO, Unibanco e Banco Bozzano Simonsen e na área administrativa e financeira na Empresa de Ônibus Vila Carrão. Nos três primeiros, era membro dos Comitês de Crédito e de Investimentos e do Comitê mensal da BRAM com o Banco Bradesco. Conselheiro de Administração da Tim Brasil (2015-atual) e da Marfrig Brasil Foods (2015-2016) e (2018-atual). Conselheiro Fiscal da Cielo (2015-atual), da Grendene (2015-atual), do Grupo Fleury, da Ecorodovias (2018-2019), da Gerdau (2017-2018), da Metalúrgica Gerdau (2020-atual), do Fundo de Private Equity de Tecnologia da GP (2001-2005) e do Fundo de Valor e Liquidez da Bradesco Templeton (1998-2001). Conselheiro Fiscal Suplente no Fundo de Private Equity da 2Bcapital (2013-2019) e da Gerdau (2020-atual). Sócio da Araxá Investimentos (2015-2016) e da Barigui Gestão de Recursos (2016-atual). Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Tim Brasil, Presidente do Comitê de Riscos e Especialista financeiro. O Sr. Herculano é Coordenador do Comitê Financeiro e membro do Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos da Marfrig Global Foods S.A.

O Sr. Herculano não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Tang David - CPF/MF: 213.882.168-41

O Sr. Tang David, 53 anos, está na Marfrig desde 2007 e ocupou cargos como Diretor de Controladoria, Diretor de Auditoria Interna e Diretor Estatutário sem Designação Específica da Companhia. Atuou por 11 anos (desde 1991) na Tesouraria da Asea Brown Boveri - ABB Brasil, último cargo como Diretor Executivo do Banco ABB S.A. (braço financeiro da ABB Brasil). Trabalhou por 04 anos (entre 2002 e 2006) na Tesouraria da JBS Friboi, último cargo como Controller da Divisão In-Natura.

O Sr. Tang não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Antonio dos Santos Maciel Neto – CPF/MF: 532.774.067-68

Sr. Antonio dos Santos Maciel Neto, 65 anos, é membro independente do Conselho de Administração da Companhia desde maio de 2007 e atualmente é empresário dos setores da pecuária, biotecnologia e educação executiva. Foi Presidente do Grupo CAO A de 2013 a 2017, da Suzano Papel e Celulose de 2006 a 2012, da Ford do Brasil e da América do Sul e também Vice Presidente Corporativo da Ford (1999 a maio de 2006). Atuou ainda na presidência do Grupo Itamarati (1997 a 1999) e da CECRISA – Revestimentos Cerâmicos (1993 a 1997). Entre 1990 e 1993, ocupou diversos cargos no Governo Federal, em Brasília, tendo exercido no Ministério da Economia as funções de Diretor Adjunto do Departamento de Indústria e Comércio e de Secretário Nacional de Economia Adjunto. Quando da criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, exerceu por oito meses a função de Secretário Executivo (Vice Ministro). Nesses três anos Maciel foi o coordenador técnico do Programa Brasileiro da Qualidade e

Produtividade – PBQP. Iniciou sua carreira profissional na Petrobrás em 1980, onde trabalhou durante 10 anos. Foi Conselheiro de diversas empresas, entre elas Archer Daniels Midland Company (ADM) e Suzano Papel e Celulose. Atualmente, é também Conselheiro da Execution - Agência de Propaganda. O Sr. Maciel Neto graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1979.

O Sr. Maciel Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Heraldo Geres – CPF/MF:119.691.688-89

O Sr. Heraldo Geres, 53 anos, é o Diretor Jurídico Estatutário e Vice Presidente Jurídico e de Recursos Humanos da Companhia, formado em direito, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil desde 1994, pós graduado em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, cursou Administração de Empresas também na PUC-SP, foi mestrando em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui Certificate in Global Business Administration pela Thunderbird School of Business (EUA).

O Sr. Geres não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Mauro Depes Lorga - CPF/MF: 711.509.277-04

É sócio e COO do grupo Delta Energia desde maio de 2019, tendo atuando por mais de 26 anos em empresas de auditoria e consultoria. Foi sócio da KPMG Brasil até abril de 2019 com foco especialmente em consultoria tributária, trabalhista e previdenciária onde coordenou a área de Tributos Indiretos e Alfandegários. Atuou como Sócio Líder Latam em Consultoria na BDO Brasil por vários anos até a aquisição em 2008 pela KPMG. Com formação Superior em Direito pela FMU e MBA em Gestão Empresarial pela Trevisan Escola de Negócios também atua como conselheiro no Conselho de Ética da ANFAC – Associação Nacional de Fomento Comercial. Como consultor, prestou serviços para diversas empresas nacionais e internacionais em diferentes áreas, como due diligence, acquisition review, consultor de tributos e negócios além de representar clientes nas cortes administrativas e judiciais. Na área de treinamento, ministrou cursos sobre imposto de renda e contribuição social, tributação na produção e circulação de mercadorias, gestão tributária, rotinas trabalhistas e previdenciárias, com artigos publicados em diversos periódicos e jornais. Participou de diversos cursos e palestras para aperfeiçoamento profissional de âmbito nacional e internacional. Colaborou com diversos artigos e publicações em revistas e jornais no Brasil.

O Sr. Lorga não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Lucio Abrahão Monteiro Bastos – CPF/MF:090.776.838-52

O Sr. Lucio é sócio e COO do grupo Delta Energia desde maio de 2019, tendo atuando por mais de 26 anos em empresas de auditoria e consultoria. Foi sócio da KPMG Brasil até abril de 2019 com foco especialmente em consultoria tributária, trabalhista e previdenciária onde coordenou a área de Tributos Indiretos e Alfandegários. Atuou

como Sócio Líder Latam em Consultoria na BDO Brasil por vários anos até a aquisição em 2008 pela KPMG. Com formação Superior em Direito pela FMU e MBA em Gestão Empresarial pela Trevisan Escola de Negócios também atua como conselheiro no Conselho de Ética da ANFAC – Associação Nacional de Fomento Comercial. Como consultor, prestou serviços para diversas empresas nacionais e internacionais em diferentes áreas, como due diligence, acquisition review, consultor de tributos e negócios além de representar clientes nas cortes administrativas e judiciais. Na área de treinamento, ministrou cursos sobre imposto de renda e contribuição social, tributação na produção e circulação de mercadorias, gestão tributária, rotinas trabalhistas e previdenciárias, com artigos publicados em diversos periódicos e jornais. Participou de diversos cursos e palestras para aperfeiçoamento profissional de âmbito nacional e internacional. Colaborou com diversos artigos e publicações em revistas e jornais no Brasil. O Sr. Lucio não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Roberto Silva Waack – CPF/MF 029.327.158-52

O Sr. Roberto Silva Waack, 62 anos, foi Diretor Presidente da Fundação Renova, entidade criada para gerir as atividades de reparação do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana). Fundador, acionista, ex-CEO e subsequentemente presidente do Conselho de Administração da Amata S.A. (www.amatabrasil.com.br), empresa florestal com atuação em manejo e plantio de espécies nativas e exóticas. Longa experiência como executivo de empresas nacionais e multinacionais nas áreas farmacêutica e florestal, como diretor geral e concentração nas áreas de tecnologia, marketing e planejamento. Como empreendedor, engajamento direto em private placement e estabelecimento de estruturas de gestão e governança. Participação ativa em conselhos de organizações como Wisewood (plásticos reciclados), CHS Agroindustrial (trading de grãos), GRI – Global Reporting Initiative, FSC – Forest Stewardship Council, IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Instituto Ethos, Funbio – Fundo Brasileiro de Biodiversidade, ISE-Bovespa e WWF. Engajamento direto em movimentos ambientais e sociais desde a década de 80, sempre interagindo na interface entre o setor privado e ONGs. Biólogo (IB-USP) e Mestre em Administração de Empresas (FEA-USP). O Sr. Roberto fez parte dos seguintes órgãos: Amata S.A. (Presidente do Conselho 2013-2015); CHS Agronegócio Ltda. (Conselho Consultivo 2014-2016); IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (Conselheiro 2014-2016); GRI – Global Reporting Initiative (Conselheiro 2010-2016); Instituto Ethos – (Conselheiro 2013-2016); WWF Brasil (Conselheiro e Presidente do Conselho 2014-2016); Instituto Ipê (Conselheiro 2012-2016); ISE BOVESPA (Conselho Consultivo 2014-2106); EPC/FGV – Enterprises for Climate Initiative (Advisory Board 2011-2016); RAM Rede Amigos da Amazônia (Conselho Consultivo 2008- 2014); FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - (Conselheiro 2009-2014); FSC – Forest Stewardship Council – (Conselheiro 2006-2012. Presidente do Conselho 2008 to 2010); Steering Committee of The Amazon Alternative – IDH The Sustainable Trade Initiative – Holland (2011-2014); ARES – Instituto para a Agricultura Sustentável (Presidente do Conselho 2007-2011); Global Campaign for Climate Action – Brazilian Section (Conselho Consultivo 2009-2010); Grupo Orsa Holding (Conselheiro 2005 – 2006); CRIA – Centro de Referência para informação Ambiental (Conselheiro 2005-2011); FSC – Forest Stewardship Council Brazilian Initiative (Conselheiro 2005 –2007); Ybios, joint venture da Orsa, Natura e Centroflora com atuação em P&D pra produtos derivados da biodiversidade (fundador e Conselheiro 2004 a 2006); Plantations Review Group at FSC – Forest Stewardship Council (2004 - 2005);FIA/USP –Fundação Instituto de Administração da Faculdade de Administração e Economia da Universidade de São Paulo. (Conselheiro 2003 - 2006); PENSA Programa de Agribusiness da FEA-USP (Conselho Consultivo 2001 -2006). O Sr. Roberto Silva Waack não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcelo de Camargo Furtado – CPF/MF 054.087.568-66

O Sr. Marcelo Furtado é CSO e sócio fundador da startup ZScore uma plataforma de relacionamento que oferece uma solução de rastreabilidade de ativos ambientais utilizando a tecnologia Blockchain. Presidente do conselho da World Resources Institute (WRI) Brasil. Membro do conselho da Conectas Direitos Humanos e membro do comitê de sustentabilidade e inovação da Duratex. Foi diretor executivo da Alana Foundation (2018 a março de 2020) e co-fundador da plataforma Believe.Earth. Membro fundador e atuou de 2016 a junho de 2018 como facilitador da Coalizão Brasil Clima Floresta e Agricultura, um fórum multistakeholder com representantes da academia, setor privado e sociedade civil para promover uma economia para o uso do solo sustentável, inclusiva e de baixo carbono. Engenheiro Químico por formação com mestrado em energias renováveis. Profissional com mais de 30 anos de experiência como ativista comprometido com o avanço da agenda da sustentabilidade e justiça social através da inovação e mobilização pública nas áreas de Clima, Energia e Uso da Terra. Lemann Fellow e membro do Yale World Fellow (2011). Diretor Executivo do Instituto Arapyaú (2013 a 2017) fundação familiar que promove sustentabilidade, justiça, educação e ativismo político. Diretor Executivo do Greenpeace Brasil (2008 a 2013). Diretor de campanhas no Greenpeace Brasil para Floresta, Clima&Energia e Poluição Industrial (2005 a 2008). Atuou no Greenpeace Internacional (1990 a 2005) como conselheiro para políticas públicas em clima, energia e poluição industrial; coordenou a campanha global (e anteriormente para a América Latina) pela promoção de tecnologias limpas e contra o comércio internacional de resíduos tóxicos. Antes de se juntar ao setor sem fins lucrativos trabalhou na Dow Chemicals na área de marketing e na Techinova como consultor em de inovação e tecnologia.

O Sr. Furtado não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Paulo Pianez Junior – CPF/MF: 083.886.738-31

O Sr. Paulo é formado em Economia pela UNICAMP, pós-graduado em Qualidade e especializado em Retail Management pela Youngstown State University (EUA), Paulo atuou mais de 10 anos como Diretor de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Grupo Carrefour Brasil e anteriormente foi diretor da qualidade do BankBoston e Superintendente de Relações com Clientes do Banco Santander.

O Sr. Pianez Junior não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Alain Emile Henri Martinet – CPF/MF: 233.887.318-10

O Sr. Alain Emile Henri Martinet, 80 anos, é membro do Conselho de Administração da Companhia desde dezembro de 2009. O Sr. Alain Martinet, francês, atua há mais de 30 anos no setor de carnes, tendo sido gerente da área internacional do departamento de carnes da Louis Dreyfus Corporation USA (1978 a 1984). Foi gerente geral (1985 a 1991) e diretor comercial (1991 a 1992) do Frigorífico Rio – Platense. Atuou como diretor da SWIFT Argentina por cinco anos, desde 2001. Ingressou na Companhia em outubro de 2006, tendo já atuado como diretor responsável pelas operações na Argentina, das empresas “Tradings” e dos Estados Unidos da América do Grupo Marfrig.

O Sr. Martinet não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional

ou comercial.

Daniela Mariuzzo – CPF/MF: 168.359.918-79

A Sra. Daniela tem mais de 20 anos de experiência em Sustentabilidade e Finanças Responsáveis. Vasta experiência e relações com agências governamentais, ONGs, instituições financeiras, bancos de desenvolvimento, empresas manufatureiras e agricultores. Referência nacional e internacional na estruturação de operações financeiras responsáveis. Representação e trânsito internacional em fóruns e iniciativas globais. Atuação no gerenciamento de equipes multiculturais. Experiência nos segmentos de finanças, consultoria, alimentos, biotecnologia, agropecuária e acadêmico. Conhecimento profundo dos sistemas de gerenciamento para otimizar processos e certificações. Rica experiência acadêmica, com mestrado e doutorado em Biotecnologia. Inglês e espanhol fluente e experiência internacional.

Sra. Mariuzzo não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcella Fernanda Marçal dos Santos – CPF/MF: 541.233.298-61

A Sra. Marcella é membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia e conta com experiência profissional no setor do agronegócio. É graduanda em Administração de Empresas no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC).

Sra. Marçal dos Santos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ana Yang – CPF/MF: 253.388.878-86

A Sra. Ana Yang é a Diretora Executiva do Chatham House Sustainability Accelerator. Ana possui ampla experiência profissional relacionada à sustentabilidade e mudanças climáticas, embasada por vinte anos de experiência abrangendo o setor privado, financiamento do desenvolvimento, sociedade civil, filantropia e laboratório de ideias. Seus interesses atuais se concentram em entender como as finanças e a inovação podem possibilitar a transição para sustentabilidade profunda. Antes da Chatham House, Ana trabalhou na Children's Investment Fund Foundation, onde liderou o fluxo de trabalho de uso da terra e finanças do Programa de Mudanças Climáticas. Entre 2005 e 2008, foi Diretora Executiva da Forest Stewardship Initiative do FSC Brasil e mais tarde integrou a equipe de Consultoria de Negócios Sustentáveis da International Finance Corporation (IFC), assessorando empresas e investidores em investimentos com impacto na Amazônia.

Sra. Yang não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Tipo de Condenação nos termos do Anexo C, item 7.3 da Resolução CVM 80/22	Descrição da Condenação
Marcos Fernando Marçal dos Santos	Não há	Não há
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	Não há	Não há
Herculano Aníbal Alves	Não há	Não há
Tang David	Não há	Não há
Alain Emile Henri Martinet	Não há	Não há
Antonio dos Santos Maciel Neto	Não há	Não há
Heraldo Geres	Não há	Não há
José Mauro Depes Lorga	Não há	Não há
Lucio Abrahão Monteiro Bastos	Não há	Não há
Roberto Silva Waack	Não há	Não há
Marcelo de Camargo Furtado	Não há	Não há
Paulo Pianez Junior	Não há	Não há
Daniela Mariuzzo	Não há	Não há
Alain Emilie Henri Martinet	Não há	Não há
Marcella Fernanda Marçal dos Santos	Não há	Não há
Ana Yang	Não há	Não há

7.5 EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O 2º GRAU RELACIONADAS A ADMINISTRADORES DO EMISSOR, CONTROLADAS E CONTROLADORES.

Nome Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada				
Marcos Antonio Molina dos Santos	102.174.668-18	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	Marido ou Esposa (1º grau por afinidade)

Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos Membro efetivo do Conselho de Administração	182.070.698-21	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Marcos Antonio Molina dos Santos Presidente do Conselho de Administração	102.174.668-18	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Rodrigo Marçal Filho Diretor Estatutário e Membro do Conselho de Administração.	184.346.398-90	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40	

Observação

O Sr. Rodrigo Marçal Filho é irmão da Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos que, por sua vez, é esposa do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos.

7.6 INFORMAR SOBRE RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E: A) SOCIEDADE CONTROLADA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, PELO EMISSOR, COM EXCEÇÃO DAQUELAS EM QUE O EMISSOR DETENHA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, A TOTALIDADE DO CAPITAL SOCIAL; B) CONTROLADOR DIRETO OU INDIRETO DO EMISSOR; C) CASO SEJA RELEVANTE, FORNECEDOR, CLIENTE, DEVEDOR OU CREDOR DO EMISSOR, DE SUA CONTROLADA OU CONTROLADORAS OU CONTROLADAS DE ALGUMA DESSAS PESSOAS.

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2021; 31/12/2020; 31/12/2019			Controlador Direto
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcos Antonio Molina dos Santos	102.174.668-18	Controle	

Presidente do Conselho de Administração <u>Pessoa Relacionada</u> MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.	08.542.030/0001-31		Controlador Direto
<u>Administrador do Emissor</u> Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos Membro do Conselho de Administração	182.070.698-21	Controle	
<u>Pessoa Relacionada</u> MMS PARTICIPAÇÕES LTDA.	08.542.030/0001-31		
<u>Observação</u> A MMS Participações Ltda. cujo capital social é detido pelos seus únicos sócios, Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e Sra. Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, é a acionista controladora da Marfrig Global Foods S.A.			

ANEXO VI

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e os comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia visa atrair, reter e estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos seus administradores. Adicionalmente, busca impulsionar o executivo da Companhia a crescer e se desenvolver de forma a atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos da Companhia, tendo seu desempenho reconhecido através do pagamento de incentivo (curto e longo prazo).

O Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos é o órgão responsável pela avaliação dos administradores da Companhia e a consequente remuneração devida a cada um deles nos termos de sua política de remuneração. O comitê é formado por membros do Conselho de Administração.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

A política de remuneração dos Administradores foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2018, que tem o escopo de estabelecer os procedimentos operacionais e de controle a serem aplicados no processo de Definição da Remuneração dos Administradores da Companhia. A política de remuneração dos Administradores encontra-se à disposição para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.marfrig.com.br/>) e no sistema Empresas.Net da Comissão de Valores Mobiliários.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam
A remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária é avaliada no início de cada ano e a recomendação da remuneração é apresentada ao Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos, que por sua vez, faz a proposta do montante global para o Conselho de Administração e na sequência para a Assembleia Geral Ordinária.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A composição da remuneração dos Administradores é definida por meio de pesquisa salarial onde é analisada a competitividade dos diversos componentes da remuneração total dos executivos (salário base, incentivos de curto e longo prazos e benefícios).

A partir dos resultados da pesquisa salarial, é revisada a Tabela Salarial do Grupo Marfrig, que compõe a estrutura de cargos e salários da Companhia (parcela fixa).

Para a parcela variável temos a remuneração de curto e longo prazo cujos cálculos são baseados no alcance das metas financeiras e individuais.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

A política de remuneração dos Administradores, bem como os montantes a serem pagos são discutidos ao menos uma vez ao ano no Conselho de Administração e no Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia no ano de 2022 é composta por uma remuneração mensal fixa, determinada anualmente para cada um de seus membros, e determinados benefícios com o objetivo de recompensar monetariamente os membros do Conselho de Administração de acordo com suas competências e experiências profissionais junto à Companhia. Os membros do Conselho de Administração da Companhia recebem remunerações distintas, pois são remunerados de acordo com o nível de participação de cada um. E pela mesma razão, há membros do Conselho de Administração da Companhia que recebem remunerações superiores a diretores estatutários. O plano de opções da Companhia prevê a possibilidade de remuneração variável ao Conselho de Administração. Não foi concedida, contudo, remuneração variável ao Conselho no exercício de 2022 e não será concedida para o exercício de 2023.

Diretores

A remuneração dos membros da Diretoria estatutária e não estatutária da Companhia é composta por:

uma parcela fixa, a qual inclui um salário fixo mensal, fixado anualmente para cada um de seus membros, e benefícios diversos com o objetivo de recompensar monetariamente os membros da Diretoria de acordo com suas competências e experiências profissionais junto à Companhia; e uma parcela variável, a qual inclui (i) a participação nos resultados da Companhia, e (ii) a remuneração com base no plano de opção de compra de ações da Companhia. Como parte do pagamento da remuneração prevista nesta Proposta, a Companhia propõe a seus acionistas que até 70% da remuneração variável de seus Administradores seja paga por intermédio de outorga direta de ações mantidas em tesouraria, sendo que o cálculo do preço das ações, nos termos do parágrafo único do artigo 5º da Resolução CVM nº 77, será a média dos últimos 20 pregões anteriores à data da concessão da remuneração variável prevista para ocorrer em 28 de abril de 2023. Todas as demais condições para a outorga direta de ações como parte da remuneração serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por uma parcela fixa, a qual inclui uma remuneração mensal, determinada anualmente para cada um de seus membros e por benefício com o objetivo de recompensar monetariamente os conselheiros fiscais de acordo com suas competências e experiências profissionais junto à Companhia.

Comitês

Todos os participantes dos diversos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, como Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Governança Corporativa e Recursos Humanos e Comitê de Sustentabilidade podem ser remunerados por sua participação nesses comitês.

objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo

Como a Companhia adota práticas de mercado para definição de sua política de remuneração, seja fixa ou variável, as práticas estimulam e reconhecem os executivos na busca dos objetivos do negócio, estreitando a relação entre a Companhia e o administrador. A soma das remunerações (fixa, variável e indireta/benefícios) deve ser compatível com o mercado de comparação (peer group).

A remuneração fixa (ou salário base) tem por objetivo a recompensa do executivo de acordo com o nível de contribuição que o cargo possui dentro da estrutura da Companhia de cargos e salários. A tabela salarial da Companhia é revista no máximo a cada 2 anos de acordo com pesquisa salarial junto ao peer group já apresentado anteriormente.

A remuneração variável de curto prazo tem por objetivo reconhecer os resultados obtidos pela Companhia nas suas dimensões financeira, operacional e humana, de acordo com o mix de objetivos corporativos anuais, conforme indicado no item (c).

O incentivo de longo prazo tem por objetivo a retenção dos executivos e recompensa diferida no longo prazo, através de apuração anual de objetivos conforme indicado no item (c), sendo concedido através de plano de opção de compra de ações específico anualmente e diferido 25% ao ano.

proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

31 de dezembro de 2022	Parcela Fixa %	Parcela Variável %
Conselho de Administração	100%	-
Diretoria Estatutária	26,0%	74,0%
Conselho Fiscal	100%	-

31 de dezembro de 2021	Parcela Fixa %	Parcela Variável %
Conselho de Administração	100%	-
Diretoria Estatutária	29,7%	70,3%
Conselho Fiscal	100%	-

31 de dezembro de 2020	Parcela Fixa %	Parcela Variável %
Conselho de Administração	100%	-
Diretoria Estatutária	20,3%	79,7%
Conselho Fiscal	100%	-

metodologia de cálculo e de reajuste

A composição da remuneração dos Administradores é definida por meio de pesquisa salarial, realizada em um período não superior a 2 anos, junto a um grupo selecionado de empresas (peer group) do segmento de alimentos e empresas nacionais de capital aberto com atuação no exterior, onde é analisada a competitividade dos diversos componentes da remuneração total dos executivos (salário base, incentivos de curto e longo prazos e benefícios).

A partir dos resultados da pesquisa salarial, é revisada a Tabela Salarial do Grupo Marfrig, que compõe a estrutura de cargos e salários da Companhia (parcela fixa).

Para a parcela variável temos a remuneração de curto e longo prazo cujos cálculos são baseados no alcance das metas financeiras e individuais.

principais indicadores de desempenho

Conselho de Administração

O plano de opções da Companhia prevê a possibilidade de remuneração variável ao Conselho de Administração. Não foi concedida, contudo, remuneração variável ao Conselho no exercício de 2022 e não será concedida para o exercício de 2023.

Diretores

A remuneração mensal de cada Diretor está relacionada a avaliação de seu programa, bem como seu desempenho individual.

A remuneração variável de curto prazo e o incentivo de longo prazo, por sua vez, está condicionada ao cumprimento de metas internas e ao desempenho da Companhia.

Para o exercício de 2022, os indicadores utilizados para apuração da remuneração variável de curto prazo e do incentivo de longo prazo são:

EBITDA: obtido através da receita líquida da Companhia.

Individual: são propostas até cinco metas para a gestão de área do executivo, as quais focam em resultados alinhados com as diretrizes definidas pelo líder imediato, levando-se em conta, entre outros, orçamento, vendas, receita e produtividade.

Os indicadores e metas da Diretoria Executiva estão em linha com os Guidances, divulgados ao mercado em fatos relevantes datado de 02 de março de 2015 e de 29 de fevereiro de 2016, e são elaborados contratos de gestão, os quais consideram fatores próprios da função e os indicadores de desempenho global da Companhia.

Conselho Fiscal

Não aplicável.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são (i) atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais da Companhia; (ii) estar alinhada à prática de mercado e legislação vigente; (iii) ser economicamente viável; (iv) reconhecer por desempenho individual e da organização; e (v) buscar o comprometimento com os resultados e alinhamento com objetivos da Companhia.

(iii) existência de membros não remunerados e a razão para esse fato

A remuneração do Conselho de Administração compreende os rendimentos de seis membros. Os outros dois membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros, sendo que um deles também é membro da Diretoria Estatutária, logo é remunerado por esse órgão.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos

Não aplicável.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à concorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário

Não aplicável, tendo em vista que não há qualquer componente da remuneração dos administradores da Companhia vinculado a eventos societários.

8.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	6,00	18,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	6,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.849.131,63	9.670.526,71	905.302,06	18.424.960,40
Benefícios diretos e indiretos	89.530,17	853.810,88	9.574,96	952.916,01
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras				

remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	25.886.059,42	0,00	25.886.059,42
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	8.972.298,96	0,00	8.972.298,96
Observação				
Total da remuneração	7.938.661,80	45.382.695,97	914.877,02	54.236.234,79

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	6,00	18,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	6,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.113.333,33	8.905.164,00	848.296,01	16.866.793,34
Benefícios diretos e indiretos	86.294,24	872.490,59	5.140,10	963.924,93
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	20.005.122,75	0,00	20.005.122,75
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã o do cargo	0,00	1.912.166,67	0,00	1.912.166,67
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	5.911.275,12	0,00	5.911.275,12
Observação	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 3/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 3/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 3/2012	
Total da remuneração	7.199.627,57	37.606.219,13	853.436,11	45.659.282,81

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,25	4,00	6,00	17,25

Nº de membros remunerados	5,25	4,00	6,00	15,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.448.600,00	10.075.439,21	935.657,94	17.499.697,15
Benefícios diretos e indiretos	77.454,42	487.084,49	4.606,72	569.145,63
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	20.408.491,38	0,00	20.408.491,38
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	4.635.148,27	0,00	4.635.148,27
Observação	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular	

	CVM/SEP/Nº 3/2012	CVM/SEP/Nº 3/2012	CVM/SEP/Nº 3/2012	
Total da remuneração	6.566.054,42	35.606.163,35	940.264,66	43.112.482,43

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,33	6,00	18,33
Nº de membros remunerados	6,00	4,33	6,00	16,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.074.666,67	7.759.257,84	749.088,08	12.583.012,59
Benefícios diretos e indiretos	76.195,72	653.949,77	4.944,96	735.090,45
Participação em comitês	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	10.222.791,14	0,00	10.222.791,14
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã do cargo	0,00	23.829.525,16	0,00	23.829.525,16

Baseada em ações, incluindo opções	0,00	7.254.626,37	0,00	7.254.626,37
Observação	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 3/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 3/2012	Número de membros calculado de acordo com o critério definido no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 3/2012	
Total da remuneração	4.510.862,39	49.720.150,28	754.033,04	54.985.045,71

8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	6,00	18,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	18.120.241,59	0,00	18.120.241,59

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	51.772.118,84	0,00	51.772.118,84
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	25.886.059,42	0,00	25.886.059,42

Remuneração variável do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	6,00	18,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	17.210.432,13	0,00	17.210.432,13
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	49.172.663,24	0,00	49.172.663,24
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	24.586.331,62	0,00	24.586.331,62
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	20.005.122,75	0,00	20.005.122,75

Remuneração variável do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,25	4,00	6,00	17,25
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	26.491.825,51	0,00	26.491.825,51
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	75.690.930,00	0,00	75.690.930,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	37.845.465,00	0,00	37.845.465,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	20.408.491,38	0,00	20.408.491,38

Remuneração variável do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,33	6,00	18,33

Nº de membros remunerados	0,00	4,33	0,00	4,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	7.297.875,47	0,00	7.297.875,47
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	20.851.072,76	0,00	20.851.072,76
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0,00	10.425.536,38	0,00	10.425.536,38
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	10.222.791,14	0,00	10.222.791,14

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Em 29 de maio de 2009, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações da Companhia (“Plano de Opção”). Os termos específicos do Plano de Opção estão descritos a seguir:

Administração do Plano de Opção

O Plano de Opção é direcionado aos administradores, empregados em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou de sociedades sob o seu controle (“Beneficiários”). O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da

Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observado as restrições previstas em lei, a um comitê especialmente criado para tanto ("Comitê").

Na hipótese de criação de um Comitê, este será composto por, no mínimo, três membros, sendo um deles necessariamente membro do Conselho de Administração da Companhia e os demais eleitos pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração e do Comitê não serão elegíveis como Beneficiários do Plano de Opção.

Obedecidas as condições gerais do Plano de Opção e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Opção, incluindo:

a outorga de opções nos termos do Plano de Opção, bem como a criação e aplicação de normas específicas para cada outorga;

o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários;

a eleição dos Beneficiários do Plano de Opção e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente;

a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção;

a criação de Programas Específicos (conforme definido abaixo) de outorga de opção de compra de ações.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei e no Plano de Opção, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

Criação de Programas Específicos

Periodicamente, o Conselho de Administração ou o Comitê poderá criar programas de concessão de opção de compra de ações que terão condições específicas quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance a serem alcançadas, preço de exercício da opção e demais condições ("Programas Específicos"), podendo não guardar ainda qualquer relação com as condições gerais estabelecidas pelo Plano de Opção.

Até a presente data, foram criados quatorze Programas Específicos.

O Conselho de Administração da Companhia determinará os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção, o número de ações que poderão ser adquiridas como exercício de cada opção, o preço de

exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício de cada opção e quaisquer outras condições relativas a tais opções.

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de ações objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da opção; (c) o prazo final para exercício da opção de compra de ações; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento (“Contrato de Opção”).

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

Prazo de Vigência do Plano de Opção

O Plano de Opção entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano de Opção não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Disposições Gerais

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

Os acionistas não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opção de compra de ações de acordo com o Plano de Opção, conforme previsto no artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

As ações adquiridas em razão do exercício de opção de compra nos termos do Plano de Opção manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvado o disposto no item 7.2.1. do Plano de Opção, bem como eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração.

Nenhuma disposição do Plano de Opção ou opção outorgada nos termos do Plano de Opção conferirá a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como administrador e/ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

Cada Beneficiário deverá aderir expressamente aos termos do Plano de Opção, mediante declaração escrita, sem qualquer ressalva e nos termos da Política de Negociação de Ações da Companhia.

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do Plano de Opção, desde que não altere os respectivos princípios básicos.

Como parte do pagamento da remuneração prevista nesta Proposta, a Companhia propõe a seus acionistas que até 70% da remuneração variável de seus Administradores seja paga por intermédio de outorga direta de ações mantidas em tesouraria, sendo que o cálculo do preço das ações, nos termos do parágrafo único do artigo 5º da Resolução CVM nº 77, será a média dos últimos 20 pregões anteriores à data da concessão da remuneração variável prevista para ocorrer em 28 de abril de 2023. Todas as demais condições para a outorga direta de ações como parte da remuneração serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(b) data de aprovação e órgão responsável

Em 29 de maio de 2009, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações da Companhia (“Plano de Opção”).

(c) número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/05/2009, (“Plano de Opção”) prevê, em seu item 6.1, que o limite global para concessão de opção de compra de ações é de 5% do total de ações de emissão da Companhia.

O item 4 do citado Plano de Opção prevê, por sua vez, que o Conselho de Administração é competente para estabelecer Programas Específicos (“Programas”) de concessão de opção de compra de ações com condições específicas, inclusive em relação a preço de exercício. No âmbito dos referidos Programas, o limite global para a concessão é de 2%, sendo que o limite de concessão para cada um dos Programas, individualmente, é de 0,5% do total de ações emitidas. Portanto, o somatório dos Programas Específicos (com limite de 0,5% cada) não poderá ultrapassar o limite global de 2% do total de ações emitidas.

Em suma, dos 5% de ações de emissão da Companhia destinados ao Plano de Opções, apenas 2% podem ser utilizados no âmbito dos Programas Específicos, sendo que o limite de concessão para cada Programa é de 0,5%.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme informado no item (c) acima, poderão ser outorgadas nos termos do Plano de Opção opções de ações que confirmam direitos de subscrição e/ou aquisição sobre um número de ações que não exceda 5% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(e) condições de aquisição de ações

O Beneficiário que desejar exercer a sua opção de compra de ações deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração.

A Companhia informará ao Beneficiário, no prazo de três dias úteis a contar do recebimento da comunicação referida acima, o preço de exercício a ser pago, com base na quantidade de ações informada pelo Beneficiário, cabendo à administração da

Companhia tomar todas as providências necessárias a fim de formalizar a aquisição das ações objeto do exercício.

A Companhia poderá determinar a suspensão temporária do direito ao exercício da opção sempre que se verificarem situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte do beneficiário. O preço de exercício da opção será pago à vista pelo beneficiário. Nenhuma ação será entregue ao beneficiário em decorrência do exercício da opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração poderá criar programas de opção de compra de ações específicos com regras e condições específicas, quanto a participantes, número de opções concedidas, metas de desempenho ou performance a serem alcançadas, preço de exercício da opção e demais condições.

Caberá ao Conselho de Administração fixar o preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano de Opção, respeitado o preço médio ponderado pelo volume das ações da Companhia observado nos últimos 20 pregões na BM&FBOVESPA imediatamente anteriores à data da outorga da opção e um desconto de até 20% sobre o valor apurado. O preço de exercício com base nos Programas Específicos tem como base os últimos 20 pregões na BM&FBOVESPA anteriores ao primeiro dia útil de março de cada ano, com desconto de até 50% sobre o valor apurado.

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários em dinheiro, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos do Plano de Opção não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário para com a Companhia.

Outorga direta de ações: sem nenhum custo aos beneficiários.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção poderão ser exercidas: (i) 25% ao final do primeiro ano; (ii) 25% ao final do segundo ano; (iii) 25% ao final do terceiro ano; e (iv) 25% ao final do quarto ano; a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Outorga.

O Beneficiário terá o prazo de 6 meses para exercício das opções, a contar das datas definidas acima. A parcela da opção não exercida nos prazos e condições estipulados será considerada automaticamente extinta, sem direito a indenização.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(h) forma de liquidação

A liquidação do exercício da opção deverá se dar em dinheiro, com recursos próprios do Beneficiário, mediante depósito em conta indicada pela Companhia. Em até 7 dias úteis

após o recebimento do comprovante e a documentação necessária, a companhia encaminhará à instituição financeira depositária o pedido de transferência das ações de emissão da Companhia para transferência nos livros para o nome do beneficiário.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições precedentes para o exercício da opção e, observadas as cláusulas mínimas estabelecidas no Plano de Opção, impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

Atualmente, não se encontra em vigor qualquer restrição imposta pelo Conselho de Administração à transferência de ações adquiridas com o exercício das opções.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A outorga de opções nos termos do Plano de Opção não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações objeto desta opção de aquisição por ações da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício da opção de aquisição das ações, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano de Opção.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano de Opção venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano de Opção.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão ou rescisão do contrato de prestação de serviços, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo,

aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano de Opção poderão ser extintos ou modificados.

Adicionalmente, se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano de Opção, o Beneficiário:

desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização; e (ii) os direitos já exercíveis, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Cabe ao Conselho de Administração da Companhia, mediante análise do caso específico, conceder ao Beneficiário solução diferente caso entenda pertinente;

for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por ou sem justa causa ou destituição do seu cargo por violar seus deveres e atribuições, todos os direitos que ainda não possam ser exercidos, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. Cabe ao Conselho de Administração da Companhia, mediante análise do caso específico, conceder ao Beneficiário solução diferente caso entenda pertinente;

desligar-se da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercidos, na data do seu desligamento, passarão a ser automaticamente passíveis de exercício por um período de até seis meses após o dito desligamento, antecipando-se o prazo de carência; e (ii) os direitos que já possam ser exercidos, na data do seu desligamento permanecerão inalterados, podendo ser exercidos normalmente, nos termos de cada Programa Específico; e vier a falecer: (i) os direitos que ainda não possam ser exercidos, na data do seu falecimento, passarão a ser automaticamente passíveis de exercício, antecipando-se o prazo de carência, podendo os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário exercer a respectiva opção de compra de ações, desde que o façam no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, ou sobre a extinção, de pleno direito, de tais direitos; e (ii) os direitos que já possam ser exercidos, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de seis meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

8.5 - Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	4,01
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,03%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	3,89
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	3,55
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,02%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	3,75
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	3,53
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,05%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,33
Nº de membros remunerados	-	4,33
Preço médio ponderado de exercício:	-	
(a) das opções em aberto no início do exercício social	-	3,04
(b) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
(c) das opções exercidas durante o exercício social	-	3,06
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,02%

8.6 – Outorga de opções de compra de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	1.254.116
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	1 ano
Prazo máximo para exercício das opções	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	-	7,15
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	8.972.289,77

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,33
Nº de membros remunerados	-	4,33
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	-	11/11/2020
Quantidade de opções outorgadas	-	121.253
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	1 ano
Prazo máximo para exercício das opções	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	Não há
Valor justo das opções na data da outorga	-	8,81
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	1.068.238,93

8.7 - Informações sobre as opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
		Plano Específico XIII – LP 2018/2019	Plano Específico XIV – LP 2019/2020
Nº total de membros	8,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00	2,00
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	120.368	60.625
Data em que se tomarão exercíveis	-	03/03/2023	03/03/2023 e 03/03/2024

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
		Plano Específico XIII – LP 2018/2019	Plano Específico XIV – LP 2019/2020
Prazo máximo para exercício das opções	-	02/09/2023	02/09/2023 e 02/09/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há	Não há
Preço médio ponderado de exercício	-	2,91	6,19
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	5,82	3,02
Opções exercíveis			
Quantidade	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	-	-	-

8.8 - Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Número de ações	-	191.877

Preço médio ponderado de exercício	-	3,55
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	21,05
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	3.357.571,19

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Número de ações	-	212.982
Preço médio ponderado de exercício	-	3,53
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	18,30
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	3.145.839,96

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,33
Nº de membros remunerados	-	4,33
Número de ações	-	336.311
Preço médio ponderado de exercício	-	3,06
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	12,36

Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	3.126.036,29
--	---	--------------

8.9 – Remuneração baseada em ações entregues diretamente aos beneficiários do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,05%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,04%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,04%

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,33

Nº de membros remunerados	-	4,33
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,09%

8.10 – Outorga de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Data de outorga	-	-
Quantidade de ações outorgadas	-	308.696
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	7,15
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	2.208.495,83

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Data de outorga	-	05/05/2022
Quantidade de ações outorgadas	-	292.270
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	15,83
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	4.626.634,10

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
--	--	--

	Conselho de Administração	de	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25		4,00
Nº de membros remunerados	-		4,00
Data de outorga	-		08/04/2021
Quantidade de ações outorgadas	-		243.470
Prazo máximo para entrega das ações	-		-
Prazo de restrição à transferência das ações	-		-
Valor justo das ações na data da outorga	-		18,51
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-		4.506.403,82

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2020			
	Conselho de Administração	de	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00		4,33
Nº de membros remunerados	-		4,33
Data de outorga	-		27/04/2020
Quantidade de ações outorgadas	-		651.797
Prazo máximo para entrega das ações	-		-
Prazo de restrição à transferência das ações	-		-
Valor justo das ações na data da outorga	-		12,11
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-		7.895.950,30

8.11 – Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2022			
	Conselho de Administração	de	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00		4,00
Nº de membros remunerados	-		4,00
Número de ações	-		292.270

Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	15,83
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	4.626.634,10

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,25	4,00
Nº de membros remunerados	-	4,00
Número de ações	-	243.470
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	18,51
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	4.506.403,82

Remuneração baseada em ações do exercício social em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,33
Nº de membros remunerados	-	4,33
Número de ações	-	651.797
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	12,11
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	7.895.950,30

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

Plano de Opção de Compra de Ações: Modelo de Black Scholes.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Opção de Compra de Ações: O valor justo das opções de compra de ações foi mensurado de forma indireta, baseando-se no modelo de precificação Black-Scholes, com base nas seguintes premissas:

Taxa de juros livre de risco: 7,20% a.a. A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, anualizada na data do cálculo e disponível no website da receita federal - www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm.

Desvio Padrão: 48,13%. A medida utilizada para estimar a volatilidade, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA sob o código MRFG3, no período de 01/07/2022 a 31/12/2022;

O valor justo das ações em 31/12/2022 se estabeleceu entre o mínimo de R\$ 2,61 e o máximo de R\$ 5,82 por ação para os planos ESPECIAIS.

Foram os seguintes os critérios adotados nos últimos três exercícios sociais para efeito de concessão das opções de ações aos executivos da Marfrig:

Em 2016:

Plano Específico X - Longo Prazo 2015/2016: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2016: R\$ 6,056249 por ação.

Em 2017:

Plano Específico XI – Longo Prazo 2016/2017: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2017: R\$ 6,718442 por ação.

Em 2018:

Plano Específico XII – Longo Prazo 2017/2018: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2018: R\$ 6,357707 por ação.

Em 2019:

Plano Específico XIII – Longo Prazo 2018/2019: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2019: R\$ 5,821920 por ação.

Em 2020:

Plano Específico XIV – Longo Prazo 2019/2020: Média ponderada dos 20 pregões anteriores ao dia 01 de março de 2020: R\$ 12,371440 por ação.

Os preços de exercício serão:

R\$ 0,75485 por ação para o plano ESP LP 07-08.

R\$ 1,03823 por ação para o plano ESP CP 08-09.
R\$ 0,67783 por ação para o plano ESP LP 08-09.
R\$ 11,02605 por ação para o plano ESP LP 09-10.
R\$ 7,0251 por ação para o plano ESP LP 10-11.
R\$ 4,767952 por ação para o plano ESP LP 11-12.
R\$ 5,008273 por ação para o plano ESP LP 12-13
R\$ 1,9470 por ação para o plano ESP LP 13-14
R\$ 2,371987 por ação para o plano ESP LP 14-15
R\$ 3,028124 por ação para o plano ESP LP 15-16
R\$ 3,359221 por ação para o plano ESP LP 16-17
R\$ 3,178854 por ação para o plano ESP LP 17-18
R\$ 2,910960 por ação para o plano ESP LP 18-19
R\$ 6,185720 por ação para o plano ESP LP 19-20

Prazo de vida da opção: quatro anos (para cada Plano Específico).

Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas: (i) 25% ao final do primeiro ano; (ii) 25% ao final do segundo ano; (iii) 25% ao final do terceiro ano; e (iv) 25% ao final do quarto ano; a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de outorga de Opções de Compra de Ações.

Para cada um dos Planos mencionados anteriormente, a Companhia estipulou um intervalo de tempo no qual o beneficiário poderá exercer a opção. Esse prazo é de seis meses, a contar de 3 de março a 2 de setembro de cada ano. O Beneficiário não poderá exercer sua opção antes desse período

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Opção de Compra de Ações: As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas: (i) 25% ao final do primeiro ano; (ii) 25% ao final do segundo ano; (iii) 25% ao final do terceiro ano; e (iv) 25% ao final do quarto ano; a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de outorga de Opções de Compra de Ações.

Para cada um dos Planos mencionados anteriormente, a Companhia estipulou um intervalo de tempo no qual o beneficiário poderá exercer a opção. Esse prazo é de seis meses, a contar de 3 de março a 2 de setembro de cada ano. O Beneficiário não poderá exercer sua opção antes desse período.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Opção de Compra de Ações: Calculado a partir do desvio padrão, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA, sob o código MRFG3, no período de 6 meses.

Outorga direta de ações: serão definidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, todas as características já estão descritas neste item 8.12.

8.13 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal – por órgão

Companhia		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	100.208	0,02%
Diretoria Estatutária	395.224	0,06%
Conselho Fiscal	731.927	0,11%

MMS Participações Ltda.		
Órgão	Ações ou Cotas	Participação (%)
Conselho de Administração	350.480.340	53,1%
Diretoria Estatutária	0	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%

8.14 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.15 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº total de membros	4,00	4,00	4,33	8,00	7,25	8,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,33	6,00	5,25	6,00	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração (Reais)	15.628.121,16	19.483.848,17	22.755.794,69	3.395.201,97	3.058.432,55	1.918.900,79	223.958,14	253.100,00	190.807,67
Valor da menor remuneração (Reais)	2.413.356,23	2.171.299,38	1.867.949,74	786.106,40	713.588,80	372.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	9.401.554,78	8.901.540,84	11.482.713,69	1.199.937,93	1.250.677,03	751.810,40	142.239,35	156.710,78	125.672,17

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	Na diretoria estatutária em 2022, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.

31/12/2020	Na diretoria estatutária em 2020, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.
------------	---

Conselho de Administração	
31/12/2022	No conselho de administração em 2022, um conselheiro optou em não receber remuneração e um conselheiro também é membro da Diretoria Estatutária, dessa forma não foram considerados no número acima.
31/12/2021	No conselho de administração em 2021, um conselheiro optou em não receber remuneração e um conselheiro também é membro da Diretoria Estatutária, dessa forma não foram considerados no número acima. No conselho de administração em 2021, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.
31/12/2020	No conselho de administração em 2020, um conselheiro optou em não receber remuneração e um conselheiro também é membro da Diretoria Estatutária, dessa forma não foram considerados no número acima.

Conselho Fiscal	
31/12/2022	No conselho de fiscal em 2022, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.
31/12/2020	No conselho de fiscal em 2020, foi considerado a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.

8.16 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A política de remuneração da Companhia prevê uma remuneração relativa à Cessação de Cargo de Diretor Estatutário. Em caso de término de contrato, o executivo receberá além das verbas rescisórias legais:

Vesting antecipados dos Programas de Longo Prazo da Marfrig

2 anos de remuneração total Target, composto por:

2 anos de salários (2 x 13,3 x o último salário recebido);

Bônus Target (2 x o múltiplo Target), considerando nota performance 100%

Os critérios de elegibilidade a esse pagamento são:

Devem exercer o cargo de Diretor Estatutário no momento da saída;

Tempo mínimo de 5 anos de companhia.

8.17 - Percentual na remuneração total devido por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos

Órgão	2023	2022	2021	2020
Conselho de Administração	8,93%	10,60%	10,03%	4,81%
Diretoria Estatutária	6,28%	5,29%	5,04%	3,40%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

8.18 - Remuneração dos membros do conselho fiscal, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

8.19 - Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Remuneração em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum prevista para o exercício social corrente (2023)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total

Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum do exercício social em 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum do exercício social em 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	648.819,00	0,00	648.819,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração recebida em função do exercício de cargo em controladores e em sociedades sobre controle comum do exercício social em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas	0,00	489.394,00	0,00	489.394,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 8.